



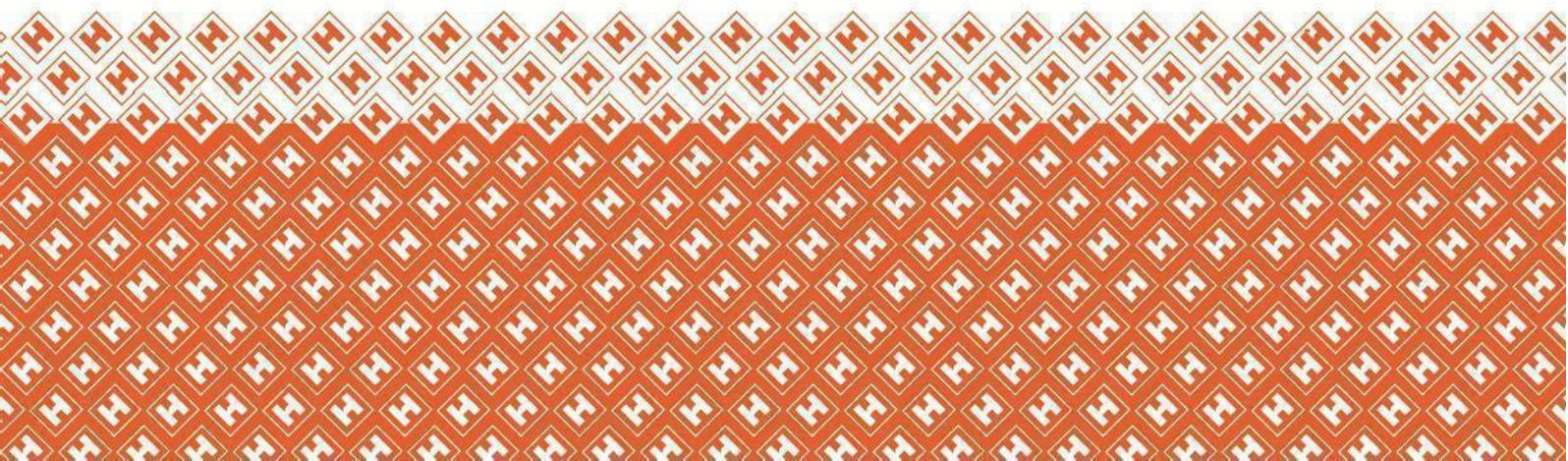
PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

JOSÉ ANTÔNIO DE SOUZA FILHO

**A província de Mato Grosso por
Hércules Florence: diário de viagem
enquanto fonte no Ensino de História**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
ABRIL / 2025





PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

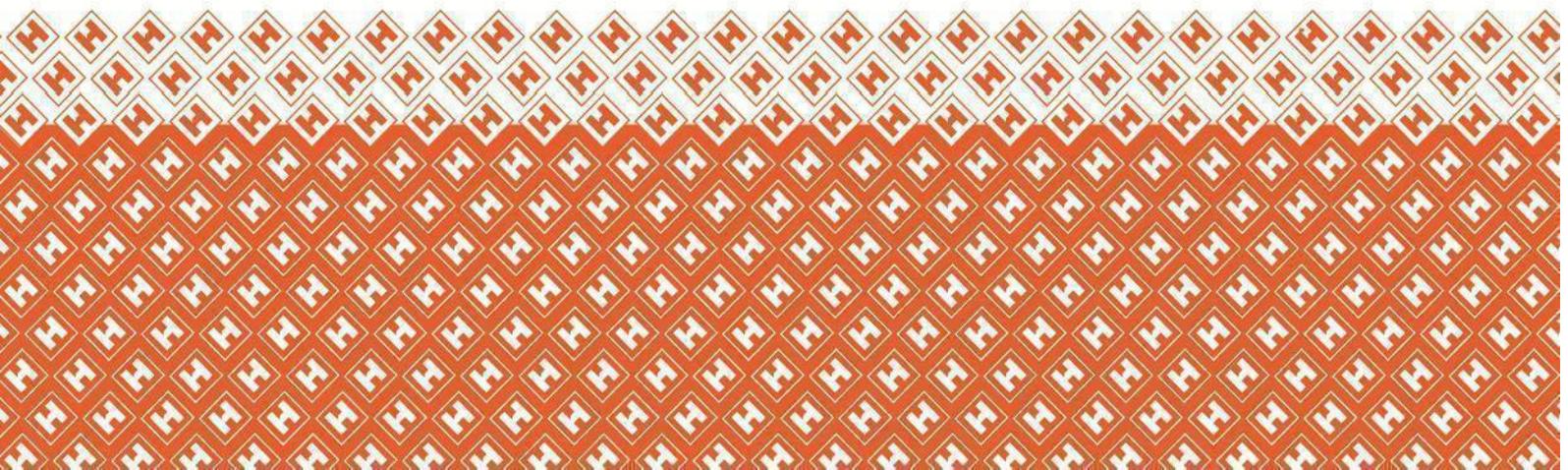
JOSE ANTÔNIO DE SOUZA FILHO

A província de Mato Grosso por Hércules Florence: diário de viagem enquanto fonte no Ensino de História

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História em Rede Nacional – Núcleo Universidade Federal de Mato Grosso – como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ensino de História.

Orientador(a): Professor Dr. Luís César Castrillon Mendes

CUIABÁ
2025



Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

S729p Souza Filho, José Antônio de.

A província de Mato Grosso por Hércules Florence [recurso eletrônico] : diário de viagem enquanto fonte no Ensino de História / José Antônio de Souza Filho. -- Dados eletrônicos (1 arquivo : 133 f., il. color., pdf). -- 2025.

Orientador: Luis César Castrillon Mendes.

Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, Cuiabá, 2025.

Modo de acesso: World Wide Web: <https://ri.ufmt.br>.

Inclui bibliografia.

1. Ensino de História. 2. Hércules Florence. 3. Literatura de viagem. I. Mendes, Luis César Castrillon, *orientador*. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: "A província de Mato Grosso por Hércules Florence: diário de viagem enquanto fonte no Ensino de História"

AUTOR: MESTRANDO JOSÉ ANTÔNIO DE SOUZA FILHO

Dissertação defendida e aprovada em **09 de abril de 2025**.

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

- 1. Doutor Luís César Castrillon Mendes** [Presidente Banca]
INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS (UFR)
- 2. Doutor Luís César Castrillon Mendes** [Orientador]
INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS (UFR)
- 3. Doutor Osvaldo Rodrigues Junior** [Examinador Interno]
INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT)
- 4. Doutora Marli Auxiliadora de Almeida** [Examinadora Externa]
INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT)
- 5. Doutor Éder da Silva Novak** [Examinador(a) Suplente]
INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD)

CUIABÁ, 09/ABRIL/2025.



Documento assinado eletronicamente por **OSVALDO RODRIGUES JUNIOR, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 10/04/2025, às 12:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luis Cesar Castrillon Mendes, Usuário Externo**, em 10/04/2025, às 13:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marli Auxiliadora de Almeida, Usuário Externo**, em 11/04/2025, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7808121** e o código CRC **69E51833**.

DEDICATÓRIA

À memória do meu querido avô, Geraldo Francisco Souza, sempre presente em minhas lembranças e no meu coração.

Agradeço pelas histórias contadas e pela sabedoria transmitida com simplicidade e amor. Seus ensinamentos marcaram minha vida de forma duradoura.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Maria Aparecida da Silva Souza e José Antônio de Souza, sempre presentes na minha vida.

Agradeço imensamente à minha esposa, Paula Dias de Carvalho, companheira de todos os momentos. Seu apoio e incentivo nos momentos difíceis foram fundamentais para que eu pudesse seguir em frente. Sua compreensão e presença foram essenciais para que eu não desanimasse, mesmo nas horas mais desafiadoras.

À minha filha, Gabriela, fonte de alegria e motivação, e ao meu filho Lucas, que está para chegar.

Agradeço à Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) pela oportunidade de crescimento intelectual e por me permitir aplicar os conhecimentos adquiridos na prática docente. Agradeço também aos meus professores e professoras Ana Maria Marques, Ana Carolina da Silva Borges, Bruno Pinheiro Rodrigues, Marcelo Fronza, Marli Auxiliadora de Almeida e Osvaldo Rodrigues Júnior pelo aprendizado valioso.

Agradeço ainda aos meus colegas de turma pela parceria e companheirismo ao longo desta jornada.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao meu orientador, Luís César Castrillon Mendes. Seu conhecimento, dedicação e orientação foram essenciais para a realização deste trabalho. Com sua ajuda, consegui superar os desafios desta pesquisa.

EPIGRAFE

*Alguém deve rever, escrever e assinar os autos do Passado antes
que o Tempo passe tudo a raso.*

Cora Coralina

RESUMO

O relato de viagem, enquanto fonte histórica, é um instrumento pedagógico valioso para o ensino, permitindo que os estudantes construam o conhecimento de forma reflexiva e crítica sobre uma determinada realidade do passado. Além disso, permite compreender como o viajante constrói representações de si mesmo e dos lugares visitados. Esta dissertação analisa o diário de Hércules Florence, segundo desenhista da Expedição Langsdorff que viajou pelo interior do Brasil na primeira metade do século XIX, e sua contribuição para a aprendizagem da história de Mato Grosso. Para tanto, busca-se, a partir do conceito de representação, entender o contexto da formação de uma comitiva russa, a construção do diário do Florence e, por fim, discutir trechos selecionados do diário. O objetivo é demonstrar os possíveis usos didáticos em sala de aula, auxiliando professores no ensino da história de Mato Grosso e incentivar uma leitura crítica das fontes históricas.

Palavras-chave: Ensino de História, Hércules Florence, Literatura de viagem.

ABSTRACT

The travelogue, as a historical source, is a valuable pedagogical tool for teaching, allowing students to construct knowledge in a reflective and critical way about a particular reality from the past. It also allows us to understand how travelers construct representations of themselves and the places they visit. This dissertation analyzes the diary of Hercules Florence, second draftsman of the Langsdorff Expedition that traveled through the interior of Brazil in the first half of the 19th century, and its contribution to learning about the history of Mato Grosso. In order to do this, the aim is to use the concept of representation to understand the context of the formation of a Russian entourage, the construction of Florence's diary and, finally, to discuss selected excerpts from the diary. The aim is to demonstrate possible didactic uses in the classroom, helping teachers to teach regional history and encouraging a critical reading of historical sources.

Keywords: History Teaching, Hercules Florence, Travel Literature.

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ABA - Associação Brasileira de Antropologia

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

UNEMAT - Universidade Estadual de Mato Grosso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – “VIAGEM FLUVIAL DO TIETÊ AO AMAZONAS DE 1825 A 1829”	24
1.1 Uma Expedição Russa no Brasil?	25
1.2 “Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas”	31
1.3 Os bastidores da Expedição	36
1.4 “Esboço de viagem” de Hércules Florence	40
CAPÍTULO II – LITERATURA DE VIAGEM: PROBLEMATIZAÇÃO ENTRE PESQUISA E ENSINO	46
2.1 O que é uma literatura de viagem?	47
2.2 O viajante Hércules Florence	53
2.3 Os Bastidores do Diário de Florence	57
2.4 O diário de viagem como recurso didático no Ensino de História	62
CAPÍTULO III - REPRESENTAÇÕES DE MATO GROSSO NO DIÁRIO DE HÉRCULES FLORENCE	68
3.1 Os “Costumes dos Habitantes” dos núcleos urbanos	68
3.2 Dos “mansos” Guató e Guaná aos “bravios” Guaikurú e Borôro: a guerra justa como pavimentação da construção da nação	71
3.3 Histórias de mulheres no diário de Florence	81
3.4 Os escravizados pelo olhar do viajante	85
PRODUTO PEDAGÓGICO	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
FONTES CONSULTADAS	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	129

INTRODUÇÃO

Viajar... Viajar... sabemos que a humanidade tem feito registro de suas viagens desde a Antiguidade. O “Pai da História”, Heródoto (c. 484-425 a.C.), ao investigar as razões por trás do conflito entre o Império Persa e as cidades gregas no século V a.C., viajou pelo Egito, Babilônia, Pérsia, Líbia, Ásia Menor e regiões ao redor do Mar Negro, escrevendo a história e os costumes dos povos visitados.

O relato de viagem narra as experiências e observações do viajante, combinando registros pessoais, científicos e históricos. Esse gênero se destaca pela descrição de lugares maravilhosos, muitas das vezes retratados como paradisíacos, e de cultura exótica. Vale ainda frisar que muito dessa narrativa ganhou o público por apresentar uma perspectiva heróica de homens que foram capazes de superar os desafios impostos pela natureza, sejam eles na terra ou no mar. O relato de viagem também assume uma natureza heterogênea ao incorporar linguagens verbais, iconográficas e cartográficas (forma e conteúdo). Quanto ao gênero textual pode variar entre “romance de aventura”, “etnografia”, “historiografia” e “geografia”. Essa diversidade textual impede que haja consenso entre os críticos literários sobre se o relato de viagem é um gênero literário ou uma outra expressão.

O relato de viajante é uma fonte bibliográfica bastante prestigiada na reconstrução histórica. Autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros, basearam suas obras historiográficas em produções de literatura de viagem, crônicas para propor interpretações sobre o passado. Entretanto, muitos cientistas sociais e de humanas utilizam relatos de viagem de maneira acrítica, ou seja, sem uma criticidade sobre as fontes, contribuindo para uma visão estereotipada dos povos visitados.

No entanto, o relato de viagem enquanto fonte histórica é pouco explorado em sala de aula, especialmente no contexto da história do Brasil. Esta pesquisa pretende investigar o diário de Hércules Florence, segundo desenhista na Expedição Langsdorff, como uma ferramenta para o ensino de Mato Grosso no século XIX. O artista-viajante fez parte da segunda fase da expedição, que percorreu o interior do Império brasileiro, atravessando as províncias de São Paulo, Mato Grosso e Grão-Pará (1825-1829). A Expedição Langsdorff (1821-1829), liderada pelo barão Georg Heinrich von Langsdorff, foi uma das mais importantes expedições científicas realizadas no Brasil durante o século XIX.

Florence manteve um diário de campo em que registrava o que via e ouvia em sua viagem. O jovem artista fez anotações minuciosas de animais e plantas com as Palmeiras. Cada núcleo urbano visitado, ele registrou sua geografia, a quantidade de casas, igrejas e

edifícios, bem como o número de moradores. Descreveu com riqueza de detalhes a fisionomia e o modo de vida dos indígenas, além dos “hábitos e costumes” dos moradores das vilas e cidades. Após quantos anos de exploração do interior do país e perdas sofridas, a Expedição retornou ao Rio de Janeiro, onde Florence compilou suas anotações no que posteriormente viria a ser sua obra sobre a viagem da expedição: *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 e 1829*.

De acordo com Caimi (2008, p. 140), as políticas educacionais nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), especificamente na área de História, enfatizam a importância de relacionar o estudo de fontes históricas com a construção do conhecimento histórico. Schmidt e Cainelli (2009, p. 105) afirmam que o uso da fonte histórica em sala de aula promove o aprendizado histórico e estimula o debate sobre o ensino de História, permitindo a criação de propostas de ensino que se conectam com as experiências e a cultura dos alunos.

O uso da evidência histórica como recurso didático é uma ferramenta eficaz para tornar o ensino de História mais atraente e significativo aos estudantes. Esse material pedagógico estabelece um contato direto com o passado, aproximando-o da realidade do aluno e superando o modelo tradicional de ensino, que muitas vezes se limita à acumulação de fatos e a uma narrativa linear apresentada pelos manuais didáticos. As fontes possuem potencial histórico para serem envolventes e estimulantes, alinhando-se a “*métodos ativos*” e “*construtivistas*” propostos por algumas abordagens curriculares (Bittencourt, 2011, p. 327).

Sobre os PCNs, Caimi destaca a utilização de fontes em sala de aula:

Mais do que objetos de ilustrativos, as fontes são trabalhadas no sentido de desenvolver habilidades de observação, problematização, análise, comparação, formulação de hipótese, críticas, produção de sínteses, reconhecimento de diferenças e semelhanças, enfim, capacidades que favorecem a construção do conhecimento histórico numa perspectiva autônoma. (*idem*, 2008, p. 141)

Já em relação ao PNLD, segundo Caimi, há um reconhecimento da importância da utilização de fontes históricas em sala de aula, como se observa na seleção dos livros didáticos.

Dentre os muitos critérios apresentados no edital enfatizam-se “a apresentação e efetiva discussão de fontes históricas, incorporando-as ao texto didático e mobilizando-as para a construção do conhecimento”, entendendo tais ações como “imprescindíveis para que o livro didático introduza os alunos na metodologia própria da História, levando-os à compreensão de como se produz esse

conhecimento” (*apud* BRASIL, 2008, p. 142)

De acordo com Caimi (2008, p. 143), na perspectiva dos PCNs e do PNLD, o uso de fontes históricas visa superar a mera memorização de conteúdos em prol da produção de um saber histórico. Nesse sentido, o documento histórico assume um papel fundamental na aprendizagem do aluno, proporcionando uma abordagem mais dinâmica e construtiva do conhecimento. Essa abordagem pode assumir diferentes funções na sala de aula, como ilustração, reforço da ideia do professor, fonte de informações para introduzir um determinado tema de estudo ou até mesmo serem utilizadas em uma situação-problema. Os objetivos enquanto ao seu uso são variados e dependem da abordagem adotada pelo professor em sala de aula.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece que o ensino de História no Ensino Médio deve fomentar a construção do conhecimento histórico através da investigação crítica de evidências. Conforme a habilidade EM13CHS103, compete ao docente elaborar metodologias para que os alunos sejam capazes de “[e]laborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros)” (Brasil, 2018, p. 572).

O ensino de História pode se beneficiar do uso da literatura de viagem, pois esses vestígios materiais fornecem informações essenciais para auxiliar os alunos na compreensão da sociedade, política, economia e cultura da província de Mato Grosso no século XIX. Essa fonte também permite estudos sobre a etnografia, a paisagem natural e urbana, bem como estudos da cultura das camadas populares. Além de despertar o interesse dos alunos, o trabalho com fonte em sala de aula torna o processo de ensino mais dinâmico e envolvente.

É importante destacar ainda que muitos materiais didáticos usados nas escolas priorizam a chamada História Geral, negligenciando a história local. O problema dessa narrativa universalizante é a falsa equivalência de que a mesma explicação se aplicaria a todos os contextos sociais e geográficos. A lógica de que uma parte pode ser explicada pelo todo revela as raízes do eurocentrismo ainda presentes na historiografia. Como resultado, a história das pessoas comuns e das comunidades locais acaba sendo deixada de lado, privando o aluno de conhecer sua própria realidade histórica.

Embora o conceito de história local no ensino de História seja abrangente, novos

olhares despertaram um maior interesse historiográfico pela história das pessoas comuns. Essa mudança de perspectiva contribuiu para a formulação das propostas dos PCNs para o Ensino Médio. Ademais, o uso da história local configura-se como uma estratégia eficaz para a construção do saber histórico, articulando-se com os interesses do aluno, suas capacidades cognitivas e suas experiências sociais e culturais. De acordo com Schmidt e Cainelli (2009, p. 113), o “trabalho com história local pode ser instrumento idôneo para a construção de uma história mais plural, menos homogênea, que não silencie a multiplicidade de vozes dos diferentes sujeitos da História”. Além disso, a história local ou regional permite uma análise integrada entre a micro e macro-história, ao buscar, nas particularidades dos acontecimentos, “as generalizações necessárias para a compreensão do processo histórico” (Brasil, 2000, p. 21).

A utilização das fontes históricas em sala de aula tem se mostrado uma ferramenta valiosa para os professores de História, como demonstrado nos parágrafos supracitados. Diante dessa constatação, surgem algumas questões pertinentes: 1) O uso de fontes históricas contribui para uma compreensão aprofundada do contexto histórico de Mato Grosso? 2) O uso de relatos de viagem em sala de aula é uma estratégia relevante para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem? 3) A fonte histórica proporciona aos estudantes do Ensino Médio uma visão mais abrangente e envolvente do conteúdo? 4) No caso específico do relato de Hercules Florence, é possível explorar sua contribuição para o estudo da História do Mato Grosso? 5) Ao investigar o diário de Florence em suas viagens pela província de Mato Grosso, é possível compreender aspectos culturais e sociais dos habitantes da região, conforme registrado em seu relato? O relato de viagem, de maneira geral, oferece informações valiosas que podem ser aplicadas no ensino de História, promovendo reflexões e análises diversificadas.

Portanto, esta dissertação tem como objetivo analisar as possibilidades e limitações do uso do relato do viajante Hércules Florence como fonte histórica no ensino de História da Educação Básica. Essa investigação busca enriquecer a experiência dos estudantes com a disciplina e fomentar o interesse pela História de Mato Grosso, promovendo uma aprendizagem mais significativa e conectando à realidade regional. A pesquisa propõe uma metodologia de ensino que ultrapasse a memorização e estimule os alunos a refletir sobre os aspectos históricos, culturais, sociais da população mato-grossense da primeira metade do século XIX.

Além disso, busca-se investigar as possibilidades da utilização de relatos de viagem como fontes históricas e recursos didáticos capazes de enriquecer a compreensão dos alunos

sobre o período histórico estudado. Esse tipo de abordagem permite ampliar o contato dos alunos com diferentes perspectivas e experiências históricas, conectando-os com currículo escolar e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Outro ponto relevante da pesquisa é destacar a História de Mato Grosso, evidenciando a ausência dessa abordagem nos materiais didáticos utilizados na Educação Básica. Com isso, almeja-se despertar a consciência sobre a importância de conhecer e valorizar a história local como parte da formação de uma identidade regional.

Para pensar a História de Mato Grosso, a pesquisa utilizou como fonte principal o diário de Hércules Florence, publicado com o título de “*Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*”. A obra foi editada pelo Senado Federal em 2007 e integra o volume 93 de sua coleção. O diário narra o trajeto percorrido pela Expedição Langsdorff entre os anos de 1825 a 1829, durante o qual exploraram o interior do Brasil, atravessando as províncias de São Paulo, Mato Grosso e Grão-Pará. A expedição tomou o caminho das águas, navegando pelos principais rios brasileiros, como: Tietê, Paraná, Cuiabá, Paraguai, Tapajós e Amazonas. Originalmente escrito em francês, o diário foi organizado com o título de *Voyage fluvial du Tietê à l'Amazone par les provinciaux brésiliennes de St. Paul, Matto Grosso et Gran-Pará*. Posteriormente, o Visconde Taunay traduziu e publicou o texto na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1875, no tomo XXXVIII. Para efeito prático, será aplicada a grafia “Hércules Florence”, a mesma utilizada na obra consultada nesta pesquisa.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa bibliográfica que busca investigar como os sujeitos históricos foram representados pelo desenhista-viajante em sua obra. Além disso, pretende-se avaliar as possibilidades pedagógicas de utilizar esses temas em sala de aula, explorando seu potencial para o ensino de História, a construção do pensamento crítico e a ampliação do repertório visual dos estudantes.

A primeira etapa da pesquisa constitui-se em uma pré-análise da obra “Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829”, com o objetivo de identificar os aspectos mais relevantes para serem explorados no contexto de sala de aula. Essa análise inicial visou organizar as informações da obra de maneira sistemática, resultando na elaboração de uma tabela de consulta. A tabela contemplou três elementos principais: a datação dos acontecimentos relatados, a identificação dos temas ou assuntos centrais e o registro dos personagens mencionados.

A datação dos principais acontecimentos permitiu organizar cronologicamente os eventos descritos no diário, facilitando a contextualização histórica e sua utilização

pedagógica. Os temas ou assuntos centrais foram categorizados em três grandes áreas: a descrição da natureza, incluindo fauna, flora e paisagem natural; a análise dos grupos étnicos e seus costumes, com destaque para os povos indígenas; e as características das vilas e cidades mencionadas, abrangendo os aspectos como população, arquitetura e modo de vida. Além disso, o registro dos personagens destacou os indivíduos citados pelo autor, enfatizando suas ações e relevância no contexto histórico da narrativa.

Com a organização inicial concluída, a tabela passou por uma análise crítica destinada a selecionar os trechos mais adequados aos objetivos da pesquisa. Essa seleção focou em identificar conteúdos com maior potencial pedagógico, levando em consideração sua aplicabilidade no ensino de História. O processo incluiu a avaliação da relevância histórica, cultural e social dos trechos selecionados, assim como suas possibilidades de conexão com o cotidiano e a realidade dos alunos. Adicionalmente, foi realizada uma verificação da aderência dos conteúdos aos parâmetros curriculares da Educação Básica. Esse cuidado buscou assegurar que a proposta pedagógica estivesse alinhada às diretrizes educacionais vigentes, contribuindo para um ensino de História mais significativo e integrado à realidade regional dos estudantes.

Além disso, para enriquecer a análise, os dados extraídos da obra foram cruzados com informações obtidas em outras pesquisas acadêmicas. Foram consultados repositórios de teses e dissertações da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT) e Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Essa triangulação metodológica visa aprofundar a compreensão sobre os temas abordados no diário, fornecendo embasamento teórico e prático para a aplicação pedagógica dos resultados.

Na dissertação “Etnografia e iconografia nos registros de Hércules Florence durante a Expedição Langsdorff, na Província do Mato Grosso (1826-1829)” (2008), Sonia Maria Couto Pereira analisou a representação dos grupos indígenas Guató, Guaná e Borôro na produção iconográfica e etnográfica de Florence. A autora destacou a curiosidade científica e os debates da época sobre civilização e barbárie, revelando percepções eurocêntricas acerca das práticas culturais e organização social. Já na dissertação de Luis Claudio dos Santos Bonfim, “Viajante e Nação: As versões da narrativa de viagem de Hércules Florence e o Projeto Nacional (1824-1876)” (2011), o autor comparou as diferentes versões do diário de Florence, buscando compreender as variações de valores em relação aos temas como indígenas, escravidão e monarquia. Bonfim relaciona essas mudanças aos contextos culturais e institucionais da época, destacando a influência do IHGB na edição da terceira

versão, conectando Florence aos debates sobre a caracterização nacional no Brasil oitocentista.

Na dissertação de Charles Barbosa de Queiroz intitulada “A Vila de Diamantino de 1805 a 1862: o olhar dos viajantes” de 2013, analisou-se o núcleo urbano de Diamantino-MT durante o auge e a decadência da extração diamantífera. Com base nos relatos de viajantes como Hercule Florence (1827), Francis Castelnau (1844) e Bartolomé Bossi (1862), além de fotografias, a pesquisa explorou características morfológicas, arquitetônicas e urbanas da vila. Na pesquisa de mestrado intitulado “Revisitando a Cuiabá e a Vila de Guimarães nos cantos e encantos de Hercule Florence (1827)” (2018), Deborah Pimenta Martins utilizou o relato de Hércules Florence para destacar aspectos como a natureza, as tradições religiosas, o cotidiano e a cultura local, com ênfase no “pitoresco” e “risenho” dessas cidades. Por fim, na dissertação de Marco José dos Santos Matos intitulada “Os Guató segundo Hercule Florence: Historiografia e Ensino de História Indígena” (2020), o autor analisou a representação dos Guató na obra Hercule Florence e possibilidade de utilização do recurso enquanto fonte histórica e metodológica para o ensino de história indígena, atendendo à Lei 11.645/2008. Segundo o autor, os indígenas foram registrados de forma dicotômica e idealizada, e sob a perspectiva do “bom selvagem”, com informações relevantes, mas permeadas por exotismo.

Schmidt e Cainelli (2009) fornecem uma metodologia de trabalho com fontes históricas em sala de aula. O primeiro passo é identificar o tipo de documento a ser utilizado, distinguindo se é uma fonte primária ou secundária. As fontes podem apresentar diversos tipos: materiais (como objetos, mortas, roupas, instrumentos de trabalho e construções), escritos (como documentos jurídicos, diários, cartas, biografias, crônicas e poemas), visuais (como pinturas, fotografias, gravuras e filmes) e orais (como entrevistas e conversas). Nesta fase, é importante determinar a origem do documento (onde e quando foi produzido), a natureza do documento (oficial, religioso ou expressão de ponto de vista), o autor (conhecido ou desconhecido do contexto escolar), a data do documento (quando foi escrito, quando foi publicado e quando chegou até nós) e os pontos relevantes do documento (forma, conteúdo, ideias principais e palavras-chave).

O segundo passo é explicar o documento, incluindo sua contextualização temporal e espacial. Para Schmidt e Cainelli:

[o] aluno precisa aprender a relacionar os fatos estabelecidos pelos historiadores, os apresentados pelo professor de classe, os pesquisadores em livros ou outras fontes, como a internet, e o conteúdo do documento. Cada documento exige um

instrumental crítico particular, mas a crítica de qualquer documento deve começar pela identificação dos temas e dos argumentos, com a ajuda de questões ou problemas [...] (2009, p. 101)

O último passo do trabalho com fontes históricas em sala de aula consiste em fazer comentários sobre o documento, e deve ser feito em três etapas: introdução para estabelecer a natureza do texto, data, autor e questões ou problemas; no desenvolvimento, onde a crítica ao documento é apresentada, podendo ser organizada de forma cronológica ou temática; e a conclusão, que apresenta as respostas às questões.

A fundamentação teórica deste projeto baseia-se em estudos sobre ensino de História, assim como a literatura que enfatiza os relatos de viajantes como fonte histórica. Serão utilizados os autores como Circe Bittencourt, Flávia Eloísa Caimi, Maria Tereza Cunha, Maria Auxiliadora Schmidt, Marlene Cainelli e Isabel Barca que argumentam sobre os diferentes usos das fontes históricas. Também serão utilizados estudos de pesquisadores como Stella Maris Scatela Franco, Mary Anne Junqueira, Elisa Freitas Schemes, que defendem o uso de relatos de viajantes como uma forma de obter uma compreensão da vida cotidiana, dos hábitos e costumes das sociedades observados pelos viajantes.

O uso de documentos históricos no ensino de História desempenha um papel fundamental na compreensão do passado. Ao longo dos séculos, a importância desses documentos tem sido reconhecida pelos historiadores como uma fonte primordial para a investigação e interpretação dos fatos históricos. Desde o século XIX até os dias atuais, houve uma revolução significativa na forma como os documentos são utilizados em sala de aula, com novas abordagens que buscam despertar o interesse dos alunos e promover uma análise crítica e contextualizada do passado.

No século XIX, o documento escrito desfrutava de um *status* elevado na historiografia tradicional, pois era visto como a prova incontestável do passado. Era através desses registros que os fatos históricos eram fundamentados, e o papel do historiador consistia em reproduzir informações desses documentos sem adicionar sua própria visão pessoal. Nessa época, o ensino de História enfatizava a importância de explicar a formação da nação e seus heróis, e “o documento histórico servia para a pesquisa e para o ensino como prova irrefutável da realidade passada que deveria ser transmitido ao aluno” (Schmidt; Cainelli, 2009, p. 90-91).

Com a chegada do movimento da Escola Nova, ocorreu uma alteração no uso do documento histórico na sala de aula. Agora, o professor passou a utilizar o documento não apenas como uma fonte para transmitir conhecimento, mas também como um meio de

encorajar os alunos a se interessarem pela História. Segundo as autoras Schmidt e Cainelli, o uso do documento tornou-se um instrumento didático para o professor, “ajudaria tirar o aluno da passividade e reduzir a distância de sua própria experiência e seu mundo de outros mundos e outras experiências descritas no discurso didático” (2009, p. 93).

No século XX, o paradigma tradicional do documento escrito como prova incontestada da realidade começou a ser questionado pelos *Annales* e sua busca de renovação historiográfica. Surgiu uma nova concepção que visava “repensar [o uso do documento] em sala de aula, já que sua utilização hoje é indispensável, como fundamento do método de ensino, principalmente porque permite o diálogo do aluno e a realidade passada e desenvolve o senso de análise histórica” (Schmidt; Cainelli, 2009, p. 90-91). Essa abordagem permite uma compreensão mais crítica e contextualizada dos eventos históricos, levando em consideração diferentes perspectivas e interpretações.

A nova história da década de 70 influenciou novos temas e novas abordagens na pesquisa histórica brasileira. Essas transformações também se refletiram no ensino de História, como afirma Caimi:

e) incorporação de diversas linguagens no ensino, com especial atenção para o cinema, a música, a imagem e documentos históricos impressos em geral; f) tentativa de substituição da memorização pela reflexão histórica, favorecendo a aprendizagem pela descoberta e pela construção do conhecimento; g) ênfase na produção do conhecimento pelo manuseio de fontes históricas; h) valorização da história local pelo estudo do meio e pela memória oral. (*idem*, p. 132, 2008)

Os diários pessoais são valiosas fontes históricas, uma vez que registram a vida social de uma determinada época. Esses diários “[escritos] à mão, materializados em papel e tinta, os diários eternizam, em folhas amarelecidas pela passagem do tempo, ideias, saberes, valores, acontecimentos e dizeres, além de fantasias, medos e experiências” (Cunha, 2009, p. 253). Durante os séculos XVIII e XIX, os diários de viajante foram amplamente utilizados por exploradores europeus que se aventuraram na América do Sul com o propósito de documentar a fauna e a flora. Além da contribuição científica, os viajantes comentaram sobre a vida cotidiana, os hábitos e saberes das populações que visitaram” (*idem*, 2009, p. 255-256).

Alguns conceitos foram fundamentais para este trabalho, tais como representação, presente no campo da História Cultural, a partir do sentido atribuído por Sandra Pesavento (2005) e Peter Burke (2008). Além disso, foram utilizados os(as) autores(as) Circe Bittencourt, Flávia Eloísa Caimi, Maria Tereza Cunha, que argumentaram sobre as fontes históricas como recurso didático. Para analisar as fontes documentais utilizou-se alguns

referenciais teóricos como Mary Anne Junqueira, Elisa Freitas Schemes e Stella Maris Scatela Franco que permitiram pensar o diário de viagem enquanto documento histórico e como o viajante, a partir de si, constrói o “outro”. Para consultar informações sobre a Expedição Langsdorff, optou-se por trazer os autores Maria de Fátima Costa e Pablo Diener que pesquisaram os bastidores da viagem e suas relações interpessoais a partir da análise de uma série de documentos e cartas dos integrantes da comitiva.

A principal fonte desta pesquisa foram as anotações do viajante Hércules Florence reunidas na obra *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 e 1829*, volume 93, publicado em 2007 pelo Senado Federal. De acordo com Boris Komissarov (1994), originalmente escrito em francês, o texto foi traduzido e publicado pelo Alfredo Taunay, futuro Visconde, na *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil* (IHGB) em 1875, ganhando outras publicações nos anos de 1941, 1948 e 1977.

Como estrutura deste trabalho de dissertação, no primeiro capítulo, contextualizamos a Expedição Langsdorff, seus objetivos e desafios da expedição científica no interior do Brasil no século XIX. A viagem pelos rios brasileiros levaram os expedicionários ao seu limite, enfrentando adversidades externas que os deixam irritados e tensos em diversos momentos da viagem. Mas é nos bastidores da expedição que passamos a entender melhor as divergências entre o Langsdorff e os artistas, a ponto da comitiva ter que se desmembrado em duas frentes para distensionar os conflitos. Por fim, entender a construção do diário de campo de como Hércules Florence.

No segundo capítulo, problematiza a relação entre a pesquisa histórica e sua aplicação no ensino de História, com foco no diário de Hércules Florence enquanto fonte. Análise das possibilidades e limites do uso desse relato em sala de aula, considerando sua inserção na literatura de viagem, o perfil do viajante e o processo de transformação de seus manuscritos em narrativa. Florence escreveu três versões de seu diário entre 1829 e 1859, revisando suas observações conforme sua trajetória pessoal e intelectual. A análise do diário como recurso didático permite compreender a sociedade e a cultura de Mato Grosso no século XIX, incentivando reflexões sobre a construção do conhecimento histórico e a importância da interpretação das fontes na sala de aula.

No terceiro capítulo, serão analisados trechos do diário de Hércules Florence, problematizando o olhar estrangeiro sobre os habitantes de Mato Grosso no século XIX e as implicações dessa perspectiva para a historiografia. A partir da descrição dos hábitos e costumes de núcleos urbanos, das representações ambíguas dos indígenas, ora vistos como dóceis, ora como ameaçadores, das histórias de diferentes mulheres e da visão sobre a

escravidão, discuto como seu relato reflete concepções eurocêntricas sobre civilização, moralidade e progresso. A narrativa de Florence se insere em um contexto mais amplo de produção do conhecimento sobre o Brasil, em que os viajantes europeus interpretavam a realidade local sob as lentes do colonialismo e da hierarquização cultural. O enfrentamento dessa visão dominante ocorre por meio da valorização da história indígena e a ampliação das abordagens sobre gênero e raça no ensino de História. A análise evidencia não apenas as limitações do relato de Florence, mas também seu potencial como fonte para uma leitura crítica da história de Mato Grosso, contribuindo para a reflexão sobre o uso de documentos de viajantes na educação histórica.

Como produto pedagógico desta pesquisa, foi elaborado um guia para professores intitulado *Diário de viagem: Utilizando a Fonte Histórica em sala de aula*. O objetivo do material é introduzir o ensino de História de Mato Grosso, aliando-o ao trabalho com evidência histórica. O material está estruturado em três capítulos: o primeiro apresenta uma breve explicação sobre a Expedição Langsdorff, destacando seu percurso, seus objetivos e criação do diário de Hércules Florence; o segundo será problematizado a utilização do relato de viagem na pesquisa e no ensino de História, enfatizando sua interpretação e potencial metodológico; e o terceiro, dividido em quatro eixos temáticos, aborda os costumes dos moradores das vilas e cidades, a construção da imagem dos indígenas entre a dualidade da docilidade e da selvageria, as histórias de mulheres vistas em contextos diferentes e escravidão. Dessa forma, o guia busca fornecer aos docentes ferramentas para o ensino de História regional a partir do uso crítico das fontes, incentivando a reflexão e o desenvolvimento do pensamento histórico em sala de aula.

CAPÍTULO I – “VIAGEM FLUVIAL DO TIETÊ AO AMAZONAS DE 1825 A 1829”

A pretexto da invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão Bonaparte por recusar-se a aderir ao “Bloqueio Continental”, o que forçou a família real portuguesa a transferir a Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro. Assim que chegaram ao Brasil, uma das suas primeiras medidas tomadas pelo príncipe regente D. João foi a assinatura da Carta Régia, em 1808. Tal decreto, sob forte influência inglesa, autorizava a abertura dos portos brasileiros a todas as “Nações Amigas”. De acordo com Luvizotto (2012, p. 19), a abertura dos portos brasileiros “foi o principal gerador de um ciclo de viagens e expedições científicas” interessados em obter ganhos econômicos para os impérios europeus.

Em decorrência do casamento de D. Pedro com a princesa Leopoldina em 1817, chegou ao Rio de Janeiro uma missão de cientistas e artistas entusiasmados em conhecer o Brasil. Politicamente, tal ato procurava estreitar os laços entre Portugal e o Império da Áustria. A Missão Austríaca incluía o botânico Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) e o zoólogo Johann-Baptist Spix (1781-1826), ambos da Baviera. Martius e Spix percorreram Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas, e publicaram estudos sobre a natureza dos lugares visitados (Mesgravis, 2021).

Outra comissão científica relevante no início do século XIX foi a Expedição Russa (1822-1829), organizada e chefiada pelo naturalista de origem prussiana o Barão Georg Heinrich von Langsdorff (1774-1852). Projetando ser a maior empresa científica de sua época, Langsdorff não poupou esforços para cooptar apoio, investimento e recursos humanos de extrema habilidades para catalogar e ilustrar a paisagem natural e urbana e os povos em uma viagem ao interior do Brasil. Entre os pintores que participaram da expedição estavam Johann Moritz Rugendas (1802-1858), Aimé-Adrien Taunay (1803-1828) e Hércules Florence (1804-1878).

Este primeiro capítulo busca explorar os motivos pelos quais uma expedição russa se prontificou a vir para o Brasil, bem como a figura do Barão Langsdorff e como se deu a organização da expedição científica. Também são abordados os desafios enfrentados na viagem fluvial do Tietê ao Amazonas, os conflitos nos bastidores da expedição e a falta de apoio do governo brasileiro. Por fim, será analisada a importância das anotações de Hércules Florence em seu diário de campo para compreender aspectos da História de Mato Grosso.

1.1 Uma Expedição Russa no Brasil?

A Expedição Langsdorff é um marco científico e cultural, cuja relevância está ligada tanto ao cenário europeu quanto ao brasileiro do início do século XIX. Compreender por que uma expedição russa veio ao Brasil exige analisar os fatores históricos e políticos que colaboraram para sua realização. Como mencionado na introdução deste capítulo, o contexto da chegada da Família Real ao Brasil transformou o *status* da antiga colônia. De um domínio português que restringia a presença de estrangeiros, o Rio de Janeiro passou a abrigar todo o aparato político-administrativo da corte, permitindo a entrada de estrangeiros de países amigos de Portugal. É em meio a este cenário de transformações políticas, culminando em um processo de independência de Portugal, que aumentou o número de viajantes estrangeiros interessados em estudar o Brasil.

A presença de viajantes estrangeiros interessados em explorar os recursos naturais da América portuguesa remonta ao século XVI. Contudo, somente no século XIX se adotou um estudo científico do Brasil, movido pelos interesses científicos, comerciais ou pela simples curiosidade de conhecer o “Novo Mundo”. Esses viajantes contribuíram com as Ciências Naturais, em uma época marcada pela profissionalização das ciências. A tradição iluminista teve uma forte influência sobre os viajantes-naturalistas dos séculos XVIII e XIX, sendo o conhecimento científico e a razão ferramentas para compreender o mundo (Moreira Leite, 1997).

Dentro desse contexto, destaca-se o Barão Langsdorff. Georg Heinrich von Langsdorff, conhecido na Rússia como Grigóri Ivánovitch von Langsdorff, nasceu em 1774 no reino de Hessen (Alemanha) e estudou medicina na Universidade de Göttingen. Em 1797, iniciou o trabalho de médico pessoal do príncipe Christian August von Waldeck, o comandante do exército português. Em 1803, passou a ser correspondente da Academia de Ciências da Rússia e a integrar como membro da expedição russo de volta ao mundo liderada pelo I. F. von Krusenstein. Durante essa viagem, a expedição fez uma parada na ilha de Santa Catarina (Florianópolis) (Expedição Langsdorff [catálogo de exposição], 2010).

Entre os dias 20 de dezembro de 1803 a 4 de fevereiro de 1804, período em que a expedição permaneceu na ilha e Langsdorff registrou suas impressões sobre o local. Esse contato inicial com a natureza tropical despertou nele um fascínio duradouro e o interesse em retornar ao Brasil. Segundo Costa e Diener: “Ele estava maravilhado. A terra fascinava-o. Sua gente, a natureza variada, o clima, a riqueza de plantas e animais inspiraram o

pesquisador. Ali ele realizava seus primeiros estudos antropológicos e escreve cartas emocionadas aos amigos” (1995, p. 32).

Sem von Krusenstein (1805), o viajante Langsdorff parte rumo ao Japão, passando pela Califórnia e Sibéria, regressando a São Petersburgo em 1808 com vários espécimes de plantas e animais. Por causa das suas contribuições científicas com o Império Russo, foi nomeado em 1812 membro da Academia de Ciência. Ele era um homem da ciência e falava alemão, francês, russo e português, além do mais, ansiava em retornar ao Brasil. Dessa forma, foi nomeado cônsul-geral e enviado ao Rio de Janeiro em 1813 para apoiar e fortalecer a atividade comercial russa, além, é claro, de desenvolver estudos sobre as fauna e flora brasileiras (Costa; Diener, 1995). A nomeação do Barão ao cargo de cônsul se efetiva em virtude do interesse político e econômico do Imperador Alexandre I com o país. Nessa perspectiva, Bertels e Komissarov destacam:

Langsdorff deveria estudar detalhadamente o mercado brasileiro e auxiliar os mercadores russos no Rio de Janeiro, e também providenciar abastecimento para os navios da Companhia Russo-Americana e outros barcos russos, quando de suas estadas naquele porto. Em começos de abril de 1813 Langsdorff chegou ao Rio de Janeiro e, pouco tempo depois, assumiu suas obrigações de cônsul geral da Rússia. Além de suas obrigações diretamente relacionadas com o cargo de cônsul, Langsdorff, de 1814 e 1818, frequentemente assumiu funções diplomáticas, na qualidade de encarregado de negócios.” (1988, p. 24-25)

Para estudar o Brasil, em 1816, o barão comprou uma fazenda chamada de Mandioca, próximo ao Rio de Janeiro. Essa aquisição tinha como objetivo de desenvolver “plantações experimentais, projetos de pesquisa” e desenvolver “novas técnicas e métodos de trabalho” e contava com “uma extraordinária biblioteca científica, um herbário, um jardim botânico e coleções zoológicas e minerais” (Costa; Diener, 1995, p. 33). A fazenda era um verdadeiro centro de pesquisa e espaço de intercâmbio cultural. Nela, hospedavam viajantes europeus interessados em estudar o Brasil e servir como ponto de apoio para os cientistas. Por ela passaram, o mineralogista Eschwege, o botânico Saint-Hilaire, Spix, Martius e os naturalistas Pohl e Natterer, entre outros.

Toda a sua trajetória como cientista, explorador e o conhecimento adquirido sobre o Brasil, levou Langsdorff¹ a organizar e comandar uma expedição científica pelo território brasileiro. Diante do novo desafio, ele retornou à Europa em 1820 com o objetivo de apresentar seu audacioso projeto ao Czar. O projeto foi aprovado em junho de 1821 e recebeu investimento inicial de 40 mil rublos, complementado por um subsídio anual de 10

¹ Em 1820, publicou o guia intitulado *Anotações sobre o Brasil - Com sábios ensinamentos para emigrantes alemães* visando estimular a migração para o Brasil (COSTA; DIENER, 1995A, p. 33).

mil rublos (Bertels; Komissarov, 1988). Patrocinar uma expedição científica na América significava uma clara demonstração de poder político da Rússia perante as outras potências europeias. Após as guerras napoleônicas e com o Congresso de Viena (1814-1815), foi estabelecida uma nova ordem internacional com a Rússia, ao lado da Prússia e Áustria assumindo maior protagonismo político (Expedição Langsdorff [catálogo de exposição], 2010). Para garantir sua relevância no cenário mundial, o Império Russo passou a financiar diversos projetos, com destaque para a exploração da História Natural².

Com o objetivo de ampliar o conhecimento em ciências naturais, superar expedições de nações concorrentes e garantir o retorno econômico, o governo russo investiu na expedição que, mais tarde, levaria o nome de seu idealizador. O acervo dessa expedição foi catalogada na Rússia pelo professor Boris Komissarov. De acordo com Komissarov (1994), os diários, manuscritos, correspondências e outras evidências comprovam que o chefe da expedição teve acesso a informações referente a economia e população de Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso. Costa e Diener também destacam os ganhos econômicos do Império russo:

O projeto de viagem ao Brasil era ambicioso, buscava suplantar todas as expedições precedentes. Contava com apoio econômico e institucional do Império russo, que acreditava que os resultados das investigações redundariam em ganhos através da extração de riquezas naturais até então insuspeitas. (2014, p. 74).

Pretendendo “reunir a maior quantidade e variedade de informações” possíveis para o império russo, Langsdorff organiza uma comissão científica com o intuito de “mapear fauna, flora, rios, minerais, etc. de regiões quase desconhecidas pelo próprio império” brasileiro (Costa; Diener, 1995, p. 24). Para alcançar este objetivo, a comitiva contratou com especialistas em botânica, zoologia, geografia e artistas de várias origens, como da Rússia, Alemanha e França. A comitiva contou ainda com brasileiros que auxiliaram na navegação e trabalhos manuais. Nas palavras de Rafael Sagredo Baeza³, tratava-se de um grupo “multidisciplinar e internacional” de exploradores interessados nas “riquezas naturais” do Brasil.

A expedição empreendeu uma viagem de 17 mil quilômetros pelo interior do país entre os anos de 1822 a 1829, atravessando regiões como Rio de Janeiro, Minas Gerais, São

² Termo genérico para se referir ao estudo dos seres vivos (botânica e zoologia) no século XVIII e XIX.

³ Prefácio do livro *Bastidores da Expedição Langsdorff*, escrito por Rafael Sagredo Baeza (COSTA; DIENER, 2014, p. 8).

Paulo, Mato Grosso e Grão-Pará. De acordo com Komissarov (1994), em troca de apoio do governo brasileiro para viabilizar a viagem, Langsdorff atuou como intermediário no reconhecimento da sua independência do Brasil pelo Império Russo.

Na primeira etapa da Expedição Langsdorff, a comitiva contou o naturalista francês Edouard Ménétriès (1802-1861), o pintor alemão Johann Moritz Rugendas (1802-1858), o botânico Ludwig Riedel (1791-1861), o astrônomo russo Nester G. Rubtsov (1790-1861), o naturalista alemão Georg Wilhelm Freyreiss (1789-1825) e o zoólogo Christian Friedrich Hasse. Esses profissionais foram contratados durante uma viagem de Langsdorff à Europa, entre 1820 e 1822.

Com o retorno de Langsdorff ao Brasil, agora independente de Portugal, e acompanhado de sua segunda esposa, Wilhelmina von Langsdorff, iniciaram-se as primeiras viagens exploratórias. Entre setembro e outubro de 1822, a comitiva realizou estudos na região de Rio de Janeiro. Em 1824, novas explorações foram feitas nos arredores da Fazenda Mandioca. Entre 1824 e 1825, a comissão visitou as cidades de Barbacena, São José del Rey (Tiradentes), Ouro Preto e Sabará, onde catalogaram uma vasta diversidade de plantas, animais e paisagem geográfica. Os registros dessa etapa foram enviados para São Petersburgo, na Rússia. “Desse período também fazem parte os belíssimos desenhos de Rugendas, que ali se desligou do grupo, por haver se desentendido com o chefe da Expedição” (Costa; Diener, 1995, p. 25).

Com a saída de Rugendas em 1824, Langsdorff contratou dois novos pintores para evitar que possíveis rupturas futuras comprometessem a continuidade da expedição. Além disso, com a saída de Ménétriès, o zoólogo alemão Christian Friedrich Hasse foi incluído no grupo. Desse modo, Aimé-Adrien Taunay foi contratado como primeiro desenhista e Hércules Florence como segundo desenhista.

Aimé-Adrien Taunay era filho de Nicolás Antoine Taunay, membro da Missão Artística Francesa convidado ao Brasil pelo D. João em 1816 para ensinar os aprendizes locais a figurar e descreve o país (Süssekind, 1990). O jovem Taunay possui experiência de viagem e ilustração, iniciando sua carreira precocemente: aos 15 anos de idade, a bordo do navio Ucrânia, trabalhou como ilustrador na Expedição Freycinet (1818-1820) ao percorrer o Oceano Pacífico. Sua vivência internacional o qualificou para capturar as paisagens brasileiras. Conforme Costa e Diener:

A participação nesta expedição científica desde o início de 1818 até meados de 1820 foi sua primeira escola como artista-viajante; conheceu os percalços deste tipo de vida e adquiriu práticas no desenho de detalhe. Alguns de seus desenhos

dessa época foram publicados no *Voyage Autour du Monde - Atlas Historique de Freycinet* (Paris, 1825) [...] (1995, p. 14).

Apesar da pouca idade, Taunay já acumulava experiência de viagem e reconhecimento como desenhista talentoso quando ingressou na Expedição Langsdorff. No entanto, essa experiência não impediu os constantes desentendimentos entre Taunay e Langsdorff, muitos dos quais ocorreram devido às cobranças do chefe da expedição quanto ao trabalho do artista. Por outro lado, Langsdorff e Florence mantiveram uma convivência mais harmoniosa, embora também houvesse alguns desentendimentos entre eles.

Hércules Florence chegou ao Brasil em 1824. Segundo Costa e Diener (1995), era um jovem apaixonado tanto pela arte quanto pela ciência. “Movido por enorme curiosidade e no afã de conhecer o mundo, Florence veio ao Brasil por conta própria e, após vários meses tentando ganhar a vida com pequenos trabalhos, conheceu Langsdorff” (Costa; Diener, 1995, p. 13). O artista havia conquistado a estima de Langsdorff não apenas por sua habilidade como desenhista, mas também pelo seu conhecimento em cartografia. Essa competência extra permitiu que ele não só desempenhasse o papel de segundo desenhista, mas também colaborasse em várias outras tarefas da expedição, como revelado em seu diário de campo:

Cabe aqui dizer a razão por que eu viajava separado deles. Havendo pedido ao Sr. Cônsul a honra de acompanhá-lo em sua exploração ao interior do Brasil, anuiu ele, fazendo-me ver que, levando grande bagagem, muita satisfação teria em me encarregar de dirigir sua condução. Aceitei sem hesitar e pus todos os cuidados em bem-cumprir minha palavra até Porto Feliz, embora com prejuízo do fim para que eu fora mandado, visto como, durante 10 meses, raros desenhos pude executar. Entretanto, para diante o cônsul, a rogos meus, ocupou-me somente como desenhista. (Florence, 2007, p. 16)

Diferente de Rugendas e Taunay, Florence se dedicou a outras atividades com a “organização” e resolução de “problemas práticos das viagens” (Costa; Diener, 1995, p. 18). O artista sabia da importância da expedição e transportar a bagagem de Langsdorff não foi um problema, mas uma “satisfação”, mesmo que isso tenha prejudicado inicialmente o seu trabalho como desenhista. Além de sua coleção de desenhos de paisagem natural, urbana e das etnias indígenas, Florence registrou em seu diário de campo o que viu e ouviu durante a viagem que percorreu o interior do Brasil, entre 1825 e 1829.

A expedição partiu com todos os integrantes do Rio de Janeiro para Santos no dia 3 de setembro de 1825 a bordo do veleiro *Aurora*. Após desembarcarem, Florence seguiu a frente de seus companheiros para Cubatão, pois havia ficado responsável em preparar hospedagem para a comitiva e contratar tropeiros para transportar as bagagens da expedição

para São Paulo. De Cubatão dirigiu-se para São Paulo em uma tropa de “40 a 80 bestas de cargas, guiadas por um *tropeiro* e divididas em lotes de oito animais que caminham sob a direção de um *camarada*” (Florence, 2007, 3). Seguiu, então, para Jundiaí e, posteriormente, para a Vila São Carlos (Campinas), onde permaneceu um mês e meio. Quando recebeu nova ordem, despachou as bagagens para Porto Feliz.

Enquanto a expedição seguia para Porto Feliz, Langsdorff retornava para o Rio de Janeiro para tratar de negócios relacionados à sua fazenda. Antes de partir, escreveu uma carta intitulada “Instruções de G.H. von Langsdorff aos Integrantes da Expedição”, na qual delegou a Riedel a responsabilidade pela expedição até o seu retorno (Costa; Diener, 2014). Embora Florence fizesse parte da comitiva desde 1825, ele não recebeu instruções específicas como as demais. Langsdorff, por sua vez, havia delegado a Florence apenas os cuidados com da sua grande pessoal e, em Porto Feliz, a responsabilidade de “fazer as compras, providenciar a construção de barcos, enfim, preparar o necessário para realizar o antigo caminho das Monções” (*idem*, 2014, p. 81).

Inicialmente, o cônsul russo tinha a intenção de seguir por Goiás⁴ até chegar em Cuiabá, um caminho por terra prestigiado entre os viajantes. Contudo, seu plano sofreu mudança quando tomou conhecimento de um antigo caminho de rios utilizada por monçoeiros⁵ para estabelecer comunicação entre São Paulo a Mato Grosso (Costa; Diener, 1995). Langsdorff preocupava-se em “traçar um roteiro original, percorrendo locais não visitados anteriormente” por outras expedições (Bertels; Komissarov, 1988, p. 12).

A viagem fluvial entre Porto Feliz e Cuiabá abrangia os rios Tietê, Pardo, Paraguai, São Lourenço e Cuiabá, totalizando cerca de 550 léguas (cerca de 2.666 km de distância). De acordo com Bourroul (1900, p. 73), ao optar pelo caminho fluvial, a Expedição Langsdorff remonta às antigas expedições de exploradores como Fernão Dias Paes, João Amaro, Bartolomeu Bueno, o Anhanguera, e outros paulistas que, no século XVII, desbravaram o sertão do Brasil, buscando glória e riquezas, além de capturarem indígenas. Sérgio Buarque de Holanda (1990) explica que a colonização da fronteira oeste da América Portuguesa foi feita através das monções organizadas por exploradores em busca de ouro e prata. Assim, a palavra monção passa a remeter a uma caminho fluvial para se chegar às minas de Cuiabá, estabelecendo uma relação de comércio entre Mato Grosso e São Paulo.

⁴ Segundo Bourroul, o roteiro inicial da expedição passaria por Santos, Jundiahy, Franca, Uberaba e Goyaz (1990, p. 60).

⁵ De acordo com Fonseca, a mudança de itinerário ocorreu após Langsdorff “consultar amigos de Itu e Porto Feliz” (2008, p. 22).

No Mato Grosso do início do século XIX, os rios desempenharam um papel crucial para a vida cotidiana e o comércio, sendo fundamentais para a economia, a comunicação e a expansão das fronteiras por meio da navegação. Contudo, com o esgotamento das minas de ouro, o surgimento de novas rotas comerciais via Goiás, o alto custo de produção das canoas e as dificuldades naturais de navegação dos rios — com corredeiras, rochas submersas e cachoeiras — o caminho fluvial foi perdendo importância.

Langsdorff acreditava que o caminho dos rios ofereceria maior experiência para a expedição, pois tratava-se de um trajeto inédito (Bertels; Komissarov, 1988). E ao optar pelo antigo caminho monçoeiro, um caminho inexplorado por uma expedição estrangeira, Langsdorff precisou refazer os planos e solicitar a construção de embarcações para navegar pelos rios. “Agora, em vez de tropa de mulas, como até então tinha sido a viagem, o trajeto será realizado em batelões e igarités, os barcos de modelo indígenas, próprios para esse caminho de rios” (Costa; Diener, 2014, p. 79). Langsdorff permaneceu determinado a seguir o novo caminho, mesmo sabendo dos perigos em navegar por estes rios. “Mas isso não parecia importar; ao decidir pela mudança, o chefe perseguia o desejo – segundo sua perspectiva – registrar e catalogar plantas, animais, povos e lugares ainda pouco explorados pela ciência europeia” (*idem*, 2014, p. 80).

Entre a ausência e o retorno de Langsdorff, transcorreram cinco meses, durante os quais Florence ficou hospedado na residência de Francisco Álvares Machado e Vasconcelos enquanto aguardava a construção das embarcações. Álvares Machado, político e médico em Porto Feliz, desempenhou papel fundamental ao auxiliar os expedicionários durante os preparativos para a viagem fluvial. De acordo com Fonseca, o médico tinha “satisfação em participar da organização de uma expedição científica, patrocinada pelo [...] *Czar Nicolau I*⁶, também interessado nas novidades do Brasil” (2008, p. 35). Florence, em seu diário, fez comentários elogiosos ao período em que conviveu com Álvares Machado e, com o fim da expedição, reencontrou-o no ano de 1829.

1.2 “Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas”

A Expedição Langsdorff, que iniciou sua viagem do Rio de Janeiro no dia 3 de setembro de 1825, enfrentou um atraso de sete meses devido a mudança de rota, partindo de Porto Feliz no dia 22 de junho de 1826 de Porto Feliz rumo a Cuiabá. De acordo com Fonseca (2008), uma multidão veio dar adeus aos viajantes e uma missa foi celebrada.

⁶ Nicolau foi coroado em 1825 com o Imperador da Rússia após a morte de seu irmão, Alexandre I.

Florence registrou esse momento em seu diário: “Romperam então da cidade salvas de mosquetaria correspondidas pelo nossos remadores e, ao som desse alegre estampido, deixamos as praias, onde tive a felicidade de conhecer um amigo” (2007, p. 20). O amigo mencionado era Francisco Álvares Machado, um morador local. Com um clima festivo, a expedição deixou as praias de Porto Feliz em direção ao interior do Brasil.

A comitiva foi organizada em várias embarcações. A primeira, seguiam o Barão Langsdorff e D. Wilhelmine, descrita por Florence como “uma moça alemã”, assunto a ser explorado no subtítulo 1.4. Na embarcação secundária levava Riedel, Taunay e Hasse. Este último ficou em Porto Feliz para casar-se com Maria Angélica, filha de Álvares Machado, mas o casamento não se concretizou, e Hasse, anos depois, cometeu suicídio em Campinas. Maria Angélica acabou se casando com Florence em 1829 (Florence, 2007, p. 19). Florence e Rubtsov viajavam em um batelão, descrito como “uma barraca tão pequena que não podíamos estar senão sentados ou deitados” (*idem*, 2007, p. 20). Com exceção das canoas menores, todas as embarcações exibiam as cores da bandeira russa. A expedição contava com duas grandes canoas, chamadas *Perova* e *Chimbó*⁷, três batelões de fundo chato), uma canoa pequena e uma tripulação com 36 pessoas. Devido a quantidade de bagagem, foi necessário adquirir mais uma canoa pequena (*idem*, 2007, p. 20).

De acordo com Costa e Diener (1995), a Expedição Langsdorff atravessou um Brasil dividido por duas realidades diferentes, o litoral e o interior. No primeiro, a paisagem dominante é do bioma da Mata Atlântica, com vilas e cidades que, guardando as devidas proporções, se assemelham ao modo de vida urbano europeu. Isso denota com a forma que os portugueses ocupa a América portuguesa, quase nunca se afastaram as áreas costeiras. Por outro lado, o interior, distante dos centros urbanos e ainda pouco explorado pela ciência moderna, emergido por três tipos de biomas (Pantanal, Cerrado e Amazônia), contava com diferentes formas de ocupações humanas (comunidades indígenas, núcleos urbanos, vilas e cidades) dispersas em um vasto território.

Para Costa e Diener, os viajantes encontraram um país “em guerra com os indígenas”, habitado por “mestiços” com “hábitos bem peculiares”, enquanto a natureza se mostrava hostil e perigosa para os visitantes (1995, p. 29). À medida que avançavam pelo sertão, mais vão perdendo a referência com sua realidade e entrando em outra. É em meio a caldeirão cultural que Florence, em seus registros, descreveu com fascínio os rios sinuosos, as

⁷ Florence fez nota sobre o nome das embarcações, segundo ele (2007, p. 21) “*Perova*, corrupção da palavra índia *iperova*, como chamam à árvore cujo tronco servira para sua construção” e “*Chimbó*, modificação do legítimo vocábulo indígena *chimbouva*”.

cachoeiras majestosas, as densas matas, as imponentes palmeiras, as diversas espécies de animais, os frutos silvestres e o modo de vida população (Fonseca, 2008, p. 42).

O olhar não se cansa de admirar as cores várias que de todos os lados o embelezam: aqui é uma verdejante várzea; ali fica o cerrado com suas árvores baixinhas e engorovinhadas; adiante se alarga um campo de macega mais alta que um homem e de um colorido puxando a amarelo pardacento. (Florence, 2007, 59)

Durante a viagem, a expedição enfrentou condições extremas, como “nuvens” de mosquitos, calor insuportável, chuvas intensas, dificuldades para montar abrigo e transpor as cachoeiras, além das tensões ao entrar em território dos Guaikurú. Florence escreveu no dia 18 de agosto de 1826: “À noite, fomos atormentados por nuvens de mosquitos, que nos obrigaram a armar os mosquiteiros: nesse asilo, porém, tivemos que suportar calor quase intolerável” (Florence, 2007, p. 60). Após deixarem Albuquerque, a situação piorou: “Ao chegar ao pouso, achávamos um solo encharcado, onde não se podia dar um passo sem meter o pé no lodo. Não havia remédio senão dormir em rede e dentro do mosquiteiro, sob o qual sentíamos dobradamente o calor daquele clima abrasador” (*idem*, 2007, p. 60).

Ao longo da rota entre Porto Feliz, no rio Tietê, e Cuiabá, no rio Cuiabá, destacam-se dois pontos de apoio principais: Camapuã, situada às margens do rio Pardo, outrora uma fazenda-presídio estabelecida para assegurar o fornecimento e a proteção das expedições monçoeiras; e Albuquerque, localizado às margens do rio Paraguai (hoje Corumbá), fundada com o propósito de defender as fronteiras brasileiras no território conquistado pelos portugueses, para além da linha de Tordesilhas, representando a presença de Portugal na região (Costa e Diener, 1995, p. 25).

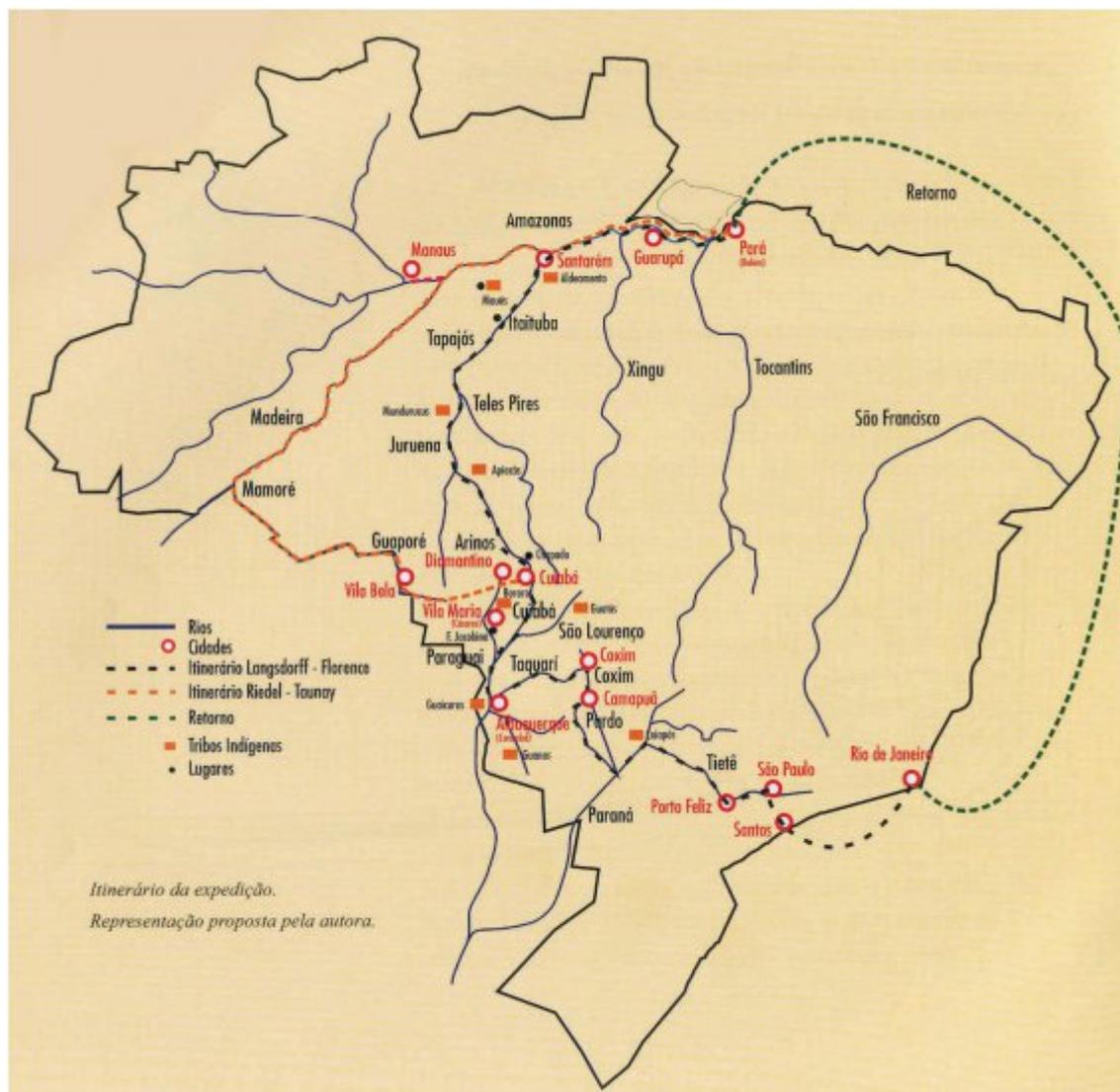


Figura 1: Percurso da viagem da Expedição Langsdorff do Tietê ao Amazonas.

(Fonseca, 2008, p. 24)

Após sete meses de viagem, a comitiva científica chegou ao porto de Cuiabá no dia 30 de janeiro de 1827, após percorrer 530 léguas (aproximadamente 2.500 km) e vencer 114 cachoeiras. Eles foram recebidos pelo presidente da província, José Saturnino da Costa Pereira, e receberam hospedagem no palácio do governo. Além de Cuiabá, a expedição realizou inclusões na Vila de Guimarães, em 28 de abril, e na Vila de Maria, em 26 de agosto. A comissão deixou Cuiabá no dia 5 de dezembro de 1827 e dividiu-se em dois grupos: um tomou o caminho do norte e o outro, o oeste. O primeiro, chefiado por Langsdorff, tinha como itinerário os rios Preto, Arinos, Juruena e Tapajós, enquanto o segundo, chefiado por Riedel, seguiria pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira, ambas os grupos se encontrariam no Amazonas.

A tragédia marcou a Expedição Langsdorff em diversos momentos. Uma das perdas mais impactantes foi a do jovem Taunay, que morreu afogado ao tentar atravessar impetuosamente o rio Guaporé a nado. Além disso, durante a navegação do rio Arinos, Florence, Langsdorff, Rubzoff e outros membros da expedição contraíram uma grave febre. Florence escreveu entre os dias seis e sete de abril de 1828: “Tive arrepios de frio e febre” (2007, p. 207). E continua: “Como essa moléstia não me deixou senão em Santarém, não pude mais seguir o meu diário, embora menos atacado que meus companheiros. Parte foi escrito nos lugares, parte de memória em Santarém” (2007, p. 207).

A demora no porto de Diamantino e a insalubridade do lugar, conforme indicado pela correspondência de Langsdorff, foram os motivos para Florence, Langsdorff, Rubzoff e mais oito pessoas adoecerem (Bertels; Komissarov, 1988). Após permanecerem por 22 dias no porto, a expedição partiu no dia 31 de março de 1828, iniciando a navegação do rio Preto. No entanto, a situação se agravou nos primeiros dias de maio, com 15 dos 34 integrantes adoecendo. O sofrimento dos viajantes aumentou ainda piorou nas águas do rio Juruena, onde três canoieiros foram arrastados pelas corredeiras. Com o agravamento da doença de Langsdorff, o objetivo passou a ser retornar ao Rio de Janeiro. A enfermidade de Langsdorff impossibilitou de escrever em seu diário. Florence foi o único que continuou a escrever em seu diário, embora não tenha mantido as datas com precisão após deixarem a província de Mato Grosso.

Finalmente, em 16 de outubro, Riedel e sua equipe chegaram em Belém e se encontraram com os demais membros da expedição. Em 13 de março de 1829, comandado por Rubtsov, a comissão retornou para o Rio de Janeiro, colocando fim na expedição que durou 8 anos. Apesar dos esforços e da considerável quantidade de material catalogado – cerca de 800 documentos descobertos na Rússia, segundo Bertels e Komissarov (1988), a Expedição Langsdorff não logrou sucesso na época. A jornada ficou marcada pelo infortúnio de doenças tropicais, a morte de integrantes e a perda da memória de Langsdorff, cometido por uma forte febre. Embora tenha coletado informações valiosas sobre fauna e flora, povos indígenas, etc, o principal objetivo – o retorno em segurança de seus membros – não foi alcançado.

A grande empresa russa, entretanto, não conseguiu atingir o objetivo primordial, o de retornar; ficou privada de mostrar ao mundo seus resultados, debulhou-se ainda durante a jornada. Entre infortúnio e calamidades, tentam compreender os fatores humanos desse fracasso.” (Costa; Diener, 2014, p. 159-160)

Os conflitos entre Langsdorff e os artistas da expedição, seu caráter autoritário e a

dificuldade em lidar com seus subordinados, somados aos ataques de febre, à morte de Taunay, ao desconhecimento dos materiais coletados e à perda da memória de Langsdorff, consolidaram a percepção de fracasso da comissão científica, cujo objetivo explorar e estudar o interior do Brasil. A família Taunay jamais perdoou Langsdorff, responsabilizando-o pela morte do jovem pintor. O sobrinho de Aimé-Adrien, Alfredo d'Escragnolle Taunay, o futuro visconde e renomado escritor, pintor e amigo de D. Pedro II, perpetuou essa visão em seu romance “Inocência”, onde “o personagem naturalista louco foi inspirado em Langsdorff” (Expedição Langsdorff [catálogo de exposição], 2010, p. 29).

A Expedição Langsdorff enfrentou inúmeros obstáculos ao longo da sua jornada, tanto práticos quanto interpessoais. O fracasso da empreitada pode ser atribuído a escolhas mal planejadas, como trajetos pouco explorados pela ciência, à falta de apoio governamental e ao despreparo para enfrentar as adversidades naturais e os conflitos internos da equipe (Costa; Diener, 2014).

Por muito tempo, o único relato conhecido da expedição era o diário de Florence. A Expedição Langsdorff permaneceu desconhecida e até ridicularizada devido ao seu trágico desfecho, mesmo conhecendo os vários desenhos feitos pelos artistas da comitiva. Muito do “mistério” que cerca a expedição se deu devido ao desconhecimento do paradeiro dos registros da Expedição enviados à Rússia. Trata-se de “centenas de caixas contendo diários, mapas, desenhos, anotações, cartas, estatísticas, etc.” (Bertels; Komissarov, 1988, p. 12). O acervo foi redescoberto em 1930 no porão do Museu do Jardim Botânico de Leningrado e passou a ser analisado por estudiosos soviéticos.

1.3 Os bastidores da Expedição

Os bastidores da Expedição Langsdorff revelam um cenário tão desafiador quanto os próprios objetivos científicos da empreitada. Além das dificuldades naturais impostas pelo território brasileiro, como rios intransitáveis, clima hostil e doenças tropicais, os integrantes enfrentaram tensões constantes dentro do grupo. O autoritarismo de Langsdorff e sua incapacidade de gerenciar os conflitos internos resultaram em atritos que ameaçavam a continuidade da missão. Esse ambiente, marcado por disputas, ciúmes e relações interpessoais frágeis, expunha as vulnerabilidades humanas diante de condições extremas.

Para superar os desafios logísticos de uma viagem de tamanha envergadura, foi necessário um planejamento detalhado e a obtenção de salvo-condutos, que garantiam à expedição autorização para transitar e realizar pesquisas pelas províncias do território do

Brasil. De acordo com Costa e Diener (2014), em Cuiabá eles receberam novos passaportes, pois os antigos haviam se danificado durante o percurso.

Por meio de cartas-ofício descobertas no acervo da Academia das Ciências de São Petersburgo e no Arquivo Público de Mato Grosso, “que tratam dos trâmites necessários para transitar por lugares nos quais as dificuldades de transporte são marcantes” (Costa; Diener, 2014, p. 86). As correspondências revelam as constantes preocupações da expedição enquanto seguia em direção à Amazônia ao descrever a falta de provisões para Riedel e Taunay e a insalubridade do porto do rio Preto, local próximo a Diamantino. Diante das adversidades, Langsdorff escreveu ao presidente da província de Mato Grosso, José Saturnino da Costa Pereira, solicitando condições adequadas para permanecer no local e iniciar a navegação. No entanto, ao chegarem a Diamantino, a coluna liderada por Langsdorff deparou-se com a falta das condições necessárias para o progresso da expedição. De acordo com Costa e Diener (2014), há indícios de negligência por parte das autoridades locais, que não responderam aos pedidos de Langsdorff. O prolongado período de espera resultou na contratação de uma forte febre por oito membros da tripulação, levando ao adoecimento de Langsdorff e, eventualmente, à perda de sua sanidade.

O projeto de viajar pelos rios do interior do império brasileiro para catalogar povos indígenas, a fauna e flora era audacioso e buscava superar expedições anteriores. Langsdorff, consciente de sua responsabilidade e lealdade em servir o Czar da Rússia, tentou instilar esse mesmo compromisso em seus subordinados – uma dedicação que transcendia as nacionalidades de seus próprios homens (Costa; Diener, 1995B). De acordo com Costa e Diener (1995B), Rugendas não se comprometeu com tal subserviência ao Império Russo, o que acabou levando ele a abandonar a expedição.

Segundo Costa e Diener (1995B), os desentendimentos surgiram devido à falta de afinidade do artista com o ambiente aristocrático de Langsdorff. Rugendas nasceu em Augsburg, uma cidade que, diferente de outras cidades alemãs, conquistou sua independência política. Sua família fugiu da perseguição aos protestantes na França e se estabeleceu em Augsburg. Os Rugendas fizeram da arte sua profissão, uma aptidão transmitida ao longo de sete gerações. Todos esses elementos personificavam em Johann Moritz Rugendas o espírito burguês. Ainda de acordo com Costa e Diener (1995B), o contrato de trabalho entre o artista e Langsdorff era mais rigoroso ao comparar com os contratos de outros membros.

A relação entre o jovem artista e Langsdorff, desde o começo, apresenta rasgos de apreensão. Ao revisar a documentação de viagem russa, salta aos olhos a formalidade do contrato de trabalho firmado entre Rugendas e o chefe da expedição. Este é o único documento feito em várias cópias e em que aparecem todas as assinaturas com suas firmas reconhecidas perante um tabelião. Em contraste, o documento de contratação de Ménériès como zoólogo para a primeira parte da expedição, firmado à mesma época, é um simples acordo sem nenhuma das formalidades que se vêem o caso de Rugendas. (Costa; Diener, 1995B, p. 22).

Entre as cláusulas do contrato, constava exigia que de Rugendas tivesse um “comportamento moral” (Costa; Diener, 1995B). Segundo Costa e Diener (1995B), uma direta ao modo de vida do pintor e reforçando um antagonismo entre o mundo burguês e a aristocracia. E após o começo da expedição, cientista e pintor tiveram novos desentendimentos, desta vez referente à exploração do interior do Brasil, limitando o trabalho de ilustração a Rio de Janeiro e Minas Gerais. Deste modo, o descumprimento dos termos do contrato por parte de Langsdorff, o atraso no início da viagem científica e o trabalho de ilustração próxima a fazenda Mandioca (Rio de Janeiro), causaram um desgaste na relação de Rugendas e o seu chefe. Caso semelhante aconteceu em Taunay. “Em ambos os casos, Langsdorff configura-se como uma camisa de força que quer conter o livre exercício artístico dos pintores” (*idem*, 1995B, p. 22).

Rugendas e Taunay eram gênios talentosos em conflito com a autoridade de Langsdorff. Tal inferência se faz ao observar a saída precoce de Rugendas e a cartas destinadas a Langsdorff e Álvares Machado, entretanto, o conflito parece não existir ao verificar o diário de Florence.

Langsdorff encontrava dificuldades em estabelecer uma boa relação com seus subordinados. De acordo com Costa e Diener (1995), sua abordagem de trabalho intensa e a pressão que exercia sobre seus colaboradores resultaram em constantes desentendimentos. Sua liderança na expedição científica revelou uma personalidade autoritária e incapaz de manter um diálogo eficaz com a equipe. O resultado foi os constantes desentendimentos com Taunay e outros membros da expedição.

Taunay expressou seu descontentamento com Langsdorff em uma carta enviada a Álvares Machado, político, que auxiliou na preparação da comissão científica em Porto Feliz. A correspondência revela a aversão de Taunay por seu superior e indica que as relações entre Álvares Machado e Langsdorff não eram totalmente confiáveis. O relacionamento entre os dois era tão ruim que Taunay e seu colega Riedel decidiram assumir a frente da expedição e se separar do grupo, mesmo estando em território onde ocorriam conflitos armados com os Guaikurú (Costa; Diener, 1995B). Apesar dos conflitos entre

Langsdorff e seu pintor, fica claro que Taunay estava determinado a continuar contribuindo com a expedição, expressando a natureza por meio de sua perspectiva artística.

Havia um desacordo entre cientista e o artista. O cientista exigia ilustrações que retratam a natureza de forma precisa, enquanto que o artista, “por sua vez, concebe seu trabalho como um mundo acabado, com valor intrínseco; uma obra que aponta muito mais do que o que quer lhe impor o positivismo científico” (Costa; Diener, 1995B, p. 16). O conflito entre Taunay e seu chefe reside principalmente na esfera da arte, para Langsdorff pintor deveria apenas reproduzir o que via, enquanto o artista buscava capturar a essencial a paisagem diante dos seus olhos.

Em mais de uma vez, Langsdorff também critica Taunay, apontando sua falta de comprometimento com o trabalho e sua tendência à licenciosidade (Costa; Diener, 1995).

Na opinião de Langsdorff, também era intolerável que o jovem Taunay perdesse seu tempo dedicando-se a uma vida de boêmia. Mas acabou não tendo outra alternativa senão ceder diante do artista, pois a ameaça de demissão obrigava Langsdorff a permitir que Taunay fosse o companheiro do botânico Ludwig Riedel na equipe que partira com destino a Vila Bela do Mato Grosso, a fim de continuar a viagem pela bacia amazônica. Dois meses após sua partida com o companheiro de Riedel, Taunay morreu afogado tentando cruzar o rio Guaporé a nado.” (Costa; Diener, 1995, p. 15)

Outro ponto que causou conflito na expedição está relacionado a apresentação de Wilhelmine (Guilhermina) von Langsdorff. Ela acompanhou o seu marido na Expedição durante os anos de 1825 a 1827 e foi descrita por Visconde de Taunay (sobrinho do artista Adrien Taunay) como uma mulher de comportamento desajustado. Florence “também contribuiu para a má fama da jovem quando registrou: na primeira canoa iam o Sr. Cônsul e uma moça alemã que ele trouxe ultimamente do Rio de Janeiro” (Costa; Diener, 2014, p. 137). Tanto Visconde quanto Florence omitiram deliberadamente a identidade de Wilhelmine, mas por que? De acordo com Costa e Diener (2014, p. 137), o “rótulo pouco lisonjeiro” atribuído a Wilhelmine foi uma tentativa de esconder o interesse amoroso do artista Aimé-Adrien Taunay pela sra Langsdorff.

Wilhelmine, nascida em 1801, casou-se com Langsdorff na Alemanha e veio para o Brasil em 1822, quando ela tinha 21 e ele 48 anos. O casal tinha três filhos e uma filha, que nasceu no início de 1826. Mesmo sabendo pouco sobre a jovem, são informações que dificilmente passariam despercebidas, mas que esses autores não levaram em consideração ao relatarem a presença de Wilhelmine na expedição (Costa; Diener, 2014).

Em uma missiva enviada a Álvares Machado, Adrien relata de forma brincalhona

que Hércules Florence havia se apaixonado pela Wilhelmine no início da expedição. Florence teria escrito uma carta de amor para a jovem que entregou-a para o seu marido. O chefe da expedição repreendeu seu subordinado, deixando-o triste e tendendo a desistir da viagem, mas conseguiu superar o episódio (Costa; Diener, 2014).

Conforme os dias passavam e a viagem se estendia, o tratamento do barão com Wilhelmine mudou, a ponto de um desaparecimento das referências a sua esposa. O motivo da mudança é que, segundo Costa e Diener (2014, p. 137), “parece ter havido um envolvimento amoroso entre ele e a esposa do seu chefe”, episódio que resultou no retorno dela ao Rio de Janeiro. Fato este que levou Adrien a escrever uma carta de demissão e a enviar para Langsdorff.

Contudo, se levarmos em conta as informações que nos chegam através das cartas de Aimé-Adrien, podemos conjecturar algumas explicações para isso. Verificamos, por exemplo, que a postura defendida tanto pelo visconde de Taunay como por Florence revela feições nada neutras: Hercule movido por um sentimento não correspondido, e o visconde por motivos obviamente familiares. (Costa; Diener, 2014, p. 143)

Langsdorff enfrentou dificuldades em lidar com seus subordinados, o que culminou na separação do grupo, que só se reuniu novamente em Cuiabá. Segundo Costa e Diener (1995), numa carta a Álvares Machado, Taunay evidenciou como a presença de Guilhermina interferia no convívio do grupo, sugerindo um possível interesse amoroso de Taunay por ela. Isso resultou na volta de Guilhermina ao Rio de Janeiro e na divisão da expedição em duas frentes: uma liderada por Langsdorff, navegando o rio Arinos, e outra liderada por Riedel, seguindo pelo rio Guaporé.

À medida que se adentra as intrincadas relações entre os membros da expedição, conhecemos melhor os bastidores e o desfecho da Expedição Langsdorff. Uma jornada marcada por desafios naturais, mas também por conflitos interpessoais, escassez de suporte institucional e até mesmo romances não correspondidos, acabou sendo pontos de conflitos vivenciados.

1.4 “Esboço de viagem” de Hércules Florence

Antoine Hercule Romuald Florence, mais conhecido no Brasil como Hércules Florence, foi um desenhista talentoso, pioneiro da fotografia, proprietário de uma fazenda de café e um viajante curioso. Entre suas diversas contribuições, destaca-se o relato de sua viagem ao interior do país, cuja documentação se revela uma fonte inestimável para estudos

da História de Mato Grosso. Como aponta Komissarov (1994), os registros de Florence não apenas descrevem a paisagem e os povos encontrados, mas lançam luz sobre estudos de historiografia, geografia e etnografia.

De acordo com Estevam Leão Bourroul (1900), autor da biografia de Hércules Florence, este nasceu no dia 29 de fevereiro de 1804, na cidade de Nice⁸ (França), mesmo ano da coroação de Napoleão Bonaparte. Seu pai, Arnaud Florence, era médico e faleceu em 1807. Na época, Hércules tinha apenas três anos. Sua mãe, Augustine de Vignaly, vinha de uma família de artistas que desempenhou um papel determinante no despertar de seu interesse pelas artes. Desde jovem, Hércules foi fascinado por aventuras marítimas, especialmente pela história de *Robinson Crusóé*, do escritor inglês Daniel Defoe – simbolizando a luta do homem contra a solidão e contra a natureza.

Aos 20 anos, embarcou na fragata francesa *Marie Thérèse*, comandada pelo capitão, Sr. Du Campe de Rosamel, com destino a América do Sul, após ter viajado por diversos países da Europa. Embora os motivos exatos que o levaram a deixar sua terra natal permaneçam desconhecidos, como aponta Komissarov (1994), é bem provável que o desejo de explorar o mundo tenha sido um dos principais impulsos.

O jovem pintor Hércules Florence chegou ao Brasil em 1824 e, devido aos laços que formou, nunca retornou à Europa. Inicialmente, estabeleceu-se no Rio de Janeiro, onde trabalhou de “vendedor em uma loja de tecidos”, posteriormente, “numa gráfica, que imprimia e vendia livros” (Fonseca, 2008, p. 19). O trabalho como desenhista veio em 1825 ao saber através de um anúncio de jornal que o cônsul-geral da Rússia procurava um artista para acompanhá-lo em uma comissão científica ao interior do Brasil. Florence foi contratado como o segundo desenhista, uma vez que o posto de primeiro desenhista já havia sido preenchido pelo Aimé-Adrien Taunay.

Durante os quatro anos de incursão pelo interior do Brasil, Florence não apenas produziu representações iconográficas de lugares e pessoas, mas também manteve um diário de campo onde registrava suas observações e os relatos das pessoas que conhecia. De acordo com Komissarov, o diário de campo foi escrito entre os anos de 1825 a 1829 e trata-se de um “caderno de bolso, com capa de papelão e lombada de couro, contendo 238 páginas” (1994, p. 32). Florence usou inicialmente a frente da folha e, ao chegar no fim do caderno, voltou ao início e aproveitou o verso da folha. Atualmente, o diário se encontra no arquivo do neto de Hercule Florence, Cyrillo Hercules Florence.

⁸ Nice é a capital do departamento francês dos Alpes Marítimos, foi transferida para o domínio da Casa de Savóia em 1815, conforme estipulado pelo Tratado de Viena, porém retornou ao controle da França em 1859.

Ainda segundo Komissarov (1994), Florence escreveu para sua mãe em Mônaco. Na carta é expressado o desejo de publicar o seu trabalho produzido durante a viagem, uma vez que não via interesse do governo russo em publicar seu diário e seus desenhos. Assim, começou a elaborar os manuscritos, resultando em três versões ou variantes do seu Diário de campo (1825-1829).

A primeira parte da primeira versão narra o período de 3 de setembro de 1825 a 30 de janeiro de 1827. Era um caderno de 84 folhas com anotações da partida do Rio de Janeiro, a passagem por Santos e a chegando em Cuiabá. Ele redigiu seu diário de campo durante a viagem de retorno ao Rio de Janeiro que durou 45 dias e o caderno tem como destino a família de Adrien Taunay, que morreu afogado durante a expedição.

Já a segunda parte da primeira versão, que trata dos acontecimentos finais da expedição de fevereiro de 1827 a 26 de março de 1829, foi escrita em 1830. Na época, Florence morava em São Carlos (Campinas) em virtude do casamento com Maria Angélica, filha de Francisco Álvares Machado e Vasconcelos. Este, por sua vez, foi então enviado à Rússia por intermédio do diplomata Frans Borel. Em uma carta preservada de Borel confirma o recebimento do manuscrito no dia 17 de dezembro de 1830 (Komissarov, 1994). A continuação enviada à Rússia recebeu o título *Continuação do esboço da viagem do Sr. Langsdorff no interior do Brasil, de setembro de 1825 até março de 1829, pelo segundo desenhista dessa viagem Hércules Florence*. O manuscrito se refere a um caderno de papelão e lombada de couro, contendo 88 páginas com anotações sobre a continuidade da viagem, algumas anedotas brasileiras e a possibilidade de descrever os sons e as articulações da voz dos animais (Bertels; Komissarov, 1988).

Isto significa que entre os anos de 1829 e 1830, Florence escreveu a primeira versão do seu diário de campo. A primeira parte reapareceu em 1874 sob posse da família Taunay, mas encontra-se desaparecida, e a segunda parte está guardada no arquivo Acadêmico de Ciências da Rússia (Moscou), ainda inédito ao grande público.

Entre os anos de 1848 à 1859, Florence escreveu um volumoso caderno intitulado *L'ami des arts livre à lui-même ou recherches et découvertes sur différents sujets nouveaux*. O caderno contém desenhos, observações sobre a Expedição Langsdorff e trechos autobiográficos, um trabalho que ele não teve pressa para escrever. Esta é considerada a segunda versão do seu diário e encontra-se guardado no arquivo do descendente de Florence, Arnaldo Machado Florence, em Campinas.

De acordo com Ferreira (2014), *L'ami des arts livré à lui-même* é um manuscrito enorme de 423 páginas, iniciado em 1837, mas que ganhou forma entre 1848 a 1859. A obra

combina três dimensões: científica, ao apresentar suas principais invenções, incluindo experimentos pioneiros na fotografia; autobiográfica, ao narrar sua infância e juventude na Europa até sua chegada ao Brasil; e histórico-filosófica, ao relatar a Expedição Langsdorff (1825-1829), mesclando observações sobre a realidade local com as teorias sociais que circularam na Europa no início do século XIX.

A terceira versão foi publicada de maneira quase acidental. A história dessa terceira versão começa quando Visconde Alfredo Taunay, sobrinho de Aimé-Adrien Taunay, encontrou a primeira parte da primeira versão escrita em 1829 ao organizar alguns papéis no arquivo da família. Rapidamente, o Visconde entra em contato com Hércules Florence, solicitando permissão para publicar o texto. Florence, então, informou que havia finalizado o seu trabalho e enviou uma terceira versão destinada à publicação. Komissarov (1994), acredita que a terceira versão tenha sido escrita entre os anos de 1855 a 1859.

Essa versão foi traduzida pelo Visconde e publicada em 1875 na *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Segundo Komissarov (1994, p. 35), essa terceira versão foi “reeditada parcialmente em 1929 e integralmente nos anos de 1941, 1948 e 1977”. Entretanto, a primeira parte da primeira versão do diário de campo, anteriormente encontrada, permanece perdida até hoje.

Em 1905-1907, Edmundo Krug publicou a segunda versão do manuscrito de Florence, no original em francês, na Revista da Sociedade Científica de São Paulo. Em 1977, essa segunda versão foi publicada em português no Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand e contou com o prefácio de Francisco Álvares Machado e Vasconcelos Florence. De acordo com Komissarov (1994), Vasconcelos Florence apresentou o texto como sendo o diário de campo de Florence e que a publicação feita pelo Visconde de Taunay trata-se de um “rápido rascunho transmitido por Florence à família de Adrien Taunay, em 1829.”

As narrativas de Florence foram fragmentadas, reorganizadas e muitas vezes perdidas ao longo do tempo. Apenas um número reduzido de pesquisadores realizou investigações internacionais sobre esses textos. De acordo com Santos Bonfim (2011, p. 15), Von den Steinen e Boris Komissarov foram “os únicos que consultaram arquivos da Rússia e do Brasil”. Os resultados dessa pesquisa se materializaram em duas produções textuais. Steinen publicou um artigo sobre os aspectos etnográficos dos desenhos de Florence, enquanto Komissarov, elaboração de um catálogo com sistemático das versões da narrativa de Florence. Santos Bonfim acrescenta:

Mesmo nele, existem ainda algumas confusões quanto às publicações e edições. Sua análise comparada das versões é demasiadamente rápida, dada pelo próprio tipo de trabalho que pretende, um catálogo. O pesquisador russo também não inclui, por exemplo, os diversos artigos escritos, sobre os mais variados temas. Textos do viajante que dariam suporte a análise mais contundente das narrativas. Contudo, Komissarov foi sincero, ao ressaltar que tinha poucas informações sobre o pensamento de Florence. (2011, p. 15)

A obra de Florence destaca-se pelo registro cultural dos povos indígenas Txamakóko, Guaná, Guató Borôro, Kayapó, Guaikurú, Apiaká e Munduruku. Seus registros documentam conflitos entre o estado brasileiro e os povos indígenas, revelando uma dualidade intrínseca da história do Brasil. Se por um lado as instituições da época reverenciava a memória indígena, por outro, promoveram a “guerra Justa”, a escravidão e o extermínio (Costa; Diener, 1995, p. 27).

Conforme Costa e Diener (1995, p. 27), o relato de Florence contribui para perpetuar uma visão simplista e dualista dos indígenas, dividindo-os entre “bons” (como os Guató) e “maus” (como os Guaikurú e Borôro), com base na sua disposição em se submeter à dominação. Este tipo de classificação, segundo os autores, persiste até os dias atuais. Um exemplo claro disso é a chamada “guerra justa” contra os Borôro, solicitada pelo tenente-coronel de milícias João Pereira Leite, proprietário da fazenda Jacobina, revelando as complexidades e as contradições da relação entre o Estado brasileiro e os povos indígenas.

A nível de registro, a dissertação seguirá a grafia de etnônimos (do grego *éthnos*, ‘povo’ e *ónoma*, ‘nome’) conforme a convenção estabelecida pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) da década de 1950. Segundo essa normativa, textos científicos em língua portuguesa devem grafar os nomes tribais de acordo com a autodenominação étnica. Diferentemente dos gentílicos, que se referem à localização geográfica (como brasileiros, portugueses e espanhóis), os etnônimos enfatizam a unidade coletiva e procuram a definição do nome próprio de cada povo. Por essa razão, a ABA recomenda que etnônimos não vernáculos mantenham a forma singular, mesmo em contextos plurais – por exemplo, ‘os Txamakóko’, ‘os Guaná’, ‘os Guató’, ‘os Borôro’, ‘os Kayapó’, ‘os Guaikurú’, ‘os Apiaká’ e ‘os Munduruku’. Além disso, a convenção orienta que os nomes indígenas sejam grafados com a letra inicial “maiúscula, facultando-se o uso de minúscula no seu emprego adjetival” (Rosa, 2020, p. 34).

Além de suas contribuições etnográficas, Florence registrou observações sobre os núcleos urbanos visitados. Lugares como Vila Maria (Cáceres), Vila Bela, Poconé, Chapada dos Guimarães e Diamantina eram considerados núcleos urbanos que “não mereciam a distinção de vilas ou cidades”, chegando ao ponto de afirmar que “mentiam, mesmo nos

mapas geográficos” (Florence, 2007, p. 147). Sua análise da sociedade cuiabana é igualmente crítica, descrevendo-a como perniciosa, lasciva e licenciosa, onde as mulheres eram vistas como tendo costumes libertinos.

Essa visão também se estende à visita que ele faz à fazenda Jacobina (atualmente no município de Cáceres), onde ele descreve uma sociedade que ele considera promíscua e licenciosa, cujo comportamento contradiz os conceitos de moralidade e civilidade europeus. Quanto a Diamantino, identificado como o maior núcleo urbano entre Cuiabá e Santarém, um distrito diamantífero, Florence descreve o local como cercado por arredores selvagens e um clima excessivamente insalubre. Ele observa que muitas febres intermitentes assolavam a região, algo evidenciado pela palidez dos habitantes locais.

CAPÍTULO II – LITERATURA DE VIAGEM: PROBLEMATIZAÇÃO ENTRE PESQUISA E ENSINO

Para Michel de Certeau (1982), a História enquanto disciplina está inserida em um lugar social, sendo estruturada por instituições que regulam métodos, seleção de fontes e normas acadêmicas. O historiador, comparado a um operário, transforma o objeto de estudo em História, obedecendo a regras e técnicas específicas que garantem proteção à produção do conhecimento. A prática historiográfica varia conforme o contexto cultural, e a interdisciplinaridade é essencial para evitar dogmatismos, permitindo um controle mais preciso das interpretações históricas.

A escrita da História segue uma lógica discursiva e desempenha um papel didático, transmitindo valores e conhecimentos à sociedade. Para garantir sua validade, uma historiografia deve ser verificável, sendo uma citação um dos mecanismos que conferem substituição ao discurso histórico. O texto histórico está condicionado por recortes espaciais e temporais e, embora siga uma estrutura narrativa, não se fecha a novas possibilidades de interpretação. Dessa forma, a escrita da História não pode ser um desejo pessoal do historiador, pois está inserida em um contexto institucional e social que orienta sua produção.

No campo educacional, essa relação entre a prática historiográfica e a escrita da História se reflete diretamente no papel do professor. Cabe a ele não apenas dominar o saber histórico, mas também desenvolver a “competência pedagógica” necessária para transportar esse conhecimento à sala de aula. Seu prestígio está na qualidade de se comunicar com os alunos, incentivando-os a compreender o passado e a apresentar de maneira crítica. O professor atua como mediador do saber, orientando os estudantes na análise da diversidade de pontos de vista e no desenvolvimento da capacidade de problematização histórica, desenvolvendo temas em questões investigativas.

Segundo Schmidt (2001), o fazer histórico é essencial para a educação histórica, permitindo que os alunos compreendam a construção do conhecimento na disciplina. O ensino deve apostar na problematização, na construção de conceitos, na análise causal e na exploração documental, incentivando uma atitude ativa na aprendizagem. Além disso, a problematização histórica permite que os alunos formulem questões e reconheçam a multiplicidade de interpretações, tornando a História um campo aberto ao questionamento e ao pensamento crítico.

Nesse contexto de construção do conhecimento histórico e suas possibilidades de utilização no ensino de História, este capítulo tem como objetivo explorar o conceito de literatura de viagem e sua utilização pelos historiadores até os anos 70 do século XX, quando a fonte passou a ser problematizada pela pesquisa historiográfica. Ainda neste capítulo, pretende-se aprofundar na figura do Florence, que migrou para o Brasil e fez do país o seu exílio. Se vida e obras se misturam, nada melhor do que conhecer o processo de construção do diário de viagem e suas versões, e, por fim, analisar as possibilidades e limites na utilização do *corpus* documental como recurso didático no ensino de História do Mato Grosso.

2.1 O que é uma literatura de viagem?

De acordo com o dicionário Houaiss (2011), viagem é o ato de deslocar-se de um ponto a outro, podendo ser motivada pela busca de experiências, descobertas ou mudanças. Essa prática transcende o simples movimento geográfico, envolvendo interação cultural, aprendizado e transformação pessoal. A viagem pode ser tanto uma jornada de exploração de lugares e paisagens quanto uma experiência de autoconhecimento.

Todos os relatos de viajantes são fontes primárias, pois, segundo Moreira Leite (1997, p. 15), trata de “depoimentos a respeito de situações testemunhadas”. O relato de viagem tem um caráter documental e descritivo, focado na experiência real do viajante. Geralmente narrado em primeira pessoa, pode assumir diferentes formas, como diários, cartas, crônicas ou registros jornalísticos. Seu principal objetivo é registrar impressões sobre lugares, culturas e acontecimentos vivenciados durante a jornada. Já a literatura de viagem é um gênero mais amplo, que pode incluir tanto relatos reais quanto narrativas ficcionais inspiradas por viagens. Essas obras frequentemente apresentam um viés literário, estilizado e subjetivo, explorando não apenas o deslocamento físico, mas também a transformação pessoal do viajante.

Além do deslocamento físico, as experiências vividas nas viagens têm sido transformadas em narrativas que fascinam leitores ao longo do tempo. Para Vecchio (2021, p. 95), “[grande] parte dos registros de viagem, ainda hoje, desperta muito interesse pelo exotismo das regiões descritas, pelo imprevisto e risco das situações em que se encontram os protagonistas dos muitos mares percorridos”. Esse interesse levou a tentativas de classificação dos diferentes tipos de relatos de viagem. Embora os registros de viajantes existam desde a Antiguidade, a sistematização desse gênero remonta à expansão marítima

européia. Contudo, foi no século XIX que a organização dos relatos de viagem ganhou força, impulsionada pelo crescente interesse do público por esse gênero literário.

A literatura de viagem é um gênero literário que documenta experiências e observações do viajante, muitas vezes um estrangeiro. Esse gênero apresenta diferentes formas e conteúdos, mas, em geral, registra informações sobre a história, a cultura, a geografia e a fauna e flora dos locais visitados. A literatura de viagem pode ser encontrada em formatos como guias turísticos, diários de bordo e relatórios de expedições.

Na obra *Livros de Viagem (1803/1900)* de Miriam Lifchitz Moreira Leite utiliza a tipologia “livros de viagem” para se referir aos relatos de viajantes, argumentando que essa escolha é adequada devido à abrangência do gênero. A literatura de viagem se manifesta em diferentes formatos, como romance aventura, literatura fantástica ou romance epistolar (cartas de caráter formal ou literário de cunho religioso ou filosófico).

Devido à variedade de registros de viagem, muitos críticos buscaram classificá-los de acordo com diferentes critérios, como o destino geográfico (Ásia, África ou América), os protagonistas (missionários, mercadores, marinheiros, soldados, embaixadores) ou a localização no tempo e no espaço. Outras abordagens organizaram esses relatos de acordo com nacionalidade do viajante ou com temas e seu contexto histórico (Vecchio, 2021). Assim, o termo literatura de viagem se tornou um conceito abrangente, funcionando com um “guarda-chuva” que reúne diferentes tipos de produções textuais cujo eixo central é a experiência da viagem.

Na tentativa de classificar a literatura de viagem, críticos literários se depararam com os limites desse gênero. Muitos desses registros combinam diferentes linguagens – verbal, iconográfica e cartográfica – e diversos gêneros textuais, tais como memórias, registros etnográficos, historiográficos e geográficos (Lima, 2019).

Segundo Elisa Schemes (2015), uma característica fundamental desse gênero é que todo registro de viagem presume um leitor específico, podendo ser destinado tanto ao próprio escritor-viajante quanto ao grande público. Além disso, pode ser escrito durante ou depois da viagem, passando por várias revisões em diferentes fases da vida do autor. Em alguns casos, o autor-viajante encontra inspiração em outras viagens.

O relato de viagem também pode ser uma narrativa híbrida, pois, mesmo em textos de caráter oficial e/ou científico, apresenta uma escrita pessoal e subjetiva. A múltiplas faces da literatura de viagem contribuiu para a falta de consenso entre os críticos sobre se o relato de viagem constitui um gênero literário ou outra forma de expressão (Andrade, 2005; Lima, 2019). No entanto, essa indefinição não impede que os relatos de viagem sejam amplamente

utilizados como fontes na historiografia.

Para Junqueira (2021), é pouco provável que haja a uniformidade desta fonte, dada sua diversidade, e talvez não caiba ao professor/historiador discutir se o relato de viajante constitui um gênero literário. No entanto, é de suma importância perceber que essa fonte apresenta uma grande variedade de formas de sua escrita e, como afirma Junqueira (2011, p. 61), “devemos estar atentos a essa peculiar característica do *corpus* documental e compreender os recursos que o viajante utiliza, consciente ou inconsciente, para narrar a sua experiência”.

A relação entre História e Literatura muitas vezes se entrelaçam. Grandes epopeias, como Odisseia, atribuída ao poeta Homero, e Eneida, de Virgílio, misturam registros históricos com elementos místicos. Segundo Pesavento (2014, p. 80), ambas “participam da criação do mundo, como narrativas que falam do acontecido e do não acontecido”. Assim, História e literatura correspondem a narrativas explicativas do real, embora a realidade não seja um dado fixo, mas um ponto de referência. À medida que a História transforma a Literatura fonte, o faz para alcançar a sensibilidade e a experiência na construção de sentido para o mundo.

A literatura de viagem, como campo fértil para a produção historiográfica brasileira, se destaca pela diversidade de temas e assuntos de sua época. Embora predomine uma visão eurocêntrica, é necessário enfatizar que esse discurso está situado em um contexto histórico específico (Campos; Gonçalves; Castrillon, 2021, p. 199). De acordo com Franco (2011), a literatura de viagem foi amplamente utilizada desde a fundação do IHGB, em 1838. Naturalistas-viajantes como Saint-Hilaire, que visitou o Brasil entre 1816 a 1822; Johann Baptist Emanuel Pohl, entre 1817 a 1821, Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius, que viajaram pelo Brasil entre 1817 a 1820, são citados por Capistrano de Abreu que os utilizam para esclarecer aspectos da História do Brasil. Assim,

[apesar] da gama diversificada de temas e enfoques, algumas sobressaem: destaca os aspectos culturais e cotidianos, sem sombra de dúvida uma abordagem fartamente explorada nos relatos dos viajantes, dispostos a descrever o “típico” e construir uma verdadeira galeria de curiosidades acerca dos hábitos dos brasileiros.” (Franco, 2011, p. 65)

Os viajantes estrangeiros no Brasil pós-independência observaram a paisagem urbana e a diversidade racial, o que gerou teoria da superioridade do homem branco europeu, influenciadas pela sua formação científica desses viajantes. Essas visões sobre a sociedade escravista e mestiçagem inspiram Gilberto Freyre na análise das dinâmicas particulares em

relação a escravidão brasileira e na reconstrução do estilo de vida das famílias patriarcais, marcadas por costumes introduzidos pelos portugueses (Andrade, 2005, p. 7). Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1936), também utilizou-se de relatos de viajantes para pensar a cultura brasileira. O diário de Hércules Florence foi consultado para pensar a *língua-geral brasílica* – falada em diferentes regiões do Brasil entre o século o final do século XVII e início do século XIX, com origem no tupi. O viajante norte-americano Herbert Smith e sua visão de uma “revolução vertical” para a América do Sul foi apropriado no último capítulo, “Nossa revolução” (Franco, 2011, p. 69).

Os autores como Gilberto Freyre, Capistrano de Abreu e Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes e Fernando Henrique exploraram os relatos de viajantes investigando aspectos demográficos, relações sociais, práticas culturais e hábitos cotidianos, contribuindo para a compreensão da formação da sociedade brasileira.

Até a década de 1970, muitos dos pesquisadores consideravam o relato de viagem como uma fonte fidedigna, sem a devida criticidade em relação à fonte. Esse tratamento se baseava no fato de que esses relatos eram produzidos a partir do testemunho ocular do viajante, considerado uma pessoa externa e sem vínculos com os locais visitados. Ou seja, o relato de viagem era visto como uma fonte historiográfica confiável, já que o viajante, supostamente isento de influências locais, registrava informações sobre a vida cotidiana das pessoas visitadas sem qualquer tipo de interferência do meio (Moreira Leite, 1997).

Nas últimas décadas do século passado, alguns pesquisadores se debruçaram sobre essas fontes. Dentre eles, destacam-se Ilka Boaventura Leite, com sua tese *Negros e Viajantes Estrangeiros: relatos de viagem a Minas Gerais no século XIX* (1986), e José Carlos Barreiro, que, com tese *O cotidiano e o discurso dos viajantes: criminalidade, ideologia e luta social no Brasil do século XIX* (1989), procurou analisar a população escravizadas o olhar dos viajantes. Na década de 1990, Karen Macknow Lisboa, em *A Nova Atlantida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)* de 1997, focou na representação que os viajantes-naturalistas fizeram do Brasil e analisou a suposta neutralidade dos textos científicos. Flora Süssekind, com *O Brasil não é longe daqui* (1990), buscou relacionar o relato de viagem com “escritos da prosa de ficção brasileira nos anos de 1830 a 1840 para formação de uma ideia de nação, bem ao gosto dos românticos” (Franco, 2011, p. 73). Valéria Salgueiro, em sua tese defendida em 1995, *Gosto, sensibilidade e objetividade na representação da paisagem urbana nos álbuns ilustrados pelos viajantes europeus – Buenos Aires, Rio de Janeiro e México (1829-1852)* e Luciana Lima Martins, *O Rio de Janeiro dos viajantes. O olhar britânico (1800-1850)*, focaram na

perspectiva dos viajantes sobre a paisagem urbana, a partir da análise da iconografia.

Entretanto, a ausência de críticas mais aprofundada às fontes levou à reprodução de estereótipos, o que permitiu a relativizar o trabalho escravo, a representação de indígenas e brasileiros como preguiçosos, entre outras distorções. Essas ideias, desenvolvidas pelos viajantes de “forma espontânea ou sem uma reflexão mais sistemática”, passaram a integrar o imaginário coletivo brasileiro, influenciando tanto os “intelectuais ou segmentos populares”, corroborando como parte do senso comum (Andrade, 2005, p. 2). Moreira Leite (1997, p. 10), aponta que:

Ao avaliar o grupo visitado e seus valores estranhos, dos quais o observador tem apenas amostras concretas fragmentárias, o visitante e o habitante acabam vítimas de inúmeros mal-entendidos. Muitas das dificuldades desse relacionamento provém da capacidade distinta dos viajantes de se desprenderem de sua cultura de origem para observar e repensar a população visitada; e a população brasileira que poderia ler os seus escritos nem sempre era a que estava sendo descrita ou interpretava no livro de viagem, pois era constituída pela faixa de habitantes mais abastados, identificados com a cultura *européia*.

Somente nas últimas décadas do século XX é que os historiadores começaram a analisar criticamente os relatos de viajantes, questionando a objetividade e a neutralidade das narrativas. Tornou-se necessário investigar a origem e os interesses dos viajantes, bem como as relações que estes mantinham com o lugar descrito. A interdisciplinaridade entre a história e a antropologia ajudou a compreender o choque cultural entre o viajante e o visitado (Lima, 2019). Segundo Franco (2011, p. 67), hoje os historiadores têm o “cuidado de analisar os filtros existentes entre os fatos narrados nos relatos e o seu narrador”, uma vez que esses relatos frequentemente carregam preconceitos e uma visão distorcida dos visitados. Um exemplo típico é a ideia recorrente nos relatos dos viajantes de que os lugares visitados estavam ausentes de civilização e progresso. A autora ainda destaca:

Atualmente, fazem parte do universo de preocupações dos historiadores, estabelecendo-se como pontos de partida no trabalho com os relatos, questões tais como: a discussão sobre as intencionalidades evidenciadas nas entrelinhas do discurso dos viajantes, o lugar de enunciação – nacional, social e ideológico – do porta-voz daquele discurso ou os interesses particulares que mobilizaram suas representações. (Franco, 2011, p. 71)

O uso do relato de viagem, tanto por historiadores quanto por docentes, exige uma análise cuidadosa e comparativa com outras evidências, de modo a refletir criticamente sobre o contexto histórico. Isso implica questionar e interpretar o texto, colocando dúvida sua veracidade, além de considerar as limitações da fonte, em especial devido à perspectiva

eurocêntrica que frequentemente a permeia. Para Schemes (2015), os relatos de viagem carregam as marcas da “experiência da alteridade”, resultante do contato entre culturas diferentes, o que gera um olhar sobre o “outro”. Conceitos como etnocentrismo e identidade são fundamentais para compreender a construção que os viajantes fazem de si mesmos e dos povos que encontram. Assim, ao trabalhar com relatos de viagem, o pesquisador ou professor deve levar em conta o “universo cultural” do viajante, pois suas observações frequentemente “apontam mais para o âmbito cultural do próprio viajante do que para o lugar visitado” (Junqueira, 2011, p. 45).

A análise dos relatos de viagem exige uma abordagem criteriosa, baseada em três aspectos fundamentais. Primeiro, é essencial compreender a finalidade da viagem e seu contexto histórico. Um exemplo são as expedições do século XV, financiadas pelos Estados Nacionais, cujo objetivo era a busca por metais e pedras preciosas por meio da conquista de novos territórios. Já no século XVIII e XIX, embora não haja consenso, muitas viagens tinham um carácter científico e contavam com o patrocínio das potências europeias. Segundo, é necessário entender o “universo cultural” do viajante, seu conhecimento prévio sobre o destino e o momento em que escreveu seu relato, pois esses fatores influenciam sua percepção. Terceiro, deve-se adotar um olhar investigativo sobre os relatos, problematizando suas narrativas e confrontando-as com outras fontes para verificar sua veracidade.

De acordo com Lima (2019), a abordagem pós-colonial, inspirada na obra *Orientalismo: o Oriente como uma invenção do Ocidente*, de Edward Said, fornece uma base teórica para considerar o relato de viagem como uma construção tanto da identidade do viajante quanto da imagem do “outro”. Isso ocorre porque o viajante descreveu o mundo visitado a partir de sua própria perspectiva cultural, carregando apenas seus valores e concepções. Mary Louise Pratt, em *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*, introduz uma noção de “zona de contato”, que se refere às dinâmicas entre o viajante e o visitado, além do conceito de transculturação, que explica como grupos dominados incorporam elementos culturais dos dominantes.

Além disso, há especificações no uso dos relatos de viagem como fonte histórica, incluindo a classificação hierárquica dos povos visitados é a tendência à especialização atemporais, desconsiderando mudanças históricas e sociais. Portanto, os relatos de viagem devem ser analisados criticamente, pois refletem, em grande parte, uma visão eurocêntrica do mundo (Lima, 2019).

2.2 O viajante Hércules Florence

A literatura de viagem frequentemente retrata o viajante como um explorador curioso e corajoso, movido pelo desejo de descobrir o desconhecido e vivenciar culturas distintas. Diferente do turista, que segue roteiros convencionais, o viajante é descrito como alguém que busca experiências autênticas, muitas vezes se aventurando por caminhos menos trilhados e abraçando o imprevisto como parte essencial da jornada.

Hércules Florence personifica esse ideal de viajante. No século XIX, ele participou da Expedição Langsdorff, registrando em detalhes as paisagens, os povos e as adversidades encontradas ao longo do percurso. De origem franco-monegasco, chegou ao país em abril de 1824, aos 20 anos de idade, e aqui permaneceu até o seu falecimento em 1879. Homem versátil, destacou-se como artista, viajante e inventor, sendo um dos pioneiros na descoberta da fotografia e do polígrafo. Além de suas contribuições no campo das ciências, foi proprietário de uma fazenda de café no interior de São Paulo e atuou como político e jornalista, dirigindo o periódico “O Paulista”.

Sua trajetória foi marcada por eventos que moldaram sua identidade. Perdeu o pai ainda na infância e cresceu em meio às transformações causadas pelo período napoleônico. Migrou para o Brasil, um país recém-emancipado de Portugal e aberto aos estrangeiros, dando continuidade à sua viagem iniciada no Velho Mundo. Foi contratado pelo Barão Langsdorff para integrar uma expedição financiada pela Rússia dos czares Alexandre I e Nicolau I. Ao fim da expedição, casou-se com a brasileira Angélica de Vasconcelos, filha de uma família influente, inserindo-se no círculo social de São Carlos. Com o falecimento da sua esposa, constituiu matrimônio com a educadora alemã Carolina Krug. Juntos fundaram o Colégio Florence para moças. Tiveram 20 filhos ao longo de suas duas uniões.

A nacionalidade de Florence é frequentemente reduzida à francesa, mas sua identidade reflete um contexto histórico complexo, derivado das causas revolucionárias francesas. Nice, sua cidade natal, foi ocupada pela França em 1792, e Mônaco, onde passou sua infância e adolescência, esteve sob influência francesa até 1860. Com o Congresso de Viena (1814-185), esses territórios foram restituídos: Nice voltou ao controle do Reino da Sardenha, ao qual pertencia antes da ocupação. Em 1860, a cidade foi anexada pela França como parte de um acordo entre Napoleão III e o rei Victor Emmanuel II da Sardenha; Mônaco, embora independente, teve sua política externa sob a tutela sarda até 1860, quando passou a estar sob proteção da França.

Florence nasceu em 1804, em Nice, e em 1807 mudou-se com sua família para para

Mônaco, terra natal da sua mãe, ficando órfão de pai no mesmo ano. Seu interesse pelo desenho foi incentivado pelo conviver com a família materna, composta por “artesãos, mestres de ofício e pintores, muitos deles educados nas escolas de arte de Roma e Paris” (Ferreira, 2014, p. 156). Na sua infância, aprendeu francês e italiano na escola de Mônaco, enquanto sua comunidade falava um dialeto misto de lígures e piemontês, com algumas palavras de origem espanhola (Vangelista, 2023).

Ainda cedo, foi atraído pela leitura de histórias de viagens e aventuras marítimas, além de passar horas debruçado sobre um atlas (Bourroul, 1900). Inspirado pelas leituras de Daniel Defoe e do Abade Raynal, passou a desejar fazer parte da marinha real francesa. Aos 16 anos de idade fez sua primeira viagem marítima ao embarcar em um navio de Mônaco para Antuérpia. Na ocasião, migrou à procura de emprego e após o fracasso de seu plano, retornou por terra até chegar em Mônaco, onde residia. De acordo com Vangelista (2023, p. 43):

[...] a família, empobrecida e privada da figura do pai, não podia dispor da rede social necessária para enviá-lo como aprendiz a um lugar onde ele pudesse criar sólidas bases para suas aspirações e ambições. Em síntese, ele não possuía os meios para aproveitar sua viagem até Antuérpia.

Em seu retorno para casa, percorreu as principais cidades do oeste europeu, passando por Bruxelas, Paris, Aix-en-Provence e Brignole, numa jornada de 1.000 quilômetros (Fonseca, 2008). Sua desventura permitiu-lhe entrar em contato com diversas culturas e línguas em um período marcado pela ascensão do nacionalismo na Europa. Anos depois, ao integrar a Expedição Langsdorff, vivenciou uma experiência similar ao explorar o Brasil, um território vasto e diverso, acessível principalmente por embarcações ou mulas. A própria Expedição Langsdorff era formada por um grupo multicultural e multilinguístico e contava com cientistas de várias nacionalidades da Europa, além de auxiliares brasileiros, africanos escravizados e indígenas que ajudaram na expedição.

Seu espírito aventureiro levou-o a se lançar ao mar como empregado da Marinha Real francesa no navio *Annibal*. Embarcou como grumete, um tipo de aprendiz a bordo – muita das vezes, menor de idade, responsável pela limpeza e ajudava os marinheiros em diferentes tarefas. Após duras experiências no mar, pediu dispensa e foi trabalhar no navio do capitão Claude Ducampe de Rosamel onde participou do bloqueio de Barcelona, em 1823 (Bourroul, 1900, p. 43). O episódio fez parte de uma intervenção militar francesa na Espanha para restaurar o regime absolutista do rei Fernando VII. Depois do cerco à cidade, a fragata retornou para Toulousn, onde recebeu preparativos para voltar ao mar em

uma viagem de circunavegação, com uma parada na América do Sul. A convite do capitão, aceitou embarcar no navio que podia satisfazer o seu desejo de “viajar até os países mais longínquos, com os quais ele tinha sonhado quando passava “horas folheando um bom atlas que tinha”” (Vangelista, 2023, p. 35).

Florence embarcou no *Marie Thérèse* em fevereiro de 1824 e desembarcou no Rio de Janeiro após 45 dias de viagem. Sua travessia do Atlântico foi possível graças a um acordo informal com o capitão Rosamel firmado antes do embarque, a quem ofereceu sua experiência como grumete em troca de passagem. Diferentemente de outros viajantes, que receberam financiamento de nações monárquicas ou academias científicas para viajar ao Brasil, Florence não contou com nenhum tipo de apoio. Sua escolha pela capital do Império Brasileiro não foi por acaso; ele sabia que Rosamel possuía contatos influentes na cidade e poderia auxiliá-lo a encontrar emprego (Vangelista, 2023).

Nas primeiras décadas do século XIX, o Rio de Janeiro vivia um intenso fluxo migratório, impulsionado pela transferência da Corte Portuguesa e pelo avanço da Revolução Industrial. A cidade passou a atrair imigrantes movidos pelas mudanças políticas, econômicas e sociais que redefiniram a Europa. Florence, assim como muitos que desembarcaram na América, personificava os impactos desses acontecimentos, que culminaram na Restauração das monarquias entre 1814 e 1815. Como aponta Vangelista (2023, p. 37), cada “migrante europeu dessa época que desembarcava no continente americano carregava experiências parecidas nas suas diversidades: a perda de *status* social, os problemas econômicos, as decepções políticas e até condenações jurídicas” .

O imigrante francês Pierre Dillon, amigo de Rosamel, ofereceu a Florence o primeiro emprego no Rio de Janeiro. Era um emprego de caixeiro em uma loja de tecidos. Posteriormente, Florence mudou de ocupação e passou a trabalhar para outro francês residente na capital, Pierre Plancher, proprietário de uma livraria que, dois anos depois, fundaria o *Jornal do Comércio do Rio de Janeiro* (Marquese, 2016).

Quase um ano após seu desembarque no Brasil, Florence soube que Langsdorff procurava um pintor para acompanhá-lo em uma expedição ao interior do país. De acordo com Costa (2023, p. 90), a contratação de Florence ocorreu devido a duas razões principais: sua habilidade com o desenho e seu conhecimento de geografia. Além disso, o chefe da expedição pretendia empregar mais de um desenhista, garantindo a continuidade do trabalho caso surgissem imprevistos com o primeiro. O contrato de Florence foi diretamente vinculado a Langsdorff e, nos documentos oficiais da expedição, seu nome aparece com a atribuição de geógrafo, já que o desenhista oficial era Taunay.

Com o fim da Expedição Langsdorff e envio os últimos materiais para a Rússia, Florence retornou a Porto Feliz, onde reencontrou a família de Francisco Álvares Machado. Em 1830, casou-se com Maria Angélica, filha de Álvares Machado, e passou a viver em São Carlos. Foi nesse período que iniciou seus estudos sobre o som dos animais, desenvolveu a *zoofonia*, e criou a poligrafia, uma técnica de reprodução em papel dos desenhos feitos durante a expedição. Dois anos depois, começou a experimentar a câmera escura e o uso do nitrato de prata para fixar imagens no papel – um marco na descoberta da fotografia no Brasil (Fonseca, 2008).

Florence, mesmo inicialmente incomodado com a escravidão, não substituiu o trabalho escravo por mão de obra livre em sua fazenda. Com o tempo, acabou aceitando e passando a conviver com a escravidão, influenciado pela família da sua primeira esposa e o meio social. Durante o segundo casamento, Florence manteve cativos em sua casa. Carolina Florence era uma mulher instruída, com formação superior – algo incomum para a época. A casa de Florence era um local de encontro cultural, onde diferentes línguas e culturas se cruzavam, refletindo as complexas influências que moldam sua vida e sua obra.

Em 1836, Florence adquiriu uma tipografia no Rio de Janeiro e a transferiu para São Carlos. A imprensa tornou-se uma de suas atividades centrais, e em 1842, publicou em sua tipografia um texto do padre Diogo Feijó (Fonseca, 2008). Em 1850, após o falecimento de Maria Angélica, casou-se com Carolina Florence, uma mulher com formação superior, educada na Alemanha e na Suíça. Faleceu no dia 27 de março de 1879, acometido por uma grave enfermidade.

Embora tenha sido um homem notável, Florence não recebeu reconhecimento em vida. Suas descobertas, como a poligrafia e seus experimentos com fixação de imagens, passaram a ser despercebidas pelo grande público. Como muitos inventores foram do cenário europeu, enfrentou dificuldades para divulgar suas criações. De acordo com Ferreira (2014, p. 154)

Como um mestre trabalhando na periferia do capitalismo, Florence encontrou as mesmas dificuldades que artistas, romancistas, fotógrafos, impressores e poetas enfrentavam para divulgar sua arte e, ao mesmo tempo, extrair dela sua subsistência. Numa época em que a formação superior era dominada pelo bacharelismo e as artes prosperavam com a subvenção do poder imperial, ele colheu poucos frutos de seus inventos. Soube, no entanto, compreender e fazer suas escolhas diante das dificuldades do meio.

A trajetória de Florence é permeada por uma sensação de ausência, marcada pela falta de reconhecimento de suas contribuições. O amargo dissabor de um homem que cruzou

o Atlântico e morreu sem ver seus feitos valorizados ilustra bem seu “exílio espiritual e material”, resultado de ambições não realizadas (Vangelista, 2023, p. 66). Seu exílio carrega um duplo sentido: o afastamento da Europa ao escolher viver no Brasil e “exílio dentro do exílio” ao estabelecer em em São Carlo, uma cidade distante dos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro (Vangelista, 2023, p. 67).

“Em suma, Florence angustiava-se enormemente pela distância, que se fazia sempre maior, entre alguns países da Europa em plena Revolução Industrial (ele faz principalmente referência à Inglaterra e à França) e o Brasil, aonde chegavam só as migalhas da modernidade, e ainda por cima na forma que ele considerava a pior: a predominância do interesse pelo dinheiro” (Vangelista, 2023, p. 67).

Além do exílio geográfico, Florence viveu um exílio social e cultural. Como destaca Vangelista (2023, p. 77), “Hercule Florence, homem da primeira metade do século XIX, nunca perdeu a ligação ideal com seus lugares de origem, a sua pátria, mas ao mesmo tempo, ainda que criticando-o, foi leal ao Brasil, país de seus filhos e de sua primeira esposa.” Desolado e resignado, Florence constata que nenhum dos seus esforços alcançou o reconhecimento desejado. A frustração diante do esquecimento de suas invenções o motivou a escrever *L’Ami des arts livre à lui-même* um livro que funcionaria como uma apólice de segurança contra a perda de seu legado. Nele, foi registrada sua história e suas contribuições, na esperança de não desaparecer na memória do tempo (Bourroul, 1900). Vangelista complementa (2023, p. 43), nunca “se libertou dessa profunda solidão social da certeza de viver permanente deslocado”.

A literatura referente a Florence e o contexto histórico revelam um personagem de boa educação, que, na vida adulta, percorreu a Europa antes de chegar no Brasil. Sua trajetória foi marcada pelo contraste entre uma juventude influenciada por ideias liberais e pela admiração das conquistas napoleônicas, que estavam distantes da realidade política e social do Brasil. Ao desembarcar, deparou-se com um país monárquico, escravocrata e dominado por uma aristocracia rural (Vangelista, 2023).

2.3 Os Bastidores do Diário de Florence

Os estudos sobre a vida e obra de Hércules Florence devem muito ao trabalho de Alfredo d’Escrangnolle Taunay, que traduziu e publicou o manuscrito na *Revista do IHGB* em 1875, marcando a primeira divulgação de *Viagem Fluvial*. Após a morte do jovem pintor, Aimé-Adrien, Florence presenteou a família de Taunay com o manuscrito. Inédito até então,

o documento foi levado ao conhecimento do público graças à iniciativa de Taunay. Sua publicação na revista contribuiu para dar visibilidade à obra de Florence, até então pouco conhecida.

Em 1900, Estevam Leão Bourroul Florence escreveu uma extensa biografia sobre Hércules Florence, baseada em documentos da família. No entanto, a obra deve ser lida com ressalva, pois atribui um tom hagiográfico ao personagem. “*Honremos, pois, a memoria de Hercules Florence. E n'elie honraremos o Talento, a Virtude, a Familia, a Tradição, a Sciencia, as Lettras, a Religião e o Patriotismo*”⁹ (Bourroul, 1900, p. XVI). Além disso, seus descendentes também desempenharam um papel importante na preservação e difusão de seu legado, com destaque para seu sobrinho, Philibert Florence, que em 1913 editou *Viagem fluvial* em Mônaco (Vangelista, 2023).

A pesquisa sobre a obra *Viagem Fluvial* apresenta diversas lacunas, especialmente no que diz respeito ao início e ao termo da escrita, bem como ao paradeiro do material original. Ao longo de cinco décadas, Florence produziu diferentes versões de seu diário de bordo, sem registrar dados quando realizava alterações no texto. Seus manuscritos encontram-se dispersos em acervos no Brasil e na Rússia. Parte desse material pode ser consultada na em obras com *Expedição Langsdorff: acervo e fontes históricas* (Komissarov, 1994), *A expedição científica de G. I. Langsdorff ao Brasil, 1821-1829: catálogo completo do material existente nos arquivos da União Soviética* (Bertels; Komissarov, 1988) e *Expedição Langsdorff [catálogo de exposição]* (CCBB, 2010).

Segundo Ferreira (2014), entre os séculos XVIII e XIX, houve uma mudança na forma como o “outro” e o Novo Mundo eram representados. O caráter mítico e fantástico das investigações cedeu espaço a uma abordagem mais científica, de caráter mais enciclopédico, sistemático e racionalista. Influenciada por figuras como Alexander von Humboldt, cujo estilo de escrita foi referência para muitos viajantes do século XIX, incluindo Florence. A tradição dos relatos de viagem, fortemente influenciada por Humboldt, buscava sistematizar a totalidade das observações sobre a natureza e as sociedades locais, incorporando um olhar mais analítico e detalhado.

A escrita da narrativa da expedição segue a tradição das expedições científicas, nas quais a publicação dos relatos fazia para “reconhecimento social e científico” (Santos Bonfim, 2011, p. 16). No entanto, devido ao desfecho inconclusivo da Expedição Langsdorff, a divulgação esperada não ocorreu, cabendo a Florence a tarefa de narrar a viagem.

⁹ A citação em português respeitou a ortografia original.

Entre 1825 e 1829, Hercule Florence registrou em 238 páginas a sobre a expedição científica conduzida por Georg Heinrich von Langsdorff. Suas anotações expressam profundo fascínio pela natureza tropical e sua percepção sobre o contato com diferentes grupos sociais, como indígenas, africanos escravizados, homens livres, militares e autoridades locais. No manuscrito foi escrito de forma simples, mas direta, seguindo a tradição das narrativas de viagem (Ferreira, 2014).

Esse diário de campo, escrito durante a viagem, reflete a experiência direta de Florence em meio às adversidades do percurso. Segundo Santos Bonfim (2011, p. 19), ele foi produzido quando tudo ainda era novidade para o viajante, resultando em anotações apressadas. A repetição de temas e formas se torna mais evidente conforme o viajante organiza suas anotações. Além disso, estereótipos adquiridos antes da jornada influenciam sua percepção da realidade. Devido às condições adversas da viagem, o diário apresenta uma linguagem mais técnica, com alguns comentários e arranjos literários. A marcação de dados e locais estrutura o texto, orientando as observações por meio da cronologia e do percurso. A partir desse texto original, ele produziu diversas versões ao longo dos anos .

Embora o diário de campo tenha sido inicialmente escrito de forma apressada e técnica, com a urgência de registrar a experiência durante a viagem, Florence revisitou e reorganizou suas anotações anos depois. Entre janeiro e fevereiro de 1829, Hercule Florence revisou seu diário de campo durante uma viagem de Belém ao Rio de Janeiro, escrevendo 84 páginas sobre o período de 1825 a 1827. O manuscrito foi enviado à família Taunay. A continuação do manuscrito, referente ao período de 1827 a 1829, foi revisada e enviada à Academia de Ciências de São Petersburgo por Frans Borel (Komissarov, 1994).

De acordo com Ferreira (2014), às 84 folhas guardadas pela família Taunay, intituladas *Esboço da viagem do Sr. Langsdorff no interior do Brasil*, foram vistas por Hércules Florence como um “esboço”, sem interesse editorial. A continuação foi enviada à Rússia e pode ser tanto uma sequência quanto um complemento aos manuscritos de Langsdorff. Boris Komissarov (1994, p. 34) considera essas versões como parte de uma “primeira variante” das narrativas da expedição, mas não há evidências claras de continuidade entre elas. Para confirmar a existência de conexões entre os manuscritos, é necessário localizar as 84 folhas entregues à família Taunay, cuja localização é desconhecida desde que o Visconde de Taunay foi encontrado na década de 1870.

Após muitos anos, Florence retomou a redação da narrativa da expedição durante a preparação do *L'ami des arts*, iniciada em 1837 e concluída em 1859. A escrita foi interrompida diversas vezes, incluindo sua participação na Revolução Liberal de 1842 e

dificuldades pessoais, como os falecimentos de seu sogro e esposa. Em 1855, após uma nova interrupção, Florence retornou a Mônaco, e, ao voltar ao Brasil, mudou para a Fazenda *Soledad*, onde concluiu o manuscrito. A obra destaca-se por apresentar uma narrativa autobiográfica, registrando o surgimento da fotografia no Brasil, suas invenções e o relato completo da viagem fluvial da Expedição Langsdorff (1825-1828). Ao escrever, Florence escreve sua própria história – uma maneira de garantir que a vida não seja esquecida, compartilhando sua existência com o mundo.

Segundo Ferreira (2014), a narrativa da expedição ocupa 226 das 423 páginas de *L'ami des arts*, sendo o único manuscrito a relatar todo o percurso da viagem com intenções de publicação. Esse texto foi baseado na mesma matriz usada para escrever as 84 folhas entregues à família Taunay e as 70 páginas enviadas para a Rússia. Diferentes dos textos de 1829-1830, que são cópias do diário de campo produzidos para atender as exigências da expedição, o de 1849-1859 é uma narrativa construída com base na literatura de viagem da época, refletindo uma abordagem mais pessoal.

A terceira versão, fonte consultada desta pesquisa, foi publicada pela primeira vez em português no volume 1 do tomo 38 da Revista do IHGB, abrangendo a página 355 a 469. O texto narra a viagem da expedição entre os meses de setembro de 1825 e agosto de 1827, cujo continuidade se deu no volume 2, tomo 38, páginas 231 e 301. O desfecho da viagem aconteceu no volume 2, tomo 39, páginas 157 e 182. A publicação desta narrativa foi o trabalho editorial do Visconde de Taunay, que traduziu, editou e adaptou os textos de Florence, criando subtítulos, excluindo trechos e conferindo um tom heróico e trágico à obra (Ferreira, 2014).

Komissarov (1994), acredita que a terceira versão tenha sido escrita entre 1855 e 1859, conforme indicam as datas no material pesquisado no arquivo de Cyrillo Hercules Florence e no arquivo do IHGB. A segunda e terceira versão foram escritas quase simultaneamente e apresentam trechos similares, especialmente na narrativa que vai da Fazenda Jacobina até o retorno para o Rio de Janeiro. Embora *Viagem Fluvial* (1855-1859) esteja incluído em *L'ami des arts* (1849-1859), foi um texto elaborado com a intenção de publicação. Contudo, há diferenças entre ambas as versões. A segunda apresenta reflexões históricas, comparações entre regiões do mundo e registros pessoais, como o falecimento de seu sogro, Álvaro Machado em 1846, enquanto a terceira foca na descrição da natureza e nas observações sobre as tribos indígenas. Bourroul, biógrafo de Florença, afirma que ambas as versões são bastante distintas.

Segundo Ferreira (2014), a versão publicada na Revista do IHGB difere-se de *L'ami*

des arts ao omitir o tom poético do encontro com o Avanhandava e o discurso antiescravista. A adaptação feita pelo Visconde visava alinhar o texto ao projeto nacionalista e civilizatório da instituição. Tal interferências de Alfredo de Taunay não teria agradado Florence, por isso, enviou a versão de *L'ami des arts* para a Europa. Seu contato foi Edouard Thomas Charton (1807-1890) do periódico *Le Tour du Monde Nouveau Journal des Voyages*. Florence teria enviado uma carta em janeiro de 1867, mas infelizmente não se tem notícias do desfecho. A única publicação de *Viagem Fluvial* na Europa foi através de seu sobrinho, Philibert Florence, 43 anos após a morte do Florence. A obra foi publicada na revista *Monaco Revue*, em Mônaco, no ano de 1913.

O Instituto Hercule Florence (IHF) lançou uma edição de *L'ami des arts* após a exposição da obra em Mônaco, em 2017. Na ocasião, foram publicados 300 exemplares do manuscrito. A UFMT recebeu oficialmente o exemplar número 34, que passou a integrar o acervo do Gabinete da Reitoria. A entrega foi formalizada pela Professora Maria de Fátima Costa, consolidando a parceria entre a universidade e o instituto.

De acordo com Komissarov (1994), havia a intenção de Florence de publicar o seu diário, conforme revela uma carta que ele enviou do Grão-Pará para sua mãe em Mônaco. Entretanto, Florence não publicou seu manuscrito antes de Langsdorff devido um contrato assinado (Ferreira, 2014). Florence honrou o acordo e somente procurou divulgar o diário sobre a expedição após o falecimento de Langsdorff em 1852. O mesmo não aconteceu com Rugenda que acabou publicando seus desenhos. O material da expedição não foi publicado e ficou parado sob o domínio da comunidade científica russa e somente Langsdorff estava autorizado publicar os registros da expedição. “De 1836 até a abertura dos arquivos russos nos anos 1930 paira uma incógnita acerca dos usos desse material.” (Ferreira, p. 188, 2014).

A história da segunda e terceira versão “é bastante emaranhada” (Komissarov, 1994, p. 35). Entre 1905 e 1907, Edmundo Krug publicou a segunda versão, em francês, na *Revista da Sociedade Científica de São Paulo*. Essa versão foi traduzida para o português e publicada no Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, em 1977. Com prefácio de Francisco Álvares Machado e Vasconcelos Florence, é afirmado que o texto trata-se do diário de campo de Florence e que a publicação do Visconde de Taunay seria apenas um esboço enviado à família Taunay.

Segundo Leenhardt (2023), *Viagem Fluvial*, publicada em 1875, passou por uma reescrita que ampliou o texto original, incorporando observações feitas após o evento. Ao longo do processo, o narrador foi gradualmente se transformando no personagem principal. Florence tinha plena consciência de que o manuscrito não se destinava mais ao Governo

Russo, mas ao público em geral. Enquanto relato de viagem, a primeira versão aborda o “evento no tempo e no espaço” (Leenhardt, 2023, p. 155).

Esquema das versões do diário de campo de Hércules Florence		
Versão	Localização	Publicação
Diário de campo (1825-1829)	Arquivo do neto de Hércules Florence, Cyrillo Hercules Florence, em São Paulo	Inédito
Primeira parte da primeira versão (1829-1830)	Perdida	Inédito
Segunda parte da primeira versão (1829-1830)	Arquivo da Academia de Ciências da Rússia (Moscou)	Inédito
Segunda versão (1848-1859)	Caderno de <i>L'ami des arts</i> - arquivo do trineto de Hércules Florence, Arnaldo Machado Florence, em Campinas	Publicado pela primeira vez em francês em 1905-1907
Terceira versão (1855-1859)	—	Publicado pela primeira vez em português em 1875-1876

2.4 O diário de viagem como recurso didático no Ensino de História

A fonte histórica é todo o tipo de vestígio produzido pela humanidade em diferentes épocas e contextos, que permite a construção de significado sobre o passado e suas nuances. Marcas e ranhuras deixadas pelo homem, textos escritos, objetos construídos por diferentes civilizações, a transformação da paisagem natural em paisagem cultural, entre tantos outros, são evidências da ação humana no mundo (Barros, 2019, p. 15). Estas, são amplas e vão desde os documentos oficiais, crônicas, processos criminais, jornais, diários, relatos de viagem, obras literárias etc, passando pelo fonte iconográfica, oral, etc.

Para Bittencourt (2011, p. 327), a utilização de fontes históricas nas aulas de história é uma prática relativamente nova, adotada por muitos docentes como um recurso didático

importante ao possibilitar um contato direto dos alunos com o passado, que muitas das vezes é intangível. O trabalho com as fontes valoriza o desenvolvimento cognitivo do estudante, ao substituir a pedagogia tradicional de “acumulação de fatos” pela construção do saber histórico. Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli chamam a atenção para uma “dupla interpretação” ao trabalhar com o documento em sala de aula. A primeira interpretação é a fonte como artefato/material construído com o propósito didático, como por exemplo, os livros didáticos. A segunda interpretação é a fonte como evidência, ou seja, “fragmento ou indício de situações já vividas, passáveis de ser explorada pelo historiador” (Schmidt; Cainelli, 2009, p. 112).

Santos (1997, p. 8) destaca que o trabalho do historiador no século XIX consistia em retirar da fonte apenas o que “continha, sem acrescentar nada do seu”. Influenciado pela produção historiográfica de sua época, o ensino de história dentro do ideário positivista, tinha como objetivo ensinar a origem da nação. Para isso, a fonte histórica ou nesse caso, o “documento”, estava a serviço do professor para comprovar o que realmente aconteceu no passado. O termo “documento histórico” foi amplamente difundido pelos historiadores do século XIX ao se referirem a principal fonte de informação e análise. O termo era bastante restrito, pois somente tinha *status* de documento os textos impressos e/ou na manuscritos organizados pelo Estado e/ou a Igreja e os textos carregam a ideia de uma “prova” incontestável (Barros, 2019, p. 18).

Schmidt e Cainelli (2009) também corroboram com a ideia de uma mudança conceitual da fonte. Os historiadores do século XIX compreendiam o “documento” como fato histórico e o passado estaria pronto e acabado, e o propósito do ensino de história, dominado por uma perspectiva “tradicional” ou “positivista”, era explicar a genealogia da nação. Nesse sentido, o aluno “era visto como mero receptor passivo e preocupado em decorar o conteúdo ou o ponto ensinado” (Schmidt; Cainelli, 2009, p. 112-113).

Essa mudança de perspectiva ao utilizar a fonte histórica em sala de aula aconteceu aos poucos, devido a Escola Nova. Nessa pedagogia, o ensino de História utiliza a fonte como uma ferramenta para envolver ativamente o aluno na aquisição do saber histórico, colocando-o no “centro do processo ensino-aprendizagem” (Schmidt; Cainelli, 2009, p. 115). O documento se tornou um “instrumento didático para o professor porque ajudaria a tirar o aluno de sua passividade e reduziria a distância de sua experiência e seu mundo de outros mundos e outras experiências descritas no discurso didático” (*idem*, 2009, p. 115).

Uma nova concepção de documento histórico, implica, necessariamente, repensar seu uso em sala de aula, já que sua utilização hoje é indispensável como fundamento do método de ensino, principalmente porque permite o diálogo do aluno com realidades passadas e desenvolve o sentido da análise histórica. O contato com as fontes históricas facilita a familiarização do aluno com formas de representação das realidades do passado e presente. (Schmidt; Cainelli, 2009, p. 116).

O trabalho com fonte exige a necessidade de o professor ampliar a própria concepção sobre o uso do documento em sala de aula. Para isso, propõe-se uma metodologia de trabalho que envolve três etapas principais. Identificar o tipo de documento que será utilizado, distinguindo a fonte primária da secundária. As fontes primárias são caracterizadas como testemunhas do passado, podendo ser documentos materiais, escritos, visuais e orais. Já as fontes secundárias são documentos elaborados a partir da análise de informação sobre um determinado evento histórico. O livro de História pode ser um bom exemplo de fonte secundária. Além disso, é preciso identificar o que diz o documento, sua natureza (oficial ou não), quando foi escrito, quem escreveu;

Os autores destacam a importância do professor ampliar sua concepção sobre o uso de documentos em sala de aula. Para isso, propõe-se uma metodologia para o trabalho com fontes históricas, que envolve três etapas principais. A primeira é a identificação do tipo de documento utilizado, diferenciando fontes primárias e secundárias. As fontes primárias são registros diretos do passado, podendo incluir documentos escritos, materiais, visuais e orais. Já as fontes secundárias resultaram da análise e interpretação de eventos históricos, como é o caso dos livros didáticos de História.

A segunda etapa consiste na análise do documento, considerando sua natureza (oficial ou não), autoria, dados de produção e contexto histórico em que foi elaborado. Por fim, a terceira etapa envolve a interpretação crítica do documento, dividida em três momentos: introdução, onde se apresenta a natureza do texto, seus dados, autor e problemas; desenvolvimento, no qual se realiza a crítica ao documento, seja de forma cronológica ou temática; e concluindo, que sintetiza as respostas às questões levantadas.

Na obra *Ensino de História*, Bittencourt (2011, p. 329) nos adverte sobre os cuidados ao transformar a fonte em recurso didático. O primeiro cuidado que o professor precisa estar atento é para não querer transformar seus alunos em historiadores, Um equívoco, segundo a autora, pois, a fonte possui finalidades distintas para o ofício do historiador e o ensino de História. O vestígio histórico é a “matéria-prima” de trabalho do historiador e sua função é a produção do saber histórico. É importante ressaltar que a produção do texto

historiográfico passa pela problematização da fonte. Já o professor utiliza a fonte como um recurso pedagógico, ou seja, tem a função de ilustrar ou reforçar uma ideia do professor ou do livro, informar ou explicar o contexto histórico, introduzir o tema ou ainda, problematizar o conteúdo.

Além do mais, o historiador ao selecionar a fonte, possui um conhecimento sobre períodos históricos e categorias de análises, diferente do estudante que está na etapa de aprendizagem. Por isso, é preciso se atentar com o nível escolar e a escolha do recurso didático que será trabalhado, para que haja garantia de compreensão por parte dos discentes. Este é um dos desafios para quem pretende usar fonte em sala de aula e o professor precisa tomar cuidado com os critérios de seleção. Ao utilizar a fonte em sala de aula, ela precisa ser atrativa ao aluno, com vocabulário inteligível, acessível à faixa etária dos alunos e que possa ser trabalhado durante o tempo da aula. Por tanto, o material deve facilitar a compreensão dos conceitos históricos e auxiliar o aluno na construção de conexões do evento específico para o geral. Caso haja a má seleção do material, os objetivos da aprendizagem não serão atingidos, criando até mesmo rejeição com a atividade proposta.

Como observado anteriormente, a utilização de fonte tem finalidade bastante diferente para os professores e os historiadores, embora seja preciso que o docente conheça e utilize o processo de análise do historiador ao trabalhar com fontes. A compreensão da fonte passa por uma análise dela enquanto “sujeito” e “objeto” em três camadas (Marson *apud* Bittencourt, 2011, p. 332). O primeiro procedimento é compreender a existência da fonte, ou seja, o que vem a ser a fonte, o que ela diz, seu sentido original, porque foi produzido, quem a produziu, em qual situação e para qual finalidade. O segundo procedimento é analisar a fonte como objeto; sua condição e sentido para ser produzido, sua relação enquanto fonte com o “universo da produção” e o seu objetivo de sua existência. O terceiro procedimento é compreender o documento como sujeito, de quem a fonte fala, qual a história. (veja p. 332).

Uma proposta apresentada pela Bittencourt (2011, p. 334) ao analisar a fonte transformada em recurso didático, precisasse que haja uma articulação entre a metodologia histórica e o ensino de história. Uma proposta de análise e interpretação da fonte consiste em destacar as informações e registros contidos na fonte. E em seguida mobilizar o conhecimento prévio. Explicar a fonte, ou seja, conectar com o saber prévio, contextualizar a fonte e a relação com o autor, identificar a natureza da fonte e suas características. Por fim, estabelecer críticas sobre fonte, ou seja, conhecer os limites e o interesse da fonte.

A Educação Histórica é um campo de investigação do ensino e aprendizagem da

história que vai além do conteúdo, pois se preocupa com o processo cognitivo e pedagógico envolvidos na construção do pensamento histórico. O objetivo não está na simples “passar o conteúdo”, e sim na capacidade do estudante interpretar o passado, compreender o presente, projetar o futuro com base em uma criticidade do processo histórico. A disciplina de história não dialoga com os alunos, se volta para o passado, ignorando o presente do aluno.

A Perspectiva da Educação Histórica, conforme destacam Barca (2004) e Schmidt e Braga (2005/2006), propõe uma abordagem mais investigativa e participativa. A Unidade Temática Investigativa Histórica, por exemplo, surge uma sequência pedagógica que inicia com a definição de uma temática, seguido da elaboração de perguntas para investigar as ideias históricas prévias dos alunos. A partir daí, categoriza-se esse conhecimento, analisa-se e problematiza-se as respostas, e finalmente, realiza-se uma intervenção pedagógica do professor, utilizando fontes e outros materiais. O processo culmina na comunicação das produções dos alunos, que pode ser uma produção narrativa, história em quadrinho, charge ou outra forma de produção. Por fim, a aplicação de instrumento de metacognição para captar a consciência histórica dos estudantes. Além disso, a proposta sugere o registro e arquivamento do caminho trilhado pelo professor e alunos no registro da escola, o que torna a produção dos estudantes um bem da cultura escolar.

Essa metodologia apresenta algumas vantagens: promove o aprofundamento conceitual, permite a revisão literária e inclui experimentações. O objetivo principal é tornar o ensino de história mais significativo para o aluno. Ao contrário da aula expositiva centrada na figura do professor, a proposta busca a transformação dos estudantes em sujeitos conscientes de sua aprendizagem.

Apesar das mudanças no modelo educacional, a prática docente continuou apegada à “aula-conferência”, onde o professor é o detentor do conhecimento e o aluno, meramente, receptáculo. Em contrapartida, uma investigação social, inspirado no construtivismo social, coloca o aluno como protagonista na construção do seu próprio saber (Barca, 2004). O paradigma de aula-oficina, portanto, considera o aluno como agente ativo da sua formação, enquanto o professor atua como investigador e “organizador de atividades problematizadoras” (Barca, 2004. p. 134)

O pressuposto de um ensino de História orientado para o desenvolvimento de instrumentalização essencial (trato com a fonte, concepções, vestígios, tempo e recorte espaço temporal) – específicas (próprias da disciplina) e articuladas (o que transita entre as disciplinas) – encontra-se explicitado nas atuais propostas curriculares para o ensino básico e secundário. (Barca, 2004. p. 134)

O processo de ensino proposto pela Unidade Temática de Investigação Histórica passa por três momentos: levantamento das ideias dos alunos, desenvolvimento do conteúdo por meio de diferentes tipos de fontes e cruzando estas fontes outros tipos de materiais, e a síntese, onde os alunos expressam “sua interpretação e compreensão das experiências humanas ao longo do tempo com inteligência e sensibilidade, utilizando a diversidade dos meios de comunicação actualmente disponíveis” (Barca, 2004. p. 135).

O diário, redigido entre 1855 a 1859, foi traduzido e publicado pelo Visconde de Taunay em 1875, tornando-se um importante registro da História de Mato Grosso nas primeiras décadas do século XIX. O manuscrito narra os acontecimentos da viagem fluvial ao interior do Brasil, descrevendo a exuberância das palmeiras, rios e matas, além de enaltecer a província como tendo “o mais belo caminho do mundo, o Paraguai” (Florence, 2007, p. 166). Seu conteúdo abrange diversos aspectos do Brasil oitocentista, incluindo administração, economia, mineração, doenças tropicais, escravizados e libertos, além da cultura, hábitos e costumes dos moradores. Destacam-se, ainda, as suas observações sobre os povos indígenas, que refletem a visão europeia da época.

No próximo capítulo, serão apresentadas questões abordadas no diário de Florence que possuem relevância no ensino de História na educação básica em nível nacional, como a história e cultura afro-brasileira, os hábitos e costumes dos habitantes dos núcleos urbanos de Mato Grosso, as populações indígenas e a representação das mulheres na História.

CAPÍTULO III - REPRESENTAÇÕES DE MATO GROSSO NO DIÁRIO DE HÉRCULES FLORENCE

Nos anos 1970 e 1980, os modelos explicativos tradicionais mostraram-se insuficientes diante das transformações sociais, como novas classes, mudanças econômicas, políticas e culturais. Apesar disso, persistiram paradigmas consolidados que sugeriam que tudo já estava previsto, enfraquecendo a investigação histórica. O marxismo e os Annales, duas grandes correntes, foram especialmente criticados, mas, paradoxalmente, a História Cultural emergiu nessas mesmas correntes, redefinindo o papel da cultura na historiografia. A História Cultural, no sentido de estudar a dimensão cultural, possibilita o estudo de vários objetos, com a cultura popular, a cultura letrada, as representações, as práticas discursivas de grupos sociais, os sistemas educativos e outros campos temáticos.

Segundo Pesavento (2005), a História Cultural tem como categoria central a representação, conceito influenciado por Marcel Mauss e Émile Durkheim. As representações, expressas em normas, discursos, ritos e imagens, não são meros reflexos da realidade, mas construções que dão sentido ao mundo e integram a vida social. Eles envolvem processos como percepção, reconhecimento e legitimação, funcionando como substituições simbólicas que desativam a decifração dentro de seus contextos históricos. Ou seja, representação corresponde a forma de agir e a visão de mundo de determinados grupos sociais. A História Cultural busca interpretar essas representações para compreender como diferentes grupos expressaram suas visões de mundo ao longo do tempo, cabendo ao historiador decifrar os códigos do passado.

Este capítulo tem por objetivo compreender como a categoria de sujeitos históricos foram representados por Florence em seu diário. O viajante, estrangeiro em terras brasileiras, direcionou seu olhar aos moradores de núcleos urbanos, etnias indígena como Guaikurú, Guaná, Guató e Borôro. As mulheres mato-grossenses ganham relevância dependendo da posição social e os cativos, que, embora descorde da escravidão, deixou de registrar aspectos de sua cultura por acredita que se tratava de uma manifestação menor.

3.1 Os “Costumes dos Habitantes” dos núcleos urbanos

O pensamento de Certeau (1982) se relaciona com o relato de viagem de Hércules Florence na medida em que sua obra é uma operação de seleção e interpretação. Quem

escreve o relato escolhe o que observar, como descrever e que aspectos destacar, construindo uma narrativa que reflete sua perspectiva sobre o cenário urbano e os habitantes. Assim como na historiografia, o relato de viagem não é neutro: ele organiza e dá sentido ao que é visto, criando uma representação específica da realidade.

Durante sua passagem pela província de Mato Grosso, Hércules Florence registrou informações relevantes sobre a população visitada, a origem de núcleos urbanos, sua posição geográfica, além de hábitos e costumes. Era essencial documentar o máximo de informações possível, especialmente aqueles de caráter pitoresco sobre o sertão brasileiro, para posteriormente enviá-las ao império russo. Em consonância com a expedição, ele produziu registros da população visitada que refletem os valores da Europa do século XIX, guiados por senso de civilidade e progresso.

Segundo Jesus (2020), no século XVIII, duas vilas foram criadas na capitania de Mato Grosso: Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727) e Vila Bela da Santíssima Trindade de Mato Grosso (1748). Esta última foi concebida estrategicamente para consolidar a presença portuguesa na fronteira com a América espanhola. Com novos arranjos políticos, econômicos e sociais, Vila Bela perdeu seu protagonismo para Cuiabá. Em 1818, tanto Cuiabá como Vila Bela foram elevados à categoria de cidades e, em 1835, a capital da província foi transferida para Cuiabá. Quando Hércules Florence passou por Mato Grosso na década de 1820, encontrou um cenário de transformação. Cuiabá já havia se consolidado com um núcleo urbano dinâmico, refletindo as mudanças estruturais que a província vivenciava.

A urbanidade de Mato Grosso remonta à primeira metade do século XVIII, com formação de núcleos urbanos como Cuiabá, onde já se manifestaram elementos da vida urbana, como administração pública, festividades e formação de irmandades, entre outras práticas. Até 1849, a província contava com duas cidades, Vila Bela e Cuiabá, e duas vilas, Diamantino (1820) e Poconé (1831), além de povoados e fortalezas militares. Algumas localidades, como Vila Maria de Cáceres, Albuquerque, São Pedro Del Rei e Casalvasco eram povoados e não possuíam câmara municipal, embora Vila Maria tivesse “vila” em seu nome. Poconé ou Beripoconé, como era chamada pelos indígenas da região, foi batizada pelos portugueses de São Pedro del Rei para “estabelecer a civilidade e soberania portuguesa diante do que era considerado barbárie indígena” (Jesus, 2020, p. 244).

Ao passar por Cuiabá, no ano de 1827, Florence dedicou quase duas páginas aos costumes dos cuiabanos. Muitos dos hábitos da população se assemelhassem aos do restante do país, destacou elementos que considerou “peculiares” e “perniciosos” (Florence, 2007,

p. 127). O desregramento moral dos habitantes teria como origem a distância dos centros urbanos, o que enfraqueceria os valores cristãos – um dos pilares da civilização europeia – e o contato com a cultura indígena, vistos como selvagens. Uma nota curiosa curiosa sobre os costumes da população que não consta no diário consultado nesta pesquisa, somente no caderno *L'Ami des arts livré à lui-memê* (1848-1859) – versão entendida. Florence atribui ao clima quente da região a responsabilidade pela vida de liberdade e luxúria dos moradores (Martins, 2018).

Cuiabá, contava com um população que não chegava a seis mil habitantes, enquanto a província somava cerca de 30 mil pessoas. Contudo, este número não incluía os indígenas, classificados como “manos” e “bravios”. O pintor-viajante estimou que a população indígenas variava entre seis e sete mil. Apesar de que o território de Mato Grosso fosse maior que a França, sua população total não passava de 37 mil habitantes, contrastando com os cerca de 26 milhões de pessoas que viviam na França nas primeiras metades do século.

No parágrafo seguinte, Hércules Florence (2007, p. 127) destacou:

Tão pouca população provém de que não há 125 anos que Cuiabá foi descoberta e todos quantos procuraram estas terras atraídos só pela posse do ouro, uma vez conseguido esse fim, trataram de se ir embora para gozarem das riquezas ganhas em país mais civilizado. Os que se deixavam ficar, ricos em pouco tempo e no meio de solidões, só cuidaram em satisfazer os sentidos. Entregaram-se a grosseiros prazeres e viveram com amásias, não se lhes dando de formar famílias e educar os filhos, quando os tinham, nos são princípios da religião e da moral.

A narrativa remonta às primeiras décadas do século XVIII, quando exploradores paulistas avançaram sobre áreas de domínio espanhol na América. Esse movimento foi inserido no contexto da interiorização do Brasil, impulsionado pelas Entradas e Bandeiras, que atraiu tanto o interesse mercantil da Coroa Portuguesa quanto a busca pelo enriquecimento dos colonos. Segundo Martins (2018, p. 67), foi “um bandeirante paulista, Pascoal Moreira Cabral, que encontrou ouro no córrego Coxipó o que contribuiu para a fundação, em 08 de abril de 1719, do Arraial da Forquilha, o primeiro povoamento que daria origem à cidade de Cuiabá”.

Para Florence, muitos exploradores, impulsionados pela busca de riqueza, especialmente o ouro, ao encontrá-lo, buscavam um “país mais civilizado”. No entanto, aqueles que permaneciam na região, aderiram a prazeres vulgares, com relações com mulheres fora do casamento, sem se preocuparem em formar família ou educar os filhos, quando os tinham. Esse comportamento é reprovado pelo viajante, refletindo uma educação moral e religiosa que condenava indivíduos com uma vida desregrada e entregue aos

prazeres.

Florence parece não considerar o Brasil um país tão bem civilizado, o que levanta uma questão para se discutir em sala de aula: quais os critérios para definir um país civilizado no século XIX? Segundo Norbert Elias (1994), o conceito de civilização reflete mais a percepção que os europeus têm de si mesmos do que de outros povos. De forma geral, o termo expressa a consciência ocidental, frequentemente associada ao desenvolvimento tecnológico, científico, religioso e cultural, funcionando, muitas das vezes, como uma manifestação do orgulho da nação. Grande parte dessa construção do “homem civilizado” foi moldada durante a formação dos Estados nacionais europeus.

Nesse contexto, a civilização representava a “autoimagem da classe alta européia em comparação com outros, que seus membros consideravam mais simples ou mais primitivos [...]” (Elias, 1994, p. 54). Para essa aristocracia europeia, o ideário de civilização serviu como pretexto para interpretar a sua própria história como modelo universal a ser seguido por outros povos, estabelecendo uma divisão entre “civilizados” e “bárbaros”. Esse entendimento do progresso europeu como auge do desenvolvimento civilizatório foi usado como justificativa para a dominação de sociedades consideradas em estágio menos sofisticado de desenvolvimento tecnologia, reforçando a ideia de superioridade do homem branco europeu em relação a indígena e negros, e até mesmo com mulheres brancas.

O viajante observou que as pessoas ainda mantêm uma baixa procura em estabelecer matrimônios em Cuiabá. Contudo, isso vem mudando com o tempo. Embora, os casamentos sejam pouco comuns, em geral, são realizados por homens mais velhos que procuram estabilidade e companhia na velhice. A maioria dos homens, no entanto, preferem viver em relações “amancebados”, envolvendo-se em “intrigas amorosas com pessoas casadas e solteiras”, revelando um ambiente de liberdade afetiva e sexual (Florence, 2007, p. 127).

3.2 Dos “mansos” Guató e Guaná aos “bravios” Guaikurú e Borôro: a guerra justa como pavimentação da construção da nação

A perspectiva predominante até os anos 1980 analisava as etnias indígenas a partir de dois enfoques principais, a perda da identidade indígena ao longo do processo de mestiçagem e da ausência do protagonismo indígena no âmbito da política interna e externa. De acordo com Boccara, esse marco interpretativo inviabiliza qualquer outra explicação que não seja a do “marco ideologicamente evolucionista e estado-nacional” (2007, p. 59).

De acordo com Costa (2020), a Constituição de 1988 garantiu o direito aos povos

indígenas à diversidade étnica e à manutenção de seus territórios, como resultados de sua luta por direitos e pelo reconhecimento de suas histórias. Esse contexto de mobilização social levou a historiografia e o ensino de História a revisar a participação indígena, antes considerada “inexpressiva” ou subordinada aos “interesses alheios” (Almeida, 2009, p. 27). As mudanças foram refletidas no currículo escolar, a partir da década de 1980 com a redemocratização, e na década de 1990, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, que passou a incluir a temática Indígena na escola.

A Lei 11.645 de 10 de março de 2008, que alterou a LDB de 1996, tornou obrigatório o ensino da história e cultura dos povos indígenas nas escolas de ensino fundamental e médio, públicas ou privadas, em todo o país. Essa legislação buscou a inclusão dos indígenas como sujeitos históricos, pois, tiveram e têm importância na construção social e histórica do Brasil. Além do mais, a ausência da História Indígena na escola contribuiu para perpetuação da história única, conforme alerta a escritora nigeriana Chimamanda Adichie em sua palestra sobre “O perigo da História Única”.

Essa história única, eurocentrista e distorcida, normalizou e normaliza padrões da cultura branca europeia e marginalizou demais grupos que não estavam alinhados com a visão dominante. Em outras palavras, passamos a aceitar mais os elementos da cultura europeia que as indígenas por acreditar que haveria um único modelo a ser seguido. Assim, aprendemos a relegá-los a um papel secundário e os classificou sob estereótipos, como “índio bom” e “índio mau”. Sem falar que não enxergamos os indígenas de acordo com suas “próprias motivações” ou “dinâmica de suas organizações sociais, que igualmente se modificam no decorrer do processo histórico”, acreditando que estão sujeitos a interesses que não os seus próprios (Almeida, 2009, p. 29).

Ao observarmos os relatos de Florence, infere que são textos que não constituem uma neutralidade em sua narrativa. Sua produção foi forjada para atender os interesses científicos e políticos do governo russo e brasileiro da época. Trata-se, portanto, de uma narrativa construída a partir da perspectiva do agente da colonização, refletindo a visão de mundo do homem branco europeu, e não a dos povos indígenas representados na obra. Florence registrou as culturas indígenas com base na própria bagagem cultural, resultando em descrições marcadas por generalizações e dualismo (Matos, 2020, p. 67).

Ainda de acordo com Matos (2020, p. 67), a análise do diário de Florence proporcionar ao aluno a oportunidade de refletir sobre as “características presentes na narrativa do autor e reflitam sobre como estas representações sobre os indígenas impactaram a relação da sociedade brasileira com a sua diversidade étnica e cultural”. A utilização deste

diário enquanto fonte histórica não deve reproduzir a visão eurocêntrica, mas, sim, promover uma leitura crítica e contextualizada que evidencia a importância de ouvir as vozes indígenas e valorizar sua visão de mundo.

Por isso, é preciso descolonização da história, desconstruindo as narrativas que perpetuam esses estereótipos. É necessário que os alunos compreendam o texto e o contexto da escrita de Florence, identificando como ele utilizou conceitos como a representação do “bom e mau selvagem”. Essa categoria, conforme Costa e Diener (1995, p. 27), reflete uma forma genérica e dualista, na qual os indígenas eram descritos como “bons selvagens” e “maus selvagens”, dependendo de sua atitude em relação ao projeto de construção do Estado brasileiro e de sua aproximação cultural com os europeus (Santos Bonfim, 2011). Ou seja, os indígenas eram vistos como uma ameaça ou como aliados conforme eram os interesses coloniais.

Ao examinar o relato do pintor-viajante sobre os povos indígenas, como os Kayapó, Guaikurú, Guaná, Guató, Borôro, Txamakóko, Chiquito, Apiaká e Munduruku, é importante reconhecer o “valor dos relatos etnográficos surgidos do contato com as populações autóctones” (Pereira, 2008 p. 58). Embora seja rico nas informações em seu diário, a pesquisa vai se atentar à dicotomia representada por Florence com relação aos “mansos” Guaná e Guató e os “bravios” Guaikurú e Borôro.

Na época da expedição, os Guaná “moram na margem oeste do rio Paraguai, um pouco acima da vila de Miranda: acham-se todos juntos e aldeados numa espécie de grande povoação” (Florence, 2007, p. 99). Falavam um pouco da língua portuguesa devido o contato com brasileiros, mas usavam sua própria língua. É bem provável que Florence tenha descrito os Exoaladi, cujo aldeamento ficava próximo de Miranda¹⁰. Conforme Costa (2020, p. 72), os Guaná integram o tronco linguístico Aruak e são formados por subgrupos Terena, Layâna, Exoaladi e Kinikináu. Antes do contato com os espanhóis, habitavam a região do Charco, atualmente no Paraguai. Com a chegada de colonizadores no século XVIII, os Guaná migraram para o domínio português, cruzando o rio Paraguai e fixando-se na margem oriental do Pantanal. De acordo com Pereira (2016, p. 117), devido à “expansão portuguesa em busca de ouro e do domínio sobre as vias fluviais, esses índios permaneceram próximos aos povoados e fortificações militares luso-brasileiras”.

Historicamente, os Guaná eram agricultores proveniente da tradição Aruak e viviam em aldeias populosas. Se destacavam por sua sedentarização em áreas favoráveis à prática

¹⁰ Site do ISA - Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Terena>. Acesso em: 02 jan. 2025.

agrícola, completada por atividades como a caça, a pesca e o extrativismo, que garantiam sua subsistência e permitiam a produção de excedentes (Costa, 2020, p. 78). Esses excedentes eram utilizados em trocas ou vendas, promovendo alianças com outros povos indígenas e brasileiros. De acordo com Florence (2007, p. 99), os Guaná eram:

Lavradores, cultivam o milho, o aipim e mandioca, a cana-de-açúcar, o algodão, o tabaco e outras plantas do país. Fabricantes possuem alguns engenhos de moer cana, e fazem grandes peças de pano de algodão, com que se vestem, além de redes e cintas. Industriais, vão, em canoas suas ou nas dos brasileiros, até Cuiabá para venderem suas peças de roupa, cintas, suspensórios, cilhas de selim e tabaco.

Parece ter havido um certo deslumbre do pintor-viajante ao descrever a tecelagem do povo Guaná, também referenciado como como “panões”. O Brasil, ainda fortemente agrário e escravista, enfrentava dificuldades para modernizar sua economia e infraestrutura, o que era visto como uma barreira para o desenvolvimento (Vangelista, 2023). De acordo com Pereira (2008, p. 122), na visão de Florence, moldados pelos valores da Revolução Industrial, a produção de tecido dos Guaná não era apenas curiosa, mas um recurso econômico. Enxergava a tecelagem indígena como algo que poderia ser aproveitado para a produtividade e modernização da província, reforçando uma visão utilitarista.

“As peças de algodão trançado, que aqui são conhecidas por panões, não têm ordinariamente mais de quatro varas de comprimento e duas ou três de largura. São tramadas de um modo para mim desconhecido, os fios verticais inteiramente cobertos pelos horizontais de lado e de outro, o que faz com que o tecido seja muito espesso e próprio para barracas, por não dar passagem à mais violenta chuva” (Florence, 2007, p. 99).

Os Guaná e os Mbayá-Guaikurú mantinham uma relação de dependência mútua. Os Guaná negociavam sua produção agrícola e roupas de algodão com os Guaikurú em troca de proteção, estes considerados um povo guerreiro. Essa dinâmica foi alterada com a “intensificação do contato dos brasileiros, que buscavam vantagem, através das trocas comerciais, na obtenção de ferro e gado” (Pereira, 2008 p. 119). Os Guaná foram considerados civilizados devido ao domínio da agricultura, ao intercâmbio comercial e à comunicação com os brasileiros.

Sobre fisionomia dos Guaná, o pintor-viajante escreveu:

Se não se chegam tanto ao tipo europeu como os Guatós, não são, contudo, indiáticos puros a modo dos Caiapós ou Xamacocos, dos quais tive ocasião de ver alguns indivíduos. Sem a expressão traiçoeira e má dos Guaikurú, nem a ferocidade dos Botocudo e Bororo, talvez se pareçam com os

Apiaká; em todo caso é tipo digno de atenção e que apresenta um contraste interessante com o das outras nações indígenas” (Florence, 2007, p. 108-109).

O reforço da ideia do “bom selvagem” pode ser atestado no diário de Florence, que destaca as características do povo Guaná, como a ausência de marcas corporais e mutilações no nariz, lábios e orelhas, vistos como indicativos de um povo mais civilizado. Pereira (2008) conclui que o uso de roupas pelos Guaná e o desenvolvimento da tecelagem foram interpretados, segundo os padrões europeu da época, como um estágio intermediário na escala evolutiva.

Os Guató, que pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê, se estabeleceram na Bacia do Alto Paraguai, especialmente na região do Pantanal, abrangendo áreas que hoje correspondem aos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Tradicionalmente, ocupavam um território extenso, composto por “terras altas, lagos e lagoas no entorno dos rios Paraguai e São Lourenço” (Matos, 2020). Sua ligação com o ambiente aquático e a habilidade de construção e uso de canoas, seu principal meio de transporte, renderam-lhes a denominação de canoeiros. Segundo Florence (2007, p. 1040: “Vivem quase sempre sobre a água [...]”

Essa habilidade de navegar em uma região marcada por vastas redes de rios e áreas alagadas os colocaram em contato exploradores e colonizadores. Relatos de viajantes e cronistas já registravam sua ocupação nesse território desde o século XVI¹¹. De acordo com Costa (2020, p. 66), há também indício arqueológico que apontam a presença dos Guató no Pantanal desde a chegada dos primeiros colonizadores espanhóis. Eram “exímios canoeiros”, o que lhes conferia o título de senhores das águas pantaneiras. Devido sua constante deslocação pelas águas pantaneiras, não se fixaram e tinham a pesca, a caça e a coleta de frutas como a sua principal atividade de sobrevivência.

O primeiro contato do povo Guató com a Expedição Langsdorff ocorreu no dia 24 de setembro de 1826, durante a travessia do rio Pardo. Na ocasião, os membros da expedição encontraram “a gente do negociante José da Costa Rodrigues que vinha de Cuiabá e voltava para Porto Feliz” (Florence, 2007, p. 62). A comitiva, composta por cerca de 15 a 20 pessoas, contava apenas com um batelão e uma canoa. Essas embarcações eram conduzidas pelos Guató, evidenciando sua íntima relação com os rios Paraguai e São Lourenço, onde habitavam.

Os Guató, que estavam relacionados às canoas e à habilidade de navegar os rios do

¹¹ Site do ISA - Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guat%C3%B3>. Acesso em: 30 dez. 2024.

Pantanal, eram requisitados pelos brasileiros para trabalharem como remadores ou guias devido ao conhecimento dos caminhos fluviais da região. Além do mais, “faziam encomendas e compravam canoas fabricadas por esses indígenas que eram consideradas eficientes para o transporte de pessoas e de mercadorias na época das cheias do Pantanal” (Costa, 2020, p. 70).

Um segundo contato foi registrado no dia 26 de dezembro de 1826, próximo a Dourados, a Expedição avistou a chegada de canoas com Guató. Florence fez anotações sobre suas habilidades de navegação, organização e cooperação na condução da canoa. A presença de itens nas canoas destaca a adaptação de seu modo de vida com os rios do Pantanal.

Em pé à proa os maridos remam; as mulheres sentadas à popa vêm governando por meio de uma pá: as crianças acocoram-se no meio sobre esteiras. As embarcações, com três palmos e meio de largo sobre 20 ou 25 de comprimento se tanto, levam sempre no bojo cães, arcos e flechas para caçadas e pescarias. Os homens apresentam-se vestidos de uma calça de algodão; as mulheres com uma saiazinha, deixando o resto do corpo descoberto. Estas roupas que conseguem dos brasileiros por meio de barganhas são em geral muito sujas por não serem lavadas, ou, se passadas por água, não levarem nunca sabão. Não vi senão um velho completamente nu: trazia o membro viril preso por um cordel que dava volta à cintura. (Florence, 2007, p. 103)

Em suas anotações, Florence procurou descrever a fisionomia e o modo de vida de cada etnia visitada pelo durante a passagem da Expedição Langsdorff. Sobre os Guató, ele escreveu: “São bem feitos, robustos, de tez cobreada escura e cabelos corridos, o que os prende ao tronco indiático, porque no mais parecem tipo europeu. Vi um homem de porte alto, boa figura e nariz aquilino: outros contudo apresentavam o cunho característico da raça.” (Florence, 2007, p. 105). Para Matos (2020, p. 74), Florence procurou nos Guató uma “suposta similaridade” como os europeu devido foram apreciados devido à sua relação amigável com os brasileiros e outras etnias, constando com os Kayapó e os Guaikurú que eram referenciados com uma ameaça aos interesses da província.

A representação dos Guató no diário de Florence idealiza a imagem do “bom selvagem” devido à sua relação amigável com os brasileiros, em contraste com a etnias como os Kayapó e os Guaikurú, constantemente referenciados como uma ameaça. Enquanto os Guaná e os Guató não oferecerem uma ameaça aos interesses “civilizatórios” na província. Além do mais, os Guaikurú foram apresentados como traiçoeiros e maus devido sua aparência e os Borôro como ferozes “selvagens, os Guató foram apreciados devido o seu “convivência com os europeus e os distinguiriam dos demais povos indígenas da região”

(Matos, 2020, p. 74).

Embora essas descrições frequentemente refletem uma perspectiva marcada por conceitos eurocêntricos e colonialistas, ela ajuda a compreender a relação que o viajante fez mais ou menos selvagens. Isso fica evidente ao apresentar os Guató mais próxima do homem branco por ter assimilado muito das suas características europeias e assim se afastando dos “antigos hábitos”.

Tive notícia de que outrora os guatós de São Lourenço haviam morado com os brancos e se misturado com eles, voltando porém depois, por gosto pela vida primitiva, aos antigos hábitos. Talvez daí provenha a parecença com os europeus, sem que por isso tenham os cabelos e a cor sofrido alteração. (FLORENCE, 2007, p. 105)

De acordo com Martins (2022, p. 129), no período da História moderna, houve esforço cultural e filosófico para distinguir os seres humanos dos animais. Essa distinção foi marcada pela adoção de “normas de composturas e boas maneiras para controlar impulsos naturais”, considerados “animalescos”, principalmente para a elite europeia. O comportamento dos povos indígenas da América, por sua vez, foi frequentemente interpretado pelos europeus como práticas primitivas. Entre esses hábitos incluíram o consumo de “carne crua”, a nudez, “banho em rios” e a amamentação “de seus filhos”.

A expedição, que já estava dividida desde a chegada em Cuiabá em razão dos desentendimentos de Taunay e o Barão Langsdorff, permaneceu assim ao explorar outros povoamentos. Riedel e Taunay seguiram para Diamantino e enquanto Rubzoff e Florence partiram para Vila Maria. Próximos de Vila Maria, chegaram à fazenda Jacobina que foi descrita por Florence (2007, p. 165) como “a mais rica fazenda da província” devido à sua produção, que abastecia Cuiabá, Poconé, Diamantino e Vila Bela de Mato Grosso.

O primeiro registro dos Borôro ocorreu no dia quatro de setembro de 1827. Durante o almoço, a chegada dos Borôro foi anunciada ao som de uma corneta, e o grupo se apresentou ao pátio da fazenda para recebê-los. Pintados de urucum, eram 11 homens, três mulheres e duas crianças, todos nus, com exceção do cacique, vestia camisa, calça e um pano desgastado. Alguns adornavam a cabeça com penas coloridas de araras.

Essas manifestações culturais dos Borôro – como a pintura corporal, enfeites, danças e jogos – expressam sua etnicidade, ou seja, o conjunto de características que reforçam seu sentimento de pertencimento e os definem como grupo social e político. Segundo Almeida (2013, p. 93), essas “manifestações culturais foram [captadas] pelo pintor viajante e lhe renderam a oportunidade de registrar momentos únicos”.

A visita foi um pedido do tenente-coronel João Pereira Leite, e os Borôro prontamente atenderam. Segundo Florence (2007, p. 167): “Eram todos altos, bem feitos e robustos. Suas fisionomias tinham uma fereza que ainda não víramos em outros índios, nem jamais tornaremos a ver.”

Os Borôro, ou Boe, pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê, e o termo *Borôro* significa “pátio da aldeia” na língua *Boe Wandáru*¹². Segundo Costa (2020, p. 55), o pátio da aldeia é considerado “local mais importante”, pois é onde ocorrem os seus rituais. Embora a palavra Borôro seja atualmente utilizada para designar o nome da etnia, se autodenomina *Boe*, que significa “gente” ou “pessoa”. De acordo com Pereira (2008, p. 153), a origem do nome está associada a um canto entoado por eles durante os primeiros contatos com os exploradores paulistas. O seu território ocupava uma área que localizava “entre os rios Araguaia e Paraguai, no sentido leste-oeste, e entre os rios da Morte e Taquari, no sentido norte-sul [...]”, correspondendo “às regiões pantaneiras de Barão de Melgaço, Cáceres, Paraguai e Poconé e parte da Bolívia” (*idem*, p. 154).

Há evidências que apontam que os jesuítas foram os primeiros não indígenas a fazerem contato com os Borôro, no século XVII, na região da Bacia do Araguaia. No século XVIII, estabeleceram contato com exploradores paulistas por conta da descoberta de ouro em Cuiabá. A mineração na região ocasionou na separação dos Borôro ocidentais e Borôro orientais, que tinha o rio Cuiabá como referência (ISA). Para Pereira (2008, p. 154), a história dos Borôro não é isolada, mas reflete parte de um processo de luta, resistência e adaptação enfrentada por diversos povos indígenas no contexto da colonização e expansão territorial no Brasil.

Esse contexto de contato interétnico também pode ser observado no diário de Florence, que evidenciou as consequências dessa interação para os Borôro. No primeiro caso, destacou-se uma lesão permanente no braço esquerdo de uma mulher idosa, causada por um disparo de arma. O ferimento teria ocorrido durante um confronto entre os Borôro e as forças lideradas do tenente-coronel, motivados por roubos e assassinatos de cativos da Jacobina. No segundo caso, Florence testemunhou um indígena com uma inflamação grave na coxa direita, que liberava pus, provavelmente resultado de uma infecção. Ele atribuiu essa condição a uma doença trazida pelos europeus.

Ainda sobre a guerra contra os Borôro, Florence escreveu:

¹² Site do ISA - Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Bororo>. Acesso em: 07 jan. 2025.

Não há 10 anos eram esses Bororós ainda mais selvagens, pois não tinham relações algumas com brasileiros. Faziam muito dano ao tenente-coronel, matando-lhe escravos e devastando as plantações. Não podendo mais suportar tais hostilidades, e tendo já em várias épocas perdido 11 escravos mortos por eles, pediu João Pereira Leite a D. João VI permissão para repeli-los à força. Ora, o governo português tinha para com os índios intenções muito filantrópicas, mas concedeu essa licença, e os brasileiros, que não eram menos inclinados à ferocidade do que os selvagens, aproveitaram-se dela para exercerem toda a casta de barbaridades. O coronel fez-lhes uma guerra que durou seis anos, durante a qual sua gente matou 450 Bororós e agarrou 50 prisioneiros que mais ou menos se sujeitaram aos trabalhos da fazenda, principalmente costeiro dos gados (*idem*, 2007, p. 179).

O trecho aborda o violento conflito entre os Borôro e os comandados pelo tenente-coronel João Pereira Leite, destacando a resistência indígena diante da ocupação de seu território. Embora mencione as “intenções muito filantrópicas” do governo português, o relato expõe uma contradição entre essa política declarada e a guerra que resultou na morte e na captura de muitos Borôro que foram submetidos a trabalho forçado na fazenda. A suposta filantrópica do Estado visava tutelar os indígenas para que não oferecessem resistência ao projeto colonialista. No entanto, quando os indígenas “bravios” recusaram o aldeamento, a guerra era empregada como solução (Pereira, 2008, p. 155).

Florence recorreu à “memória” do teste-coronel para narrar a guerra, reproduzindo a visão dos Borôro como “selvagem” diante do discurso do colonizador. Esse estereótipo do “selvagem” reflete o medo de ataque indígena da sociedade patriarcal, diante da luta pelo domínio de território e por isso a ideia de civilizá-los seria um forma de fazer com que trabalhasse em virtude do projeto colonizador (Campos; Gonçalves; Castrillon, 2021, p. 205)

Florence conclui o trecho dizendo que a guerra somente chegou ao fim após a captura do cacique, que, agora, vestido com calça e camisa, tornou-se amigo do tenente-coronel João Pereira Leite. Este havia concedido liberdade ao cacique, ofereceu presentes, organizou o batismo e apadrinhou, deu-lhe seu próprio nome. Quando Florence perguntou ao cacique como se chamava, ele respondeu “enfaticamente: “Eu me chamo o Tenente-Coronel João Pereira Leite”” (Florence, 2007, 179). A adoção de práticas como o batismo e o nome português pelo cacique exemplifica estratégias de interação política dos indígenas, que, longe de uma submissão, poderiam utilizar tais práticas para estabelecer alianças, garantir vantagens e negociar sua posição dentro da estrutura de poder imperial.

O contato entre os Guaikurú e os colonizadores foi marcado por conflitos. Dentro do contexto indígenas, os Guaikurú estabeleceram uma relação de superioridade étnica, em especial com os Guaná. No entanto, essa dinâmica sofreu uma mudança com a aproximação entre os Guaná e os portugueses, influenciada pela política de aldeamento e a criação de

fortificações militares. Esse processo visava não apenas estreitar relações e civilizá-los, mas também garantir a ocupação territorial pela Coroa portuguesa.

Em 1819, o missionário frei José Maria Macerata recebeu autorização para criar e organizar o aldeamento dos Guaná em Albuquerque. Esse aldeamento, com base nas diretrizes colonial, inclui a nomeação de líderes indígenas para chefiar os aldeados, além da “inserção deles no mundo do trabalho, no sistema de casamento interétnico e de batismo cristão, entre outras medidas” (Almeida, 2013). Em contrapartida, os Guaikurú, que resistiram à submissão ao domínio colonial e, depois, imperial, eram vistos como mais conflituosos. O viajante reforçou essa dicotomia entre o “bom selvagem” – representado pelos Guaná, considerados mais adaptáveis e cooperativos – e o “mau selvagem” – os Guaikurú, percebidos como mais resistentes e hostis às autoridades coloniais.

A imagem do indígena indomável foi muito associada à etnia dos Guaikurú, que, embora não tenha tido nenhum contato com a Expedição, ganhou algumas páginas do diário de Florence. A primeira citação dos Guaikurú aparece durante estadia em Camapuã, um fazendo de abastecimento que ficava entre Porto Feliz e Cuiabá. Na ocasião de um aparecimento ao nos arredores da fazenda. Segundo Florence (2007, p. 67), “[não] podiam ser senão caiapós ou guaicurus”.

O segundo registro se deu no dia 3 de dezembro de 1826. Diante do encontro com “a gente do Manuel Dias”, Florence escreveu sobre o rompimento da trégua entre os Guaikurú e os brasileiros. O ataque dos Guaicuru próximo ao forte de Nova Coimbra levou uma monção formada por 14 embarcações comandada Tenente-Coronel Jerônimo (vice-presidente da província), instruídos a “pacificar os revoltosos” (Florence, 2007, 83).

Esse episódio se insere no contexto mais amplo das tensões entre os povos indígenas e os não indígenas, resultado das disputas por territórios frente ao avanço da ocupação luso-brasileira na região. Os Guaikurú, guerreiros que desenvolveram uma cultura baseada no uso de cavalos para garantir mobilidade e vantagem nos combates, resistiram à dominação brasileira, utilizando ataques estratégicos para proteger seus territórios e manter sua autonomia.

De todos os selvagens que habitam as margens do Paraguai, são os guaicurus os mais numerosos. Ouvi até dizer que têm 4.000 homens com armas. Tornam-se temidos pela deslealdade com que procedem, rompendo subitamente, no meio da paz e durante a troca de sentimentos que parecem cordiais, relações amigáveis sem outro motivo, que não o amor à pilhagem, o que decerto não executam sem sangue nem muitas vítimas. (Florence, 2007, p. 83)

Florence descreve os Guaikurú como um povo temido e violento, sustentando uma

visão que justificava a “pacificação” dos indígenas por meio de civilizá-los. Em oposição a esse pensamento, o ensino de História Indígena busca valorizar a diversidade e pluralidade cultural, rompendo com estereótipos e com a visão dicotômica muito difundida pelos viajantes. Por isso, a Lei 11.645/2008 reafirma essa perspectiva, promovendo uma educação inclusiva e que reconheça a riqueza e complexidade dos povos indígenas no Brasil.

3.3 Histórias de mulheres no diário de Florence

A Lei nº 14.986, sancionada em 25 de setembro de 2024, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio, tanto em instituições públicas quanto privadas. A partir de 2025, os currículos escolares deverão contemplar as contribuições, vivências e conquistas das mulheres em diversas áreas, como ciência, artes, cultura, economia e política, tanto no contexto nacional quanto internacional.

A inclusão das perspectivas femininas nos currículos escolares, conforme previsto pela Lei nº 14.986/2024, representa um avanço na valorização da trajetória das mulheres ao longo da história. Essa medida busca corrigir uma lacuna que, durante séculos, revisou a invisibilidade feminina nos registros históricos, especialmente no século XIX, quando o patriarcalismo impôs uma visão subjugada do papel das mulheres. No entanto, mesmo nesse cenário, personagens femininas emergiram em textos de viajantes, ainda que sob uma ótica masculina e muitas vezes distorcida. Segundo Campos; Gonçalves; Castrillon (2021, p. 202)

A respeito das mulheres, Florence salientou que elas eram “livres nas conversas” e que havia conhecido uma que, embora fosse falante, era “civilizada”. Ao retratar os costumes dos habitantes, Florence deu visibilidade às mulheres, contudo enfatizou que os valores negativos eram universalizados às mulheres, independentemente da classe ou posição social.

À respeito do modo de vida das mulheres cuiabanas, Florence (2007, p. 128) escreveu:

As mulheres de classe média e sobretudo inferior, são muito livres nas suas conversas, modos e costumes. Além do contínuo exemplo da licença geral e quase desculpada, recebem pernicioso influxo do contato dos escravos, negros e negras, cujas paixões violentas não vêm peias à sua expansão. A fidelidade conjugal é, muitas vezes, falseada. Apesar de temerem os maridos e considerá-los como amos e senhores, sabem perfeitamente enganá-los.

A liberdade “nas conversas, modos e costumes” indica que, aos olhos do jovem viajante, o comportamento das mulheres transgride os padrões considerados morais e adequados para a época. Florence associa essa liberdade às mulheres de classes médias e baixas como um caráter menos virtuoso, pois se esperava que elas fossem recatadas, reservadas e subordinadas a valores patriarcais. Além de enxergar a liberdade feminina como uma ameaça aos valores tradicionais, ele sugere que essas mulheres foram influenciadas por negros e negras, escravizados(as) ou livres, cujas “paixões violentas” são descritas de forma preconceituosa. Assim, Florence não apenas descreveu os comportamentos que observava, mas também os julgou à luz de uma perspectiva europeia e burguesa, que valorizava o controle sobre o corpo e as atitudes das mulheres. Isso revela que as relações de gênero de época eram reguladas por normas que buscavam restrições à liberdade feminina.

Embora Florence tenha dado “visibilidade” às mulheres em suas anotações, ele as retratou de maneira a reproduzir estereótipos, “independentemente da classe ou posição social” (Campos; Gonçalves; Castrillon, 2021, p. 202). Não por acaso, nas primeiras décadas do Brasil Império, as “autoridades políticas” buscaram se aproximar dos padrões culturais europeus, considerados o ápice de progresso e civilização, com o objetivo de cultivar entre os brasileiros os “costumes europeus” (*idem*) – ainda que mantendo o sistema escravocrata em suas raízes fundadoras enquanto nação. Assim, se faz necessário pensar historicamente o discurso do passado, pois, ao responsabilizar os escravizados por influenciar as mulheres com hábitos perniciosos, o viajante naturaliza comportamentos atribuídos aos escravizados. A perpetuação desse lugar-comum de negros e negras, e que ainda está estruturado na sociedade brasileira, foi construído para desvio de atenção dos problemas causados pela escravidão e sua exclusão social.

Além disso, Florence (2007, p. 128) refere-se a ideia de que a fidelidade dentro do casamento, especificamente para as mulheres, nem sempre era respeitada. Sugere que essa fidelidade era apenas aparente, sendo quebrada de maneira deliberada. Ele também sugere que as mulheres, apesar da hierarquia de gênero na qual os maridos eram vistos como figuras de autoridade e chefes da família, conseguiam driblar o controle masculino. Embora aspectos como a infidelidade conjugal e a “vida licenciosa” das mulheres cuiabanas, apontando que mulheres pobres não conseguem se casar.

Os viajantes chegaram na fazenda Jacobina ansiosos pelas comodidades prometidas e pela importância do lugar ao longo do trajeto. Durante a visita à fazenda, que o vigário apresentou a Florence o “chefe dessa grande oficina, que dirigia tudo, tudo vigiava, obras, engenhos, plantações, gado, escravos, agregados, enfim a fazenda inteira, sem esquecer o

tenente-coronel e sua família” (Florence, 2007, p. 128). O vigário era tio da mulher do João Pereira Leite, proprietário da Jacobina. De acordo com Campos; Gonçalves; Castrillon, 2021, p. 203), ele ficou espantado com o fato de uma mulher comandar a fazenda Jacobina, embora não tenha emitido um “juízo de valor eurocêntrico”.

Esse chefe, atlético no corpo e no espírito, era a sogra do tenente-coronel e irmã do nosso vigário, matrona de cinco pés e oito polegadas e de corpo proporcionado à altura. Sua cara de queixo tríplice parecia confundir-se com o largo pescoço, cercado de muitas voltas de colares de contas grossas de ouro. Sua voz de extensor dominava quase incessantemente todos os ruídos, não direi o vozear dos que trabalhavam, pois todos estavam em silêncio ou falavam baixinho, mas o estrondo das máquinas, da água que as movia, das grandes caldeiras onde fervia a garapa, etc. O que havia, porém, de notável era que essa mulher, tão corpulenta e que mostrava ter cinqüenta anos, andava e mexia-se com a agilidade de uma garrida mocetona. Sua fisionomia, seu olhar e boca exprimiam simultaneamente a energia, a franqueza e a bondade. Todos os escravos e agregados a estimavam tanto quanto a temiam, se não com efeito a mãe de toda a redondeza, principalmente pelos cuidados com que tratava os enfermos e pelos socorros que com pródiga mão distribuía aos necessitados. (Florence, 2007, p. 164).

Aqui somos apresentados a figura de Dona Ana, administradora da fazenda que se destaca por sua imponência e autoridade sobre o espaço e as pessoas ao seu redor. A narrativa constrói a imagem dessa mulher a partir de características físicas marcantes, como sua estatura e robustez, além de sua voz potente que se sobrepunha ao ruído das máquinas. Há também a presença de uma dualidade em sua personalidade, pois, ao mesmo tempo em que exerce controle absoluto sobre a fazenda e é temida pelos escravizados e agregados, também é respeitada e estimada por sua generosidade e cuidados com os necessitados. Esse aspecto revela como o poder feminino, mesmo em um contexto patriarcal, poderia se manifestar de maneira firme, conciliando força e empatia. Assim, o relato desafia certos estereótipos de gênero da época, ao apresentar uma mulher que, apesar de sua aparência e idade, mantém vigor e autoridade sobre um espaço tradicionalmente masculino.

Outro episódio intrigante registrado no diário é a travessia da cachoeira perigosa de Itupanema, com suas corredeiras e rochedos pontiagudos, o que tornava difícil a transposição. Florence relata a existência de uma mulher negra que vivia sozinha em uma das ilhas da cachoeira até ser capturada e levada para Camapuã.

Uma monção que subia para Cuiabá achou, há oito anos, em uma das ilhas desta cachoeira, uma preta que aí vivera sozinha mais de seis meses. Fora escrava com seu marido em Camapuã. Havendo fugido, desceram o rio Pardo, subiram o Paraná e o Tietê até esse ponto. Como não tinham pressa, empregaram ano e meio na viagem, mantendo-se de caça e pesca. Pararam nessa ilha, construíram um rancho e aí viveram felizes perto de seis meses. O marido, num belo dia afogou-se ao passar o rio, e naquele deserto ficou a mulher ainda quase um ano até a

chegada dessa expedição que a levou para Camapuã e a entregou de novo aos seus senhores. Ela nunca vira índios e da onça tão-somente ouvira os urros. (Florence, 2007, p. 41-42)

Ela não tem o nome revelado, nem idade, muito menos origem, é apenas mencionada como uma cativa em Camapuã que fugiu junto com seu marido. O trecho evidencia sua resistência e sobrevivência, uma voz silenciada pela escravidão. Após escapar de seus algozes, ela se estabeleceu em uma das ilhas de Itupanema e preferiu os perigos da natureza ao cativo. Durante um ano e meio de sua jornada, o casal demonstrou a força da resiliência – o que pode também sugerir algum tipo de conhecimento prático sobre o local e os recursos naturais. Juntos, construíram um rancho e uma vida feliz.

A história assume um tom trágico com a morte do marido ao atravessar o rio, deixando-a isolada por seis meses. Ainda cercada pelos perigos da mata, a maior ameaça não era a natureza, mas a sociedade escravocrata. Após o período de liberdade, a mulher foi capturada por uma expedição e entregue aos seus senhores em Camapuã. Sem mais informações no diário, resta apenas especular sobre o seu destino.

Essa fixação da imagem do negro e da negra como escravizados perpetua uma subalternização que distorce verdadeiramente a compreensão histórica da diáspora africanos e as suas inter-relações históricas em outras sociedades. Por isso, a Vânia Maria da Silva Bonfim alerta que, “enquanto nós focalizamos esse momento histórico, estamos sempre vendo a mulher negra na sua condição, maiormente, escravizada e sempre voltando a essa imagem” (Bonfim apud Nascimento, 2009, p. 222). Karenga (2009, p. 335) destaca que os estudos da mulher negra é “parte integral e indispensável do Estudos Negros”, pois fornece análise e soluções éticas para as restrições impostas à liberdade e ao desenvolvimento da humana.

A presença de uma mulher na expedição também é mencionada no diário, “[na] primeira canoa iam o Sr. Cônsul e uma moça alemã que ele trouxera ultimamente do Rio de Janeiro” (Florence, 2007, p. 20), suscitando especulações sobre sua identidade. O diário termina sem revelar o nome da “moça alemã”. Somente ao consultarmos os bastidores da Expedição Langsdorff e descobrimos que a mulher na viagem se tratava de Wilhelmine von Langsdorff, conhecida como Guilhermina, esposa do barão Langsdorff, que acompanhou a expedição científica entre os anos de 1825 a 1827 (Costa; Diener, 2014). E por qual motivo Florence, em um único trecho do diário, descreve apenas uma “moça alemã” trazida por Langsdorff do Rio de Janeiro? É plausível supor que ele tinha ciência que Guilhermina, a jovem senhora de 21 anos, era casada com Langsdorff e tinham três filhos. Isso não impediu

que Florence ficasse “enamorado” por Guilhermina, levando-o a escrever uma carta de amor, que a jovem entregou a Langsdorff. Em virtude desse fato, o chefe da expedição repreendeu seu subordinado, o que contribuiu para uma atmosfera de conflitos e discórdias durante a viagem.

Vale lembrar que as expedições científicas realizadas no Brasil, predominantemente masculinas por homens. Para a historiadora Cristina dos Santos (2021, p. 213):

[na] sociedade brasileira, as mulheres ainda são excluídas da política, do governo, da literatura, da arte, e sua presença e atuação é testemunhada de forma marcante em raros momentos. Trata-se, no entanto, de uma exclusão sistemática que tem sua herança expressa hoje de diversas formas, dentre elas: o uso da violência institucionalizada, a legislação discriminante, a subalternização e inferiorização em relação aos homens. As mulheres são submetidas a diversas formas de violência física e simbólica.

Ao incorporar as experiências históricas de mulheres para o Ensino de História, busca-se desafiar a perspectiva eurocêntrica, abrindo espaço para que essas narrativas sejam trabalhadas de maneira mais inclusiva em sala de aula, especialmente com os alunos do Ensino Médio. Dessa forma, o exercício de repensar essas narrativas de mulheres no diário de Florence vem no sentido de evitar o apagamento/silenciamento de histórias consideradas “inapropriadas” e prepara o caminho para uma abordagem mais abrangente e representativa em contextos educacionais, superando as limitações do eurocentrismo na interpretação do passado.

3.4 Os escravizados pelo olhar do viajante

A descolonização do pensamento passa, primeiramente, pela escolha das palavras. O termo “escravizado” é preferível a “escravos”, pois enfatiza a condição imposta ao indivíduo, evidenciando o processo pelo qual foi submetido à escravidão (Grada Kilomba, 2019). Viajantes como Martius e Spix reforçavam a ideia que os negros precisavam ser civilizados pelos europeus e a escravidão, embora fosse condenada, se fazia necessária para conduzir ao estado de civilização. De acordo com Monteiro e Diener (2013), os viajantes sustentavam uma superioridade branca com base em supostas diferenças intelectuais e físicas, legitimando o papel civilizador europeu. Para Martius, essa ideia justificava a dominação e exploração dos territórios extra-europeus.

Segundo Martins (2022, p. 120), Florence rejeitava a ideia de uma sociedade escravocrata e considerada uma hipocrisia a defesa de que a “escravidão era mais vantajosa aos negros”. Não atoa, que negros e negras passara a resistir, inclusive empreitando fugas para lugar de difícil acesso para seus captores. O discurso Florence, portanto, apresentava uma visão crítica da escravidão, evidenciando seu caráter desumano. Embora tais informações tenham sido suprimidas do diário utilizado nesta pesquisa, constando no caderno *L’Ami des arts livré à lui-memê* (1848-1859).

A perspectiva eurocêntrica, que se originou na Europa Ocidental antes do século XVII, consolidou-se com uma visão de conquista e dominação dos continentes asiático, americano e africano pelos europeus durante o período colonial. Essa perspectiva está associada ao pensamento burguês e às exigências do capitalismo e do colonialismo. Aníbal Quijano (2020) destaca que a estrutura de poder europeia na América foi construída com base na racialização da população e controle do trabalho. A ideologia da raça (classificação biológica) naturalizou os conquistadores como superiores e inferioriza o “outro”.

Na América essa ideia foi introduzida, criando novas identidades sociais como o índio, o negro, o mestiço e o branco. Segundo Quijano (2005), na medida que a dominação contra indígenas e africanos avançava, o fenótipo da cor passa a ser determinante do colonizado, hierarquizando as identidades sociais. Nessa perspectiva eurocentrada juntamente com a ideia da racialização, o objetivo era (é) de subjugação e domínio europeu contra não europeu.

Ao explorarmos o diário de Florence é possível evidenciar alguns trechos a aplicação do eurocentrismo e colonialismo através de mecanismo de subalternização dos negros. A caminho de Guimarães, a Expedição chegou na fazenda Buriti. Florence descreve uma situação inusitada, tratava-se de um “modo novo” de se viajar. A hierarquia racial, segundo os conceitos da época, se manifesta ali: a proprietária da fazenda, D. Antônia, uma mulher idosa, chegava carregada por dois negros. O relato prossegue:

De muda iam outros dois pretos aos lados. Acocorada nessa rede e a fumar num comprido cachimbo, vinha ela seguida de negras e mulatas, todas vestidas limpamente e carregando à cabeça cestos, trouxas e roupas, vasilhas de barro e outros objetos comprados há pouco. O administrador, que era irmão dela, e o feitor adiantaram-se ao seu encontro, e os negros e negras que haviam ficado em casa se chegaram para dar o louvado. (Florence, 2007, p. 144)

A passagem evidencia a naturalização da escravidão na sociedade matogrossense, ao descrever sem críticas a forma como os cativos eram usados como meio de transporte humano. Além disso, a presença das negras e mulatas, vestidas limpas e carregando

mercadorias na cabeça, reforçam a divisão racial e social, onde os escravizados desempenham funções servis e são retratados como parte do cenário. Por fim, a chegada de D. Antônia é marcada por rituais de submissão, como o “louvado” dos escravizados que permaneceram na casa, um gesto que simboliza respeito e obediência à senhora. O texto, portanto, revela não apenas aspectos da escravidão no Brasil oitocentista, mas também a maneira como tais relações eram vistas como normais e até pitorescas pelos viajantes europeus da época.

Em outro trecho do diário, na ocasião de uma festa de batismo fazenda Jacobina do filho do proprietário tenente-coronel de milícias João Pereira Leite, houve uma grande festa. Os músicos eram formados por negros cativos que tocavam desde do amanhecer, em grupo, percorriam o patrio da fazenda. Todos assistiram à missa, “[donos], hóspedes, agregados e escravos” (Florence, 2007, p. 186), que foi celebrada pelo vigário, irmão de D. Ana. Após a missa, fez-se o batismo, e à tarde...

...houve a idéia de dançar-se o *batuque*. Como sinal de respeito a essa família que me recebeu e obsequiou com tamanha urbanidade, abstenho-me de fazer a descrição dessa dança de sentir que um povo, dotado de qualidades recomendáveis, algumas vezes apresenta tais torpezas aos olhos do viajante. (Florence, 2007, p. 187)

Florence optou por omitir a manifestação cultural dos cativos alegando respeito pela hospitalidade que recebeu da família e por considerar a dança inapropriada ou desrespeitosa “aos olhos do viajante” (2007, p. 186). Essa escolha reflete a imposição eurocentrada sobre o que é aceitável e revela a tentativa de silenciar as manifestações culturais afro-brasileiras.

A escravidão, resultado do projeto de colonização europeu, não apenas subjugou negros fisicamente, mas também os silenciaram culturalmente. Tais mecanismos de dominação criam a imagem do que não era aceitável e do que era aceitável na sociedade colonial. As manifestações de origem africana e indígena, por serem consideradas inapropriadas e desrespeitosas ao universo masculino branco europeu, acabam por ser sentenciadas ao esquecimento. O apagamento histórico é uma forma de desumanizar negros e outros grupos. Segundo Kilomba (2019), o racismo é um mecanismo que desumaniza e relega os negros a uma posição inferior, por meio de práticas que vão animalizando, objetificando e estereotipando. A autora evidencia como esse processo delinea o que é considerado negativo ao “outro”, promovendo a estigmatização das pessoas negras.

Ao observamos as leis 12.288/10 e Lei 10.639/03, que versa sobre a obrigatoriedade do estudo da História da África e da história da população negra brasileira em todas as

escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio, percebemos a importância de superar a história única e viabilizar as narrativas afro-brasileira. Iniciativas como afrocentrismo, quilombismo surgem como meios de buscar um novo olhar para a história, desafiando a perspectiva eurocêntrica.

O afrocentrismo emergente dos Estudos Negros, conforme definido por Karenga, é “uma orientação, uma metodologia e uma qualidade de pensamento enraizado na imagem cultural e nos interesses humanos dos povos africanos” (Karenga Apud Karenga, 2009, p. 352). Essa perspectiva coloca os povos africanos no centro de sua própria cultura e história, rejeitando o olhar dos colonizadores que historicamente negaram suas contribuições e experiências. O afrocentrismo chamar para o debate diferentes pensadores e intelectuais, “[com] efeito, esses grupos e povos das Américas, África, Ásia, América Latina e Oriente Médio (Ásia Ocidental) emprestaram referências e construíram ação e reflexão com base em nossa visão moral e em nosso vocabulário moral” (*Idem*, 2009, p. 353).

O quilombismo, por sua vez, é um conceito científico histórico-social fundamentado no modelo do Quilombo dos Palmares e em outras comunidades quilombolas. O quilombismo surge como uma resposta à subalternização histórica dos afrodescendentes, marcada pela violência colonial e pela perpetuação da escravidão. A construção de uma sociedade quilombista, pautada na cidadania e na proteção das mulheres e crianças negras, é essencial para o enfrentamento do racismo (Filgueira; Silva, 2019).

Hércules Florence menciona em seu diário um rio chamado Quilombo. O trecho revela um fragmento da história negra relacionada à resistência à escravidão. O guia da viagem teria compartilhado a origem do nome do rio, indicando que: “[ali] se haviam antigamente refugiado muitos negros, pois quilombo é palavra que designa o asilo onde eles se reúnem nas matas” (2007, p. 38). Os refugiados foram descobertos por negociantes que retornavam de Cuiabá e que, ao chegarem em Porto Feliz, organizaram uma diligência para atacar e aprisioná-los. Mais de cento e vinte foram capturados e tiveram que voltar ao cativeiro. Embora o relato forneça suporte para compreender que o nome do rio se originou da presença de negros fugidos da escravidão, o diário não se estende em mais detalhes sobre esse episódio. Esse tipo de registro se não problematizado acaba contribuindo para construção de uma memória do afro-brasileiro vinculado à escravidão, negando-lhe o acesso à própria identidade e as contribuições da África com a história da humanidade (Filgueira; Silva, 2019, p. 4).

A análise desse fragmento do diário de Florence à “luz” do quilombismo, conforme proposto por Abdias Nascimento, nos permite problematizar o legado cultural dos

quilombos e a luta contra o racismo. Conforme Nascimento (2009, p. 205):

Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial. Repetimos que a sociedade quilombola representa uma etapa no progresso humano e sociopolítico em termos de igualitarismo econômico. Os precedentes históricos conhecidos confirmam essa colocação. Como sistema econômico, o quilombismo tem sido a adequação ao meio brasileiro do comunitarismo ou ujamaísmo da tradição africana. Em tal sistema, as relações de produção diferem basicamente daquelas prevalentes na economia espoliativa do trabalho, chamada capitalismo, fundada na razão do lucro a qualquer custo. O compasso e o ritmo do quilombismo se conjugam aos mecanismos operativos, articulando os diversos níveis de uma vida coletiva cuja dialética interação propõe e assegura a realização completa do ser humano.

Nascimento (2009, p. 203) compreende os quilombos como espaços de resistência, “esforços para resgatar a liberdade e dignidade por meio da fuga do cativo e da organização de uma sociedade livre”. Esses espaços representam uma organização estruturada voltada para a defesa dos membros e a criação de um modelo econômico-social próprio, atuando como centros de resistência física e cultural.

Assim, ao analisarmos o conceito de quilombismo, percebemos que cada quilombo tinha a liberdade de adotar práticas religiosas, recreativas, esportivas e culturais, contribuindo para a preservação da identidade e a resistência a escravidão. Essa abordagem multifacetada, que envolve não apenas a resistência física, mas também a preservação da cultura, destaca a importância dos quilombos como espaços fundamentais na luta pela liberdade e dignidade dos afrodescendentes.

O Diário de Hercule Florence é uma fonte importante para compreender a escravidão e a resistência negra no Brasil oitocentista. Seus relatos oferecem uma perspectiva sobre as condições dos escravizados e as dinâmicas sociais da época, permitindo uma leitura crítica do passado. Nesse sentido, a Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas, busca valorizar as contribuições dos povos africanos na formação da identidade nacional, promovendo o reconhecimento de sua cultura, religiosidade e formas de resistência, como os quilombos. Ao destacar os quilombos como espaços de preservação cultural e resistência contra a escravidão, reforçando a necessidade de incluir narrativas no currículo escolar. Isso está alinhado com os objetivos da Lei 10.639/03, que visa combater o racismo e promover uma educação antirracista ao dar visibilidade às experiências e contribuições dos afrodescendentes na história do Brasil.



PROFHISTÓRIA

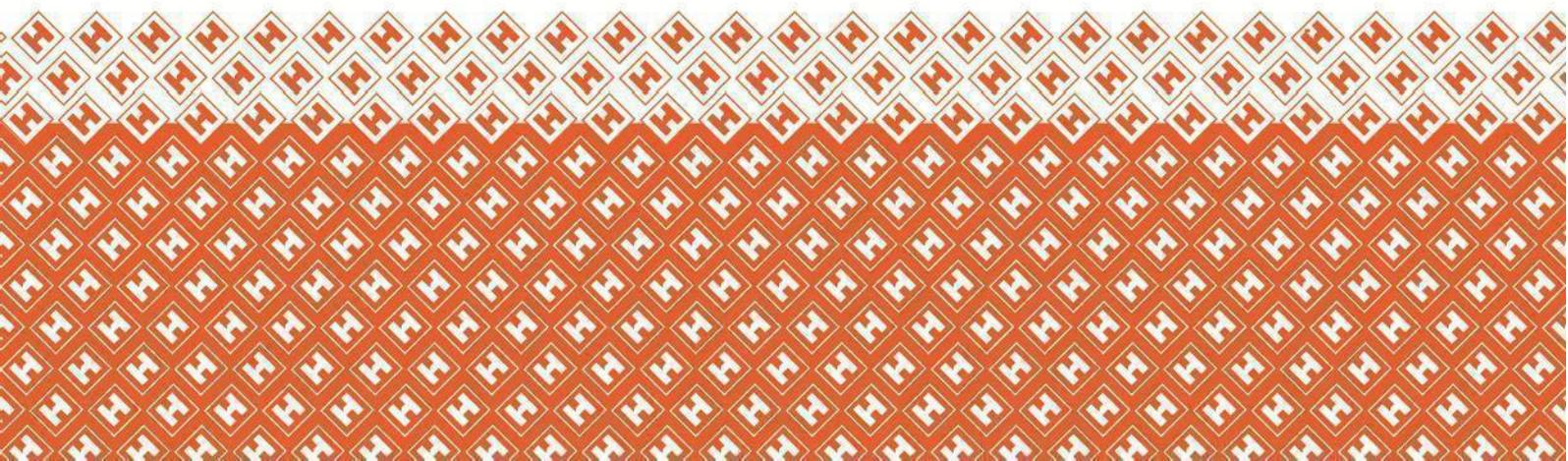
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

JOSÉ ANTÔNIO DE SOUZA FILHO

PRODUTO PEDAGÓGICO

**A província de Mato Grosso por
Hércules Florence: uma proposta de
aula-oficina para o Ensino de História**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
ABRIL / 2025



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	92
PARTE I – “VIAGEM FLUVIAL DO TIETÊ AO AMAZONAS DE 1825 A 1829	93
1.1 Uma Expedição Russa no Brasil?	93
1.2 “Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas”	95
1.3 O viajante Hércules Florence	99
PARTE II – LITERATURA DE VIAGEM: PROBLEMATIZAÇÃO ENTRE PESQUISA E ENSINO	103
2.1 O que é uma literatura de viagem?	103
2.2 Os Bastidores do Diário de Florence	105
2.3 O diário de viagem como recurso didático no Ensino de História	109
PARTE III - AULA-OFICINA: UM PROPOSTA A PARTIR DO DIÁRIO DE HÉRCULES FLORENCE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA	111
3.1 Aula-oficina 1 - Diário de viagem de Hércules Florence: os “Costumes dos Habitantes” dos moradores da província de Mato Grosso	111
3.2 Aula-oficina 2 - Diário de viagem de Hércules Florence: dos “mansos” Guató e Guana aos “bravios” Guaikurú e Borôro. Essa dualidade ainda existe?	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123

INTRODUÇÃO

Este Produto Pedagógico é o resultado da minha pesquisa de mestrado intitulada *A província de Mato Grosso por Hercules Florence: diário de viagem enquanto fonte histórica*, elaborado no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Universidade do Federal de Mato Grosso (UFMT) – Cuiabá (MT), sob orientação da professor doutor Luís César Castrillon Mendes. A pesquisa se debruçou em analisar as possibilidades e limitações do diário de viagem do artista Hercule Florence (1804-1879), *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*, enquanto fonte histórica no ensino de História.

O objetivo do material é introduzir o ensino de História do Mato Grosso, aliando-o ao trabalho com evidência histórica. O material está estruturado em três partes: a primeira apresenta uma breve explicação sobre a Expedição Langsdorff, destacando seu percurso, seus objetivos e criação do diário de Hércules Florence; o segundo problematiza a utilização do relato de viagem na pesquisa e no ensino de História, enfatizando sua interpretação e potencial metodológico; e o terceiro, dividido em quatro eixos temáticos, aborda os costumes dos moradores das vilas e cidades, a construção da imagem dos indígenas entre a dualidade da docilidade e da selvageria, as histórias de mulheres vistas em contextos diferentes e escravidão. Dessa forma, o guia busca fornecer aos docentes ferramentas para o ensino de História regional a partir do uso crítico das fontes, incentivando a reflexão e o desenvolvimento do pensamento histórico em sala de aula.

PARTE I – “VIAGEM FLUVIAL DO TIETÊ AO AMAZONAS DE 1825 A 1829”

1.1 Uma Expedição Russa no Brasil?

A invasão de Portugal por Napoleão Bonaparte forçou a transferência da família real para o Rio de Janeiro. Como uma de suas primeiras medidas, o príncipe regente D. João assinou, em 1808, um decreto que autorizava a abertura dos portos brasileiros às Nações Amigas. De acordo com Luvizotto (2012, p. 19), essa medida “foi o principal gerador de um ciclo de viagens e expedições científicas” voltadas à obtenção de benefícios econômicos para os impérios europeus. Nesse contexto, destacou-se a Expedição Russa(1822-1829), organizada pelo naturalista prussiano, o Barão Georg Heinrich von Langsdorff (1774-1852).

Antes de empreender sua viagem exploratória pelo Brasil, Langsdorff ocupou o cargo de cônsul-geral do Império Russo, posição que conquistou devido às suas contribuições com a ciência. Em 1813, foi enviado para o Rio de Janeiro com missão de apoiar e fortalecer a atividade comercial russa e, além disso, de desenvolver estudos sobre o país (Costa; Diener, 1995).

Em 1821, o *Czar* Alexandre I aprovou o projeto do Cônsul para uma incursão pelo Brasil. A Expedição Langsdorff, financiada pelo Império Russo, contou com investimento inicial de 40 mil rublos, complementado por um subsídio anual de 10 mil rublos (Bertels; Komissarov, 1988). O patrocínio de uma expedição científica na América significava uma demonstração de poder político da Rússia diante das outras potências europeias. Após as guerras napoleônicas, o Congresso de Viena (1814-1815) redefiniu a ordem internacional, consolidando o protagonismo da Rússia ao lado da Prússia e Áustria (Expedição Langsdorff [catálogo de exposição], 2010).

O projeto de viagem ao Brasil era ambicioso, buscava suplantar todas as expedições precedentes. Contava com apoio econômico e institucional do Império russo, que acreditava que os resultados das investigações redundariam em ganhos através da extração de riquezas naturais até então insuspeitas. (Costa; Diener, 2014, p. 74).

Além dos interesses econômicos, a expedição visava ampliar o conhecimento sobre o território brasileiro, buscando “mapear fauna, flora, rios, minerais, etc. de regiões quase desconhecidas pelo próprio império” (Costa; Diener, 1995, p. 24). Para esse objetivo, contava com especialistas em botânica, zoologia, geografia e artistas de várias origens, como da Rússia, Alemanha e França. Ademais, brasileiros participaram da expedição,

auxiliando na navegação e nos trabalhos manuais. Nas palavras de Rafael Sagredo Baeza¹³, tratava-se de um grupo “multidisciplinar e internacional” de exploradores interessados nas “riquezas naturais” do Brasil.

A expedição percorreu cerca de 17 mil quilômetros, passando por Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e Grão-Pará, sendo dividida em duas etapas. Na primeira etapa, participaram o naturalista francês Edouard Ménétriès (1802-1861), o pintor alemão Johann Moritz Rugendas (1802-1858), o botânico Ludwig Riedel (1791-1861), o astrônomo russo Nester G. Rubtsov (1790-1861), o naturalista alemão Georg Wilhelm Freyreiss (1789-1825) e o zoólogo Christian Friedrich Hasse. Os registros dessa fase foram enviados para São Petersburgo, na Rússia, com destaque para o belíssimo trabalho de Rugendas. No entanto, ele acabou se desligando do grupo em razão de desentendimentos com Langsdorff.

Em 1824, com a saída de Rugendas, Langsdorff contratou francês Aimé-Adrien Taunay (1803-1828) como primeiro desenhista e franco-monegasco Hércules Florence (1804-1878) como segundo, a fim de futuras desistências e que comprometesse os trabalhos de ilustração da expedição. Além disso, com a saída de Ménétriès, o zoólogo alemão Christian Friedrich Hasse foi incluído no grupo.

Com essa nova formação, a segunda etapa teve início no dia 3 de setembro de 1825, partindo do Rio de Janeiro para Santos no veleiro *Aurora*. Após o desembarque, Florence seguiu a frente de seus companheiros para Cubatão, pois ficou responsável em preparar hospedagem para a comitiva e contratar tropeiros para transportar as bagagens da expedição para São Paulo.

Langsdorff planejava seguir por terra de Goiás até chegar em Cuiabá, um caminho conhecido entre os viajantes. O roteiro inicial da expedição passaria por Santos, Jundiáhy, Franca, Uberaba e Goyaz (Bourroul, 1990). No entanto, seu plano mudou quando tomou conhecimento de um antigo caminho fluvial utilizada por monçoeiros¹⁴ para estabelecer comunicação entre São Paulo a Mato Grosso (Costa; Diener, 1995). Sérgio Buarque de Holanda (1990) explica que a colonização da fronteira oeste da América Portuguesa foi realizada através das monções, organizadas por exploradores em busca de ouro e prata.

No Mato Grosso do início do século XIX, os rios desempenharam um papel crucial para a vida cotidiana e o comércio, sendo fundamentais para a economia, a comunicação e

¹³ Prefácio do livro *Bastidores da Expedição Langsdorff*, escrito por Rafael Sagredo Baeza (COSTA; DIENER, 2014, p. 8).

¹⁴ De acordo com Fonseca, a mudança de itinerário ocorreu após Langsdorff “consultar amigos de Itu e Porto Feliz” (2008, p. 22).

a expansão das fronteiras por meio da navegação. Contudo, com o esgotamento das minas de ouro, o surgimento de novas rotas comerciais via Goiás, o alto custo de produção das canoas e as dificuldades naturais de navegação dos rios — com corredeiras, rochas submersas e cachoeiras — o caminho fluvial foi perdendo importância.

Langsdorff acreditava que o caminho fluvial ofereceria uma experiência única para a expedição, pois tratava-se de um trajeto inédito (Bertels; Komissarov, 1988). Ao optar pelo antigo caminho monçoeiro, uma trajetória inexplorada por uma expedição estrangeira, ele precisou refazer os planos e solicitar a construção de embarcações para navegar pelos rios. Mesmo ciente dos perigos de navegar por essas águas, Langsdorff permaneceu determinado a seguir o novo percurso. De acordo com Costa e Diener (2014, p. 80), “isso não parecia importar; ao decidir pela mudança, o chefe perseguia o desejo – segundo sua perspectiva – registrar e catalogar plantas, animais, povos e lugares ainda pouco explorados pela ciência europeia”.

1.2 “Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas”

A “Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas” teve início dia 22 de junho de 1826, após sete meses de preparação em Porto Feliz. A partida foi marcada por uma cerimônia religiosa e uma despedida emocionante, registrada por Florence (2007, p. 20): “Romperam então da cidade salvas de mosquetaria correspondidas pelo nossos remadores e, ao som desse alegre estampido, deixamos as praias, onde tive a felicidade de conhecer um amigo¹⁵”. A monção era composta por sete embarcações, com destaque para as grandes canoas *Perova* e *Chimbó*, três batelões de fundo chato e uma canoa pequena, formando uma tripulação de 36 pessoas. Devido à grande quantidade de bagagens, houve necessidade de adquirir mais uma canoa pequena.

De acordo com Costa e Diener (1995), a expedição atravessou um Brasil marcado por duas realidades distintas: o litoral, com características urbanas semelhantes às europeias, e o interior, composto por biomas diversos (Pantanal, Cerrado e Amazônia) e por diferentes formas de ocupação humana, incluindo comunidades indígenas e pequenas vilas. À medida que avançavam pelo sertão, os membros da expedição iam perdendo as referências da realidade conhecida, adentrando em um novo mundo. É em meio a caldeirão cultural que Florence, em seus registros, descreveu com fascínio os rios sinuosos, as cachoeiras majestosas, as densas matas, as imponentes palmeiras, as diversas espécies de animais, os frutos silvestres e o modo de vida população (Fonseca, 2008, p. 42).

¹⁵ O amigo mencionado era Francisco Álvares Machado, médico, político e morador local.

O olhar não se cansa de admirar as cores várias que de todos os lados o embelezam: aqui é uma verdejante várzea; ali fica o cerrado com suas árvores baixinhas e engorovinhadas; adiante se alarga um campo de macega mais alta que um homem e de um colorido puxando a amarelo pardacento. (Florence, 2007, 59)

Os viajantes enfrentam condições adversas, como calor extremo, chuvas intensas e ataques de insetos. Florence (2007, p. 60) escreveu: “À noite, fomos atormentados por nuvens de mosquitos, que nos obrigaram a armar os mosquiteiros: nesse asilo, porém, tivemos que suportar calor quase intolerável”. Após deixarem Albuquerque, a situação piorou: “Ao chegar ao pouso, achávamos um solo encharcado, onde não se podia dar um passo sem meter o pé no lodo. Não havia remédio senão dormir em rede e dentro do mosquiteiro, sob o qual sentíamos dobradamente o calor daquele clima abrasador” (*idem*, 2007, p. 60).

Ao longo da rota entre Porto Feliz, no rio Tietê, e Cuiabá, no rio Cuiabá, destacam-se dois pontos de apoio principais: Camapuã, situada às margens do rio Pardo, outrora uma fazenda-presídio estabelecida para assegurar o fornecimento e a proteção das expedições monçoeiras; e Albuquerque, localizado às margens do rio Paraguai (hoje Corumbá), fundada com o propósito de defender as fronteiras brasileiras no território conquistado pelos portugueses, para além da linha de Tordesilhas, representando a presença de Portugal na região (Costa; Diener, 1995, p. 25).

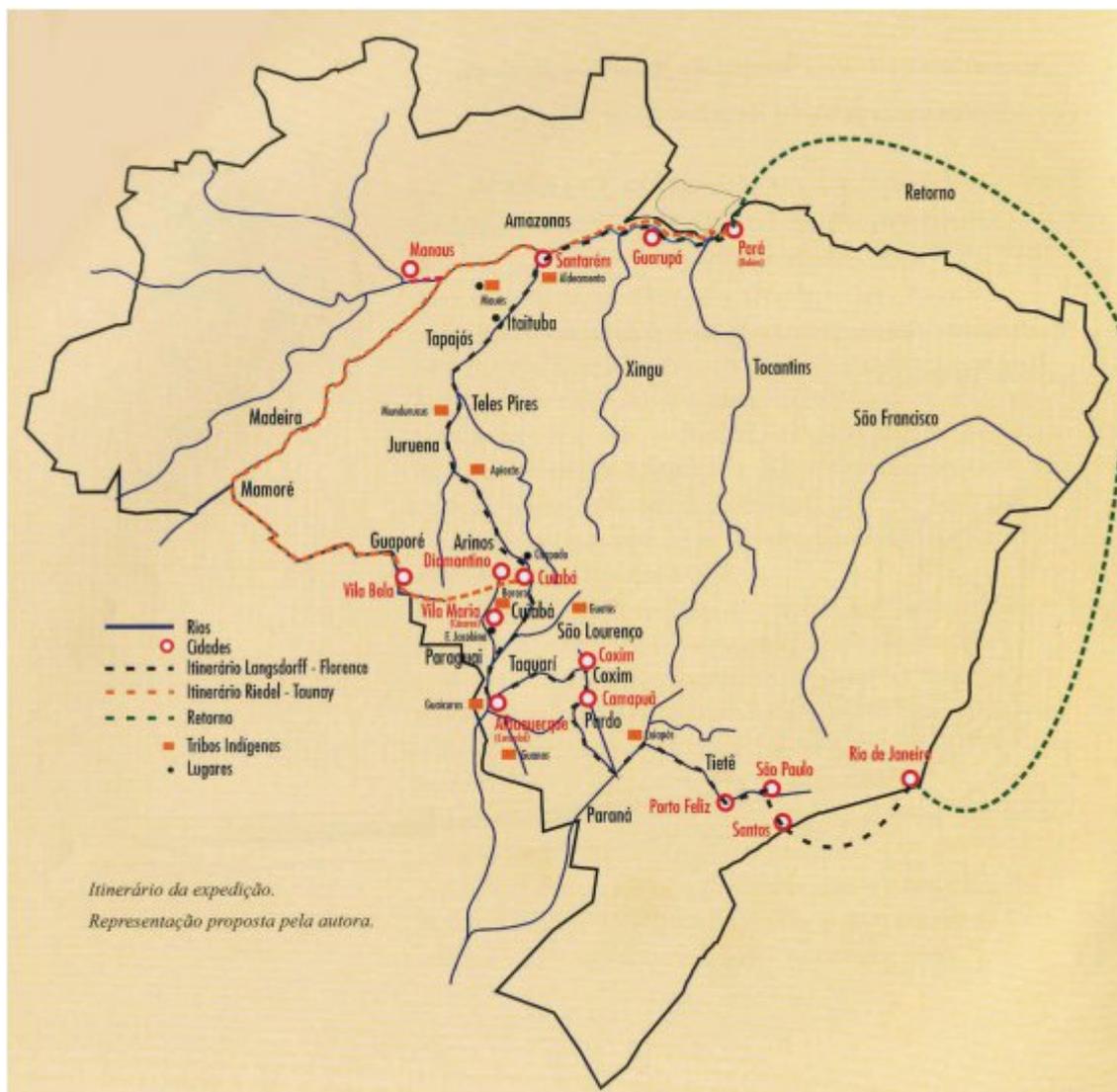


Figura 1: Percurso da viagem da Expedição Langsdorff do Tietê ao Amazonas.

(Fonseca, 2008, p. 24)

A comitiva alcançou Cuiabá no dia 30 de janeiro de 1827, após navegar pelos rios Tietê, Pardo e Paraguai, percorrendo 530 léguas (aproximadamente 2.500 km) e superando 114 cachoeiras. Eles foram recebidos pelo presidente da província, José Saturnino da Costa Pereira, e hospedados no palácio do governo. Durante a estadia, realizaram exploração ao redor da cidade e incursões em Guimarães e Vilas Maria. No entanto, devido a desentendimentos internos e conflitos entre os membros da expedição, o grupo, que já chegou a Cuiabá dividido, partiu da mesma forma. Um seguiu para o norte e o outro para o oeste, planejando se reencontrar no Amazonas. Langsdorff, à frente de um dos grupos, tinha como itinerário os rios Preto, Arinos, Juruena e Tapajós, enquanto o segundo grupo, chefiado por Riedel, seguiria pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira.

A tragédia marcou a Expedição Langsdorff em diversos momentos. Uma das perdas mais impactantes foi a do jovem Taunay, que morreu afogado ao tentar atravessar impetuosamente o rio Guaporé a nado. Além disso, durante a navegação do rio Arinos, Florence, Langsdorff, Rubzoff e outros membros da expedição contraíram uma grave febre. Florence escreveu entre os dias seis e sete de abril de 1828: “Tive arrepios de frio e febre” (2007, p. 207). E continua: “Como essa moléstia não me deixou senão em Santarém, não pude mais seguir o meu diário, embora menos atacado que meus companheiros. Parte foi escrito nos lugares, parte de memória em Santarém” (2007, p. 207).

A demora no porto de Diamantino e a insalubridade do lugar foram responsáveis pelos adoecimento de Florence, Langsdorff, Rubzoff e mais oito pessoas (Bertels; Komissarov, 1988). A situação se agravou nos primeiros dias de maio, quando 15 dos 34 integrantes adoeceram. Além disso, nas águas do rio Juruena, três canoieiros foram arrastados pelas corredeiras, intensificando ainda mais as dificuldades enfrentadas pelo grupo. Com o agravamento da doença de Langsdorff, Florence foi o único que continuou a escrever em seu diário, embora não tenha mantido as datas com precisão após deixarem a província de Mato Grosso. Diante de tantas adversidades, a prioridade passou a ser o retorno ao Rio de Janeiro, encerrando a expedição em 1829, após oito anos de exploração.

Apesar da vasta quantidade de material recolhido sobre fauna, flora e povos indígenas – cerca de 800 documentos descobertos na Rússia, segundo Bertels e Komissarov (1988) –, a Expedição Langsdorff foi considerada um fracasso na época. A jornada ficou marcada pelo impacto das doenças tropicais, pela morte de membros e pela perda da memória de Langsdorff, que foi acometida por uma forte febre. Embora tenha reunido informações valiosas, o objetivo principal – garantir o retorno seguro de seus membros – não foi alcançado. A expedição enfrentou desafios tanto práticos quanto interpessoais, e seu insucesso pode ser atribuída a escolhas mal planejadas, como a exploração de trajetórias pouco conhecidas pelos cientistas, à falta de apoio governamental e ao despreparo para lidar com as adversidades naturais e os conflitos internos da equipe (Costa; Diener, 2014).

Durante muito tempo, o diário de Florence foi a única fonte sobre a expedição. Desconhecida ou ridicularizada devido ao seu trágico fim, apenas os artistas eram conhecidos. Muito do mistério que cerca a expedição se deu devido ao desconhecimento do paradeiro dos registros da Expedição enviados à Rússia. Esse acervo composto por diários, mapas, desenhos e anotações, foi redescoberto em 1930, no porão do Museu do Jardim Botânico de Leningrado, e passou a ser estudado.

1.3 O viajante Hércules Florence

A literatura de viagem frequentemente retrata o viajante como um explorador curioso e corajoso, movido pelo desejo de descobrir o desconhecido e vivenciar culturas distintas. Diferente do turista, que segue roteiros convencionais, o viajante é descrito como alguém que busca experiências autênticas, muitas vezes se aventurando por caminhos menos trilhados e abraçando o imprevisto como parte essencial da jornada.

Hércules Florence personifica esse ideal do viajante. De origem franco-monegasco, chegou ao país em abril de 1824, aos 20 anos de idade, e aqui permaneceu até o seu falecimento em 1879. Homem versátil, destacou-se como artista, viajante e inventor, sendo um dos pioneiros na descoberta da fotografia e do polígrafo. Além de suas contribuições no campo das ciências, foi proprietário de uma fazenda de café no interior de São Paulo e atuou como político e jornalista, dirigindo o periódico “O Paulista”.

Florence teve uma infância conturbada, perdendo o pai precocemente e crescendo em meio aos impactos das guerras napoleônicas. Influenciado pelo meio artístico de sua família materna, desenvolveu desde cedo um interesse pelas artes e um fascínio pelas aventuras marítimas, inspirado pelas leituras de Daniel Defoe e do Abade Raynal. Aos 16 anos de idade fez sua primeira viagem marítima ao embarcar em um navio de Mônaco para Antuérpia. Na ocasião, migrou à procura de emprego e após o fracasso de seu plano, retornou por terra até chegar em Mônaco, onde residia.

[...] a família, empobrecida e privada da figura do pai, não podia dispor da rede social necessária para enviá-lo como aprendiz a um lugar onde ele pudesse criar sólidas bases para suas aspirações e ambições. Em síntese, ele não possuía os meios para aproveitar sua viagem até Antuérpia. (Vangelista, 2023, p. 43)

Florence percorreu diversas cidades do oeste europeu em seu retorno para casa, uma jornada de um quilômetro (Fonseca, 2008). Sua desventura permitiu-lhe entrar em contato com diversas culturas e línguas em uma período marcado pela ascensão do nacionalismo na Europa. Anos depois, ao integrar a Expedição Langsdorff, vivenciou uma experiência similar ao explorar o Brasil, um território vasto e diverso, acessível principalmente por embarcações ou mulas. A expedição era formada por um grupo multicultural e multilíngüístico e contava com cientistas de várias nacionalidades da Europa, além de auxiliares brasileiros, africanos escravizados e indígenas que ajudaram na expedição.

Antes disso, seu espírito aventureiro levou-o a ingressar na Marinha Real francesa como grumete no navio *Annibal*. Após enfrentar duras condições no mar, pediu dispensa e foi trabalhar no navio do capitão Claude DuCampe de Rosamel, participando do bloqueio de

Barcelona em 1823, parte da intervenção militar francesa na Espanha para restaurar o absolutismo de Fernando VII (Bourroul, 1900). Depois do cerco, aceitou o convite do capitão e foi “viajar até os países mais longínquos, com os quais ele tinha sonhado quando passava “horas folheando um bom atlas que tinha”” (Vangelista, 2023, p. 35).

Florence embarcou no *Marie Thérèse* em fevereiro de 1824 e desembarcou no Rio de Janeiro após 45 dias de viagem. Sua travessia do Atlântico foi possível graças a um acordo informal com o capitão Rosamel firmado antes do embarque, a quem ofereceu sua experiência como grumete em troca de passagem. Diferentemente de outros viajantes, que receberam financiamento de nações monárquicas ou academias científicas para viajar ao Brasil, Florence não contou com nenhum tipo de apoio. Sua escolha pela capital do Império Brasileiro não foi por acaso; ele sabia que Rosamel possuía contatos influentes na cidade e poderia auxiliá-lo a encontrar emprego (Vangelista, 2023).

Quase um ano após seu desembarque no Brasil, Florence soube que Langsdorff procurava um pintor para acompanhá-lo em uma expedição ao interior do país. De acordo com Costa (2023, p. 90), a contratação de Florence ocorreu devido a duas razões principais: sua habilidade com o desenho e seu conhecimento de geografia. Além disso, o chefe da expedição pretendia empregar mais de um desenhista, garantindo a continuidade do trabalho caso surgissem imprevistos com o primeiro. O contrato de Florence foi diretamente vinculado a Langsdorff e, nos documentos oficiais da expedição, seu nome aparece com a atribuição de geógrafo, já que o desenhista oficial era Taunay.

Com o fim da Expedição Langsdorff e envio os últimos materiais para a Rússia, Florence retornou a Porto Feliz, onde reencontrou a família de Francisco Álvares Machado. Em 1830, casou-se com Maria Angélica, filha de Álvares Machado, e passou a viver em São Carlos. Foi nesse período que iniciou seus estudos sobre o som dos animais, desenvolveu a *zoofonia*, e criou a poligrafia, uma técnica de reprodução em papel dos desenhos feitos durante a expedição. Dois anos depois, começou a experimentar a câmera escura e o uso do nitrato de prata para fixar imagens no papel – um marco na descoberta da fotografia no Brasil (Fonseca, 2008).

Em 1836, Florence adquiriu uma tipografia no Rio de Janeiro e a transferiu para São Carlos. A imprensa tornou-se uma de suas atividades centrais, e em 1842, publicou em sua tipografia um texto do padre Diogo Feijó (Fonseca, 2008). Em 1850, após o falecimento de Maria Angélica, casou-se com Carolina Florence, uma mulher com formação superior, educada na Alemanha e na Suíça. Faleceu no dia 27 de março de 1879, acometido por uma grave enfermidade.

Embora tenha sido um homem notável, Florence não recebeu reconhecimento em vida. Suas descobertas, como a poligrafia e seus experimentos com fixação de imagens, passaram a ser despercebidas pelo grande público. Como muitos inventores foram do cenário europeu, enfrentou dificuldades para divulgar suas criações. De acordo com Ferreira (2014, p. 154)

Como um mestre trabalhando na periferia do capitalismo, Florence encontrou as mesmas dificuldades que artistas, romancistas, fotógrafos, impressores e poetas enfrentavam para divulgar sua arte e, ao mesmo tempo, extrair dela sua subsistência. Numa época em que a formação superior era dominada pelo bacharelismo e as artes prosperavam com a subvenção do poder imperial, ele colheu poucos frutos de seus inventos. Soube, no entanto, compreender e fazer suas escolhas diante das dificuldades do meio.

A trajetória de Florence é permeada por uma sensação de ausência, marcada pela falta de reconhecimento de suas contribuições. O amargo dissabor de um homem que cruzou o Atlântico e morreu sem ver seus feitos valorizados ilustra bem seu “exílio espiritual e material”, resultado de ambições não realizadas (Vangelista, 2023, p. 66). Seu exílio carrega um duplo sentido: o afastamento da Europa ao escolher viver no Brasil e “exílio dentro do exílio” ao estabelecer em São Carlo, uma cidade distante dos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro (Vangelista, 2023, p. 67).

“Em suma, Florence angustiava-se enormemente pela distância, que se fazia sempre maior, entre alguns países da Europa em plena Revolução Industrial (ele faz principalmente referência à Inglaterra e à França) e o Brasil, aonde chegavam só as migalhas da modernidade, e ainda por cima na forma que ele considerava a pior: a predominância do interesse pelo dinheiro” (Vangelista, 2023, p. 67).

Além do exílio geográfico, Florence viveu um exílio social e cultural. Como destaca Vangelista (2023, p. 77), “Hercule Florence, homem da primeira metade do século XIX, nunca perdeu a ligação ideal com seus lugares de origem, a sua pátria, mas ao mesmo tempo, ainda que criticando-o, foi leal ao Brasil, país de seus filhos e de sua primeira esposa.” Desolado e resignado, Florence constata que nenhum dos seus esforços alcançou o reconhecimento desejado. A frustração diante do esquecimento de suas invenções o motivou a escrever *L’Ami des arts livre à lui-même* um livro que funcionaria como uma apólice de segurança contra a perda de seu legado. Nele, foi registrada sua história e suas contribuições, na esperança de não desaparecer na memória do tempo (Bourroul, 1900). Vangelista complementa (2023, p. 43), nunca “se libertou dessa profunda solidão social da certeza de viver permanente deslocado”.

A literatura referente a Florence e o contexto histórico revelam um personagem de boa educação, que, na vida adulta, percorreu a Europa antes de chegar no Brasil. Sua trajetória foi marcada pelo contraste entre uma juventude influenciada por ideias liberais e pela admiração das conquistas napoleônicas, que estavam distantes da realidade política e social do Brasil. Ao desembarcar, deparou-se com um país monárquico, escravocrata e dominado por uma aristocracia rural (Vangelista, 2023).

PARTE II – LITERATURA DE VIAGEM: PROBLEMATIZAÇÃO ENTRE PESQUISA E ENSINO

2.1 O que é uma literatura de viagem?

De acordo com o dicionário Houaiss (2011), viagem é o ato de deslocar-se de um ponto a outro, podendo ser motivada pela busca de experiências, descobertas ou mudanças. Essa prática transcende o simples movimento geográfico, envolvendo interação cultural, aprendizado e transformação pessoal. A viagem pode ser tanto uma jornada de exploração de lugares e paisagens quanto uma experiência de autoconhecimento. Embora os registros de viajantes existam desde a Antiguidade, a sistematização desse gênero remonta à expansão marítima europeia. Contudo, foi no século XIX que a organização dos relatos de viagem ganhou força, impulsionada pelo crescente interesse do público por esse gênero literário.

A literatura de viagem pode ser encontrada em formatos como guias turísticos, diários de bordo e relatórios de expedições. Ela também se manifesta em diferentes formatos, como romance aventura, literatura fantástica ou romance epistolar (cartas de caráter formal ou literário de cunho religioso ou filosófico). Embora o relato de viagem apresente diversas formas e conteúdos, seu objetivo principal é registrar informações sobre lugares e pessoas visitadas. Dessa forma, o termo literatura de viagem se tornou um conceito amplo, funcionando com um “guarda-chuva” que reúne diferentes tipos de produções textuais cujo eixo central é a experiência da viagem.

Segundo Schemes (2015), o relato de viagem presume um leitor específico e pode ser escrito durante ou após a experiência, passando por várias revisões em diferentes fases da vida do autor. Em alguns casos, o autor-viajante encontra inspiração em outras viagens. Além disso, é um gênero híbrido, combinando elementos pessoais e subjetivos, o que gera debate sobre sua classificação literária (Andrade, 2005; Lima, 2019). No entanto, sua importância como fonte historiográfica é indiscutível, pois registra percepções culturais, sociais e geográficas de diferentes épocas.

A relação entre História e Literatura muitas vezes se entrelaçam. Grandes epopeias, como Odisseia, atribuída ao poeta Homero, e Eneida, de Virgílio, misturam registros históricos com elementos místicos. Segundo Pesavento (2014, p. 80), ambas “participam da criação do mundo, como narrativas que falam do acontecido e do não acontecido”. Assim, História e literatura correspondem a narrativas explicativas do real, embora a realidade não seja um dado fixo, mas um ponto de referência. À medida que a História transforma a

Literatura fonte, o faz para alcançar a sensibilidade e a experiência na construção de sentido para o mundo.

A literatura de viagem é um campo fértil para a historiográfica brasileira, se destacando pela diversidade de temas e assuntos de sua época. Embora predomine uma visão eurocêntrica, é necessário enfatizar que esse discurso está situado em um contexto histórico específico (Campos; Gonçalves; Castrillon, 2021, p. 199). Os relatos de viajantes estrangeiros no período pós-independência destacam a paisagem urbana e a diversidade racial, influenciando intelectuais como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda na análise da sociedade brasileira (Andrade, 2005; Franco, 2011).

Até a década de 1970, esses relatos eram considerados fontes fidedignas, baseadas no testemunho ocular dos viajantes, sem a devida criticidade. Essa visão levou à reprodução de estereótipos sobre a população brasileira, como a relativização da escravidão e a associação dos indígenas e mestiços à preguiça (Moreira Leite, 1997). Somente a partir do final do século XX que os historiadores passaram a questionar a objetividade e a neutralidade dessas narrativas, analisando suas intenções e contextos socioculturais. Segundo Franco (2011, p. 67), hoje os historiadores têm o “cuidado de analisar os filtros existentes entre os fatos narrados nos relatos e o seu narrador”, uma vez que esses relatos frequentemente carregam preconceitos e uma visão distorcida dos visitados. Um exemplo típico é a ideia recorrente nos relatos dos viajantes de que os lugares visitados estavam ausentes de civilização e progresso. A autora ainda destaca:

Atualmente, fazem parte do universo de preocupações dos historiadores, estabelecendo-se como pontos de partida no trabalho com os relatos, questões tais como: a discussão sobre as intencionalidades evidenciadas nas entrelinhas do discurso dos viajantes, o lugar de enunciação – nacional, social e ideológico – do porta-voz daquele discurso ou os interesses particulares que mobilizaram suas representações. (Franco, 2011, p. 71)

O uso dos relatos de viagem como fonte histórica exige uma análise crítica e comparativa com outras evidências, questionando sua veracidade e considerando suas limitações, especialmente a perspectiva eurocêntrica que os permeia. Segundo Schemes (2015), esses relatos refletem a experiência da alteridade, influenciada pelo etnocentrismo e identidade do viajante. A análise criteriosa desses textos deve considerar três aspectos: o contexto histórico da viagem, o universo cultural do viajante e a necessidade de confrontar suas narrativas com outras fontes. Além disso, a classificação hierárquica dos povos visitados e descrições crônicas são exemplos da importância de um olhar crítico sobre esses

relatos, pois carregam uma visão eurocêntrica do mundo (Lima, 2019).

2.2 Os Bastidores do Diário de Florence

O diário de campo, escrito durante a viagem, reflete a experiência direta de Florence em meio às adversidades do percurso. Segundo Santos Bonfim (2011, p. 19), ele foi produzido quando tudo ainda era novidade para o viajante, resultando em anotações apressadas. A repetição de temas e formas se torna mais evidente conforme o viajante organiza suas anotações. Além disso, estereótipos adquiridos antes da jornada influenciam sua percepção da realidade. Devido às condições adversas da viagem, o diário apresenta uma linguagem mais técnica, com alguns comentários e arranjos literários. A marcação de dados e locais estrutura o texto, orientando as observações por meio da cronologia e do percurso. A partir desse texto original, ele produziu diversas versões ao longo dos anos .

Embora o diário de campo tenha sido inicialmente escrito de forma apressada e técnica, com a urgência de registrar a experiência durante a viagem, Florence revisitou e reorganizou suas anotações anos depois. Entre janeiro e fevereiro de 1829, Hercule Florence revisou seu diário de campo durante uma viagem de Belém ao Rio de Janeiro, escrevendo 84 páginas sobre o período de 1825 a 1827. O manuscrito foi enviado à família Taunay. A continuação do manuscrito, referente ao período de 1827 a 1829, foi revisada e enviada à Academia de Ciências de São Petersburgo por Frans Borel (Komissarov, 1994).

De acordo com Ferreira (2014), às 84 folhas guardadas pela família Taunay, intituladas *Esboço da viagem do Sr. Langsdorff no interior do Brasil*, foram vistas por Hércules Florence como um “esboço”, sem interesse editorial. A continuação foi enviada à Rússia e pode ser tanto uma sequência quanto um complemento aos manuscritos de Langsdorff. Boris Komissarov (1994, p. 34) considera essas versões como parte de uma “primeira variante” das narrativas da expedição, mas não há evidências claras de continuidade entre elas. Para confirmar a existência de conexões entre os manuscritos, é necessário localizar as 84 folhas entregues à família Taunay, cuja localização é desconhecida desde que o Visconde de Taunay foi encontrado na década de 1870.

Após muitos anos, Florence retomou a redação da narrativa da expedição durante a preparação do *L'ami des arts*, iniciada em 1837 e concluída em 1859. A escrita foi interrompida diversas vezes, incluindo sua participação na Revolução Liberal de 1842 e dificuldades pessoais, como os falecimentos de seu sogro e esposa. Em 1855, após uma nova interrupção, Florence retornou a Mônaco, e, ao voltar ao Brasil, mudou para a Fazenda *Soledad*, onde concluiu o manuscrito. A obra destaca-se por apresentar uma narrativa

autobiográfica, registrando o surgimento da fotografia no Brasil, suas invenções e o relato completo da viagem fluvial da Expedição Langsdorff (1825-1828). Ao escrever, Florence escreve sua própria história – uma maneira de garantir que a vida não seja esquecida, compartilhando sua existência com o mundo.

Segundo Ferreira (2014), a narrativa da expedição ocupa 226 das 423 páginas de *L'ami des arts*, sendo o único manuscrito a relatar todo o percurso da viagem com intenções de publicação. Esse texto foi baseado na mesma matriz usada para escrever as 84 folhas entregues à família Taunay e as 70 páginas enviadas para a Rússia. Diferentes dos textos de 1829-1830, que são cópias do diário de campo produzidos para atender as exigências da expedição, o de 1849-1859 é uma narrativa construída com base na literatura de viagem da época, refletindo uma abordagem mais pessoal.

A terceira versão, fonte consultada desta pesquisa, foi publicada pela primeira vez em português no volume 1 do tomo 38 da Revista do IHGB, abrangendo a página 355 a 469. O texto narra a viagem da expedição entre os meses de setembro de 1825 e agosto de 1827, cujo continuidade se deu no volume 2, tomo 38, páginas 231 e 301. O desfecho da viagem aconteceu no volume 2, tomo 39, páginas 157 e 182. A publicação desta narrativa foi o trabalho editorial do Visconde de Taunay, que traduziu, editou e adaptou os textos de Florence, criando subtítulos, excluindo trechos e conferindo um tom heróico e trágico à obra (Ferreira, 2014).

Komissarov (1994), acredita que a terceira versão tenha sido escrita entre 1855 e 1859, conforme indicam as datas no material pesquisado no arquivo de Cyrillo Hercules Florence e no arquivo do IHGB. A segunda e terceira versão foram escritas quase simultaneamente e apresentam trechos similares, especialmente na narrativa que vai da Fazenda Jacobina até o retorno para o Rio de Janeiro. Embora *Viagem Fluvial* (1855-1859) esteja incluído em *L'ami des arts* (1849-1859, foi um texto elaborado com a intenção de publicação. Contudo, há diferenças entre ambas as versões. A segunda apresenta reflexões históricas, comparações entre regiões do mundo e registros pessoais, como o falecimento de seu sogro, Álvaro Machado em 1846, enquanto a terceira foca na descrição da natureza e nas observações sobre as tribos indígenas. Bourroul, biógrafo de Florença, afirma que ambas as versões são bastante distintas.

A história da segunda e terceira versão “é bastante emaranhada” (Komissarov, 1994, p. 35). Entre 1905 e 1907, Edmundo Krug publicou a segunda versão, em francês, na *Revista da Sociedade Científica de São Paulo*. Essa versão foi traduzida para o português e publicada no Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, em 1977. Com prefácio de Francisco

Álvares Machado e Vasconcelos Florence, é afirmado que o texto trata-se do diário de campo de Florence e que a publicação do Visconde de Taunay seria apenas um esboço enviado à família Taunay.

Segundo Leenhardt (2023), *Viagem Fluvial*, publicada em 1875, passou por uma reescrita que ampliou o texto original, incorporando observações feitas após o evento. Ao longo do processo, o narrador foi gradualmente se transformando no personagem principal. Florence tinha plena consciência de que o manuscrito não se destinava mais ao Governo Russo, mas ao público em geral. Enquanto relato de viagem, a primeira versão aborda o “evento no tempo e no espaço” (Leenhardt, 2023, p. 155).

Esquema das versões do diário de campo de Hércules Florence		
Versão	Localização	Publicação
Diário de campo (1825-1829)	Arquivo do neto de Hércules Florence, Cyrillo Hercules Florence, em São Paulo	Inédito
Primeira parte da primeira versão (1829-1830)	Perdida	Inédito
Segunda parte da primeira versão (1829-1830)	Arquivo da Academia de Ciências da Rússia (Moscou)	Inédito
Segunda versão (1848-1859)	Caderno de <i>L'ami des arts</i> - arquivo do trineto de Hércules Florence, Arnaldo Machado Florence, em Campinas	Publicado pela primeira vez em francês em 1905-1907
Terceira versão (1855-1859)	—	Publicado pela primeira vez em português em 1875-1876

2.3 O diário de viagem como recurso didático no Ensino de História

As fontes históricas são vestígios deixados pela humanidade ao longo do tempo, permitindo a compreensão do passado. Eles incluem desde documentos escritos, objetos e transformações na paisagem até fontes iconográficas e orais (Barros, 2019, p. 15). O uso dessas fontes no ensino de História é uma prática relativamente nova, valorizada por possibilitar o contato direto dos alunos com o passado e estimular o pensamento crítico, em oposição à simples memorização de fatos. Schmidt e Cainelli (2009) destacam duas formas

de interpretar as fontes: como como artefato/material construído com o propósito didático, como por exemplo, os livros didáticos, e como as evidências históricas, utilizadas para a investigação do passado.

No século XIX, o trabalho do historiador consistia em extrair das fontes apenas o que elas continham, sem interpretações adicionais. O ensino de História, influenciado pelo positivismo, tinha como objetivo principal explicar a origem da nação, utilizando documentos históricos como provas incontestáveis dos fatos passados. Esse conceito de documento era restrito aos textos oficiais do Estado e da Igreja (Barros, 2019). Schmidt e Cainelli (2009) destacam que, na abordagem tradicional, os alunos eram meros receptores passivos, focados na memorização, sem uma construção ativa do conhecimento histórico.

A mudança na utilização das fontes históricas no ensino ocorreu gradualmente com a influência da Escola Nova. Nessa abordagem pedagógica, a fonte passou a ser um recurso para tornar o aluno protagonista do aprendizado, estimulando sua participação ativa na construção do saber histórico. A fonte deixou de ser apenas uma prova do passado e passou a ser um instrumento didático que aproxima o aluno de diferentes realidades e experiências históricas, melhorando sua passividade no processo de ensino-aprendizagem (Schmidt; Cainelli, 2009).

Bittencourt (2011) alerta para os cuidados ao transformar a fonte histórica em recurso didático. O professor não deve tentar fazer dos alunos historiadores, pois a função da fonte no ensino é diferente daquela no ofício do historiador. Enquanto o historiador problematiza a fonte para produzir conhecimento, o professor utiliza para ilustrar, informar, introduzir ou problematizar conteúdos na sala de aula. Além disso, a seleção da fonte deve considerar o nível de aprendizagem dos estudantes, garantindo diversão acessível e compatibilidade com o tempo de aula. Uma escolha específica pode dificultar a compreensão e gerar desinteresse na atividade.

A Educação Histórica é um campo que investiga o ensino e a aprendizagem da História, focando não apenas no conteúdo, mas no desenvolvimento do pensamento histórico e crítico dos estudantes. Em vez de simplesmente transmitir informações sobre o passado, propõe conectar a História ao presente e futuro dos alunos.

A abordagem investigativa proposta por Barca (2004) e Schmidt e Braga (2005/2006), a Unidade Temática Investigativa Histórica, sugere uma sequência pedagógica que inicia com a definição de uma temática, seguido da elaboração de perguntas para investigar as ideias históricas prévias dos alunos. A partir daí, categoriza-se esse conhecimento, analisa-se e problematiza-se as respostas, e finalmente, realiza-se uma

intervenção pedagógica do professor, utilizando fontes e outros materiais. O processo culmina na comunicação das produções dos alunos, que pode ser uma produção narrativa, história em quadrinho, charge ou outra forma de produção. Por fim, a aplicação de instrumento de metacognição para captar a consciência histórica dos estudantes. Além disso, a proposta sugere o registro e arquivamento do caminho trilhado pelo professor e alunos no registro da escola, o que torna a produção dos estudantes um bem da cultura escolar.

Essa metodologia apresenta algumas vantagens: promove o aprofundamento conceitual, permite a revisão literária e inclui experimentações. O objetivo principal é tornar o ensino de história mais significativo para o aluno. Ao contrário da aula expositiva centrada na figura do professor, a proposta busca a transformação dos estudantes em sujeitos conscientes de sua aprendizagem.

Apesar das mudanças no modelo educacional, a prática docente continuou apegada à “aula-conferência”, onde o professor é o detentor do conhecimento e o aluno, meramente, receptáculo. Em contrapartida, uma investigação social, inspirado no construtivismo social, coloca o aluno como protagonista na construção do seu próprio saber (Barca, 2004). O paradigma de aula-oficina, portanto, considera o aluno como agente ativo da sua formação, enquanto o professor atua como investigador e “organizador de atividades problematizadoras” (Barca, 2004. p. 1)

O pressuposto de um ensino de História orientado para o desenvolvimento de instrumentalização essencial (trato com a fonte, concepções, vestígios, tempo e recorte espaço temporal) – específicas (próprias da disciplina) e articuladas (o que transita entre as disciplinas) – encontra-se explicitado nas atuais propostas curriculares para o ensino básico e secundário. (Barca, 2004. p. 1)

O processo de ensino proposto pela Unidade Temática de Investigação Histórica passa por três momentos: levantamento das ideias dos alunos, desenvolvimento do conteúdo por meio de diferentes tipos de fontes e cruzando estas fontes outros tipos de materiais, e a síntese, onde os alunos expressam “sua interpretação e compreensão das experiências humanas ao longo do tempo com inteligência e sensibilidade, utilizando a diversidade dos meios de comunicação atualmente disponíveis.” (Barca, 2004. p. 2).

O diário, redigido entre 1855 a 1859, foi traduzido e publicado pelo Visconde de Taunay em 1875, tornando-se um importante registro da História de Mato Grosso nas primeiras décadas do século XIX. Seu conteúdo abrange diversos aspectos do Brasil oitocentista, incluindo administração, economia, mineração, doenças tropicais, escravizados e libertos, além da cultura, hábitos e costumes dos moradores. Destacam-se, ainda, as suas

observações sobre os povos indígenas, que refletem a visão europeia da época.

No próximo capítulo, serão apresentadas questões abordadas no diário de Florence que possuem relevância no ensino de História na educação básica em nível nacional, como a história e cultura afro-brasileira, os hábitos e costumes dos habitantes dos núcleos urbanos de Mato Grosso, as populações indígenas e a representação das mulheres na História.

PARTE III - AULA-OFFICINA: UM PROPOSTA A PARTIR DO DIÁRIO DE HÉRCULES FLORENCE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

3.1 Aula-oficina 1 - Diário de viagem de Hércules Florence: os “Costumes dos Habitantes” dos moradores da província de Mato Grosso

Apresentação

O texto da Apresentação tem por objetivo apoiar o trabalho do docente, além de explorar o conhecimento prévio dos discentes sobre o tema. Nesse sentido, questione a turma:

- Vocês sabem o que é civilização e progresso?
- Vocês sabem o que são hábitos e costumes de um povo?
- O livro didático de História que você utiliza traz alguma informação sobre a História de Mato Grosso? Se sim, quais?

As respostas podem ser registradas no quadro, no caderno e/ou em folhas, para serem discutidas e compartilhadas na sala de aula.

Durante sua passagem pela província de Mato Grosso, Hércules Florence registrou informações relevantes sobre a população visitada, a origem de núcleos urbanos, sua posição geográfica, além de hábitos e costumes. Era essencial documentar o máximo de informações possível, especialmente aqueles de caráter pitoresco sobre o sertão brasileiro, para posteriormente enviá-las ao império russo. Em consonância com a expedição, ele produziu registros da população visitada que refletem os valores da Europa do século XIX, guiados por senso de civilidade e progresso.

Ao passar por Cuiabá, no ano de 1827, Florence dedicou quase duas páginas aos costumes dos cuiabanos. Muitos dos hábitos da população se assemelhavam aos do restante do país, destacou elementos que considerou “peculiares” e “perniciosos” (Florence, 2007, p. 127). O desregramento moral dos habitantes teria como origem a distância dos centros urbanos, o que enfraqueceria os valores cristãos – um dos pilares da civilização europeia – e o contato com a cultura indígena, vistos como selvagens. Uma nota curiosa curiosa sobre

os costumes da população que não consta no diário consultado nesta pesquisa, somente no caderno *L'Ami des arts livré à lui-memê* (1848-1859) – versão entendida. Florence atribui ao clima quente da região a responsabilidade pela vida de liberdade e luxúria dos moradores (Martins, 2018).

Mato Grosso no século XVIII e XIX

Segundo Jesus (2020), no século XVIII, duas vilas foram criadas na capitania de Mato Grosso: Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá (1727) e Vila Bela da Santíssima Trindade de Mato Grosso (1748). Esta última foi concebida estrategicamente para consolidar a presença portuguesa na fronteira com a América espanhola. Com novos arranjos políticos, econômicos e sociais, Vila Bela perdeu seu protagonismo para Cuiabá. Em 1818, tanto Cuiabá como Vila Bela foram elevados à categoria de cidades e, em 1835, a capital da província foi transferida para Cuiabá. Quando Hércules Florence passou por Mato Grosso na década de 1820, encontrou um cenário de transformação. Cuiabá já havia se consolidado com um núcleo urbano dinâmico, refletindo as mudanças estruturais que a província vivenciava.

A urbanidade de Mato Grosso remonta à primeira metade do século XVIII, com formação de núcleos urbanos como Cuiabá, onde já se manifestaram elementos da vida urbana, como administração pública, festividades e formação de irmandades, entre outras práticas. Até 1849, a província contava com duas cidades, Vila Bela e Cuiabá, e duas vilas, Diamantino (1820) e Poconé (1831), além de povoados e fortalezas militares. Algumas localidades, como Vila Maria de Cáceres, Albuquerque, São Pedro Del Rei e Casalvasco eram povoados e não possuíam câmara municipal, embora Vila Maria tivesse “vila” em seu nome. Poconé ou Beripoconé, como era chamada pelos indígenas da região, foi batizada pelos portugueses de São Pedro del Rei para “estabelecer a civilidade e soberania portuguesa diante do que era considerado barbárie indígena” (Jesus, 2020, p. 244).

Você sabia...

Segundo Norbert Elias (1994), o conceito de civilização reflete mais a autoimagem que os europeus têm de si mesmos do que de outros povos. De forma geral, o termo expressa a consciência ocidental, frequentemente associada ao desenvolvimento tecnológico, científico, religioso e cultural, funcionando, muitas das vezes, como uma

manifestação do orgulho da nação. Grande parte dessa construção do “homem civilizado” foi moldada durante a formação dos Estados nacionais europeus.

O conceito de civilização representava a “autoimagem da classe alta europeia em comparação com outros, que seus membros consideravam mais simples ou mais primitivos [...]” (Elias, 1994, p. 54). Para essa aristocracia europeia, a ideia de civilização serviu como pretexto para interpretar a sua própria história como modelo universal a ser seguido por outros povos, estabelecendo uma divisão entre “civilizados” e “bárbaros”. Esse entendimento do progresso europeu como auge do desenvolvimento civilizatório foi usado como justificativa para a dominação de sociedades consideradas em estágio menos sofisticado de desenvolvimento tecnologia, reforçando a ideia de superioridade do homem branco europeu em relação a indígena e negros, e até mesmo com mulheres brancas.

Contato com a Fonte

O termo literatura de viagem se tornou um conceito amplo, funcionando com um “guarda-chuva” que reúne diferentes tipos de produções textuais cujo eixo central é a experiência da viagem. Dessa forma, o relato de viagem tem um caráter documental e descritivo, focado na experiência real do viajante. Geralmente narrado em primeira pessoa, pode assumir diferentes formas, como diários, cartas, crônicas ou registros jornalísticos.

A obra “Viagem Fluvial de Hercules Florence” é um relato detalhado das expedições realizadas pelo desenhista Hércules Florence ao percorrer o interior do Brasil do século XIX. A obra descreve suas observações sobre a natureza, a fauna, a flora e os povos indígenas, destacando sua contribuição para a documentação científica e etnográfica da região.

Fonte: Trecho do diário de Hércules Florence

Descrever os costumes gerais da população de Cuiabá, é decerto descrever os de todos os brasileiros; entretanto aqui várias circunstâncias locais concorreram para dar hábitos peculiares à terra, imprimindo-lhes cunho característico e, embora pernicioso, de certo modo original.

[...]

Tão pouca população provém de que não há 125 anos que Cuiabá foi descoberta e todos quantos procuraram estas terras atraídos só pela posse do ouro, uma vez conseguido

esse fim, trataram de se ir embora para gozarem das riquezas ganhas em país mais civilizado. Os que se deixavam ficar, ricos em pouco tempo e no meio de solidões, só cuidaram em satisfazer os sentidos. Entregaram-se a grosseiros prazeres e viveram com amásias, não se lhes dando de formar famílias e educar os filhos, quando os tinham, nos são princípios da religião e da moral.

As mesmas causas ainda hoje persistem em Cuiabá, embora se manifeste salutar tendência para a modificação. Os casamentos ainda são pouco freqüentes. Geralmente só se casam os homens já maduros que buscam uma companheira para os tempos da velhice. Os mais vivem amancebados e nem se limitam a isso, entretendo intrigas amorosas com pessoas casadas e solteiras.

[...]

O clima da cidade é muito quente, sua latitude 15°36'S.

O rio é farto de pescado, sobretudo de junho até fins de dezembro. Então é o alimento principal do povo. Pescam-se muitos *pacus*, *dourados*, *piracanjubas*, *piaus*, *piracachiaras*, *jiripocas*, *palmitos*, *cabeçudos*, *corimbatás*, *peixe-rei*, etc. É tanto o peixe que os bois, cavalos e pretos ou guanás vão curvados ao seu peso vendê-los pela cidade.

De todos é o *pacu* o mais gordo e mais abundante, bem que não seja o mais delicado; sabe, contudo, bem ao paladar e a quantidade é tal que fornece a combustível com que se iluminam todas as casas. Acontece até que os pescadores atiram fora grandes montes, quando não querem nem mesmo dar-se ao trabalho de extraírem o azeite.

(FLORENCE, Hércules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829**. Trad. Afonso d'E. Taunay. Brasília: Editora do Senado Federal, 2007, p. 127)

Problematizando a Fonte

- De que maneira a visão moralista do texto reflete a perspectiva eurocêntrica?
- Como essa narrativa reforça a ideia de que apenas os grandes centros urbanos teriam espaços de civilidade e desenvolvimento?
- De que maneira as generalizações dos costumes de Cuiabá podem ocultar a diversidade social e cultural dos habitantes?

Produzindo o conhecimento

1. Imagine que você é um morador de Cuiabá do século XIX. Escreva uma carta

respondendo a Florence. Na carta, defenda a cultura local e problematize a visão moralizante do viajante europeu.

3.2 Aula-oficina 2 - Diário de viagem de Hércules Florence: dos “mansos” Guató e Guaná aos “bravios” Guaikurú e Borôro. Essa dualidade ainda existe?

Apresentação

O texto da Apresentação tem por objetivo apoiar o trabalho do docente, além de explorar o conhecimento prévio dos discentes sobre o tema. Nesse sentido, questione a turma:

- Como o livro didático de História que você utiliza representa os povos indígenas?
- Como os indígenas foram retratados pela sociedade brasileira?
- Como os indígenas se percebem diante do não indígena?

As respostas podem ser registradas no quadro, no caderno e/ou em folhas, para serem discutidas e compartilhadas na sala de aula.

A perspectiva predominante até os anos 1980 analisava as etnias indígenas a partir de dois enfoques principais, a perda da identidade indígena ao longo do processo de mestiçagem e da ausência do protagonismo indígena no âmbito da política interna e externa. De acordo com Boccara, esse marco interpretativo inviabiliza qualquer outra explicação que não seja a do “marco ideologicamente evolucionista e estado-nacional” (2007, p. 59).

De acordo com Costa (2020), a Constituição de 1988 garantiu o direito aos povos indígenas à diversidade étnica e à manutenção de seus territórios, como resultados de sua luta por direitos e pelo reconhecimento de suas histórias. Esse contexto de mobilização social levou a historiografia e o ensino de História a revisar a participação indígena, antes considerada “inexpressiva” ou subordinada aos “interesses alheios” (Almeida, 2009, p. 27). As mudanças foram refletidas no currículo escolar, a partir da década de 1980 com a redemocratização, e na década de 1990, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, que passou a incluir a temática Indígena na escola (*idem*).

A Lei 11.645 de 10 de março de 2008, que alterou a LDB de 1996, tornou obrigatório o ensino da história e cultura dos povos indígenas nas escolas de ensino fundamental e médio, públicas ou privadas, em todo o país. Essa legislação buscou a inclusão dos indígenas como sujeitos históricos, pois, tiveram e têm importância na construção social e histórica do Brasil. Além do mais, a ausência da História Indígena na escola contribui para perpetuação

da história única, conforme alerta a escritora nigeriana Chimamanda Adichie em sua palestra sobre “O perigo da História Única”.

Essa história única, eurocentrista e distorcida, normalizou e normaliza padrões da cultura branca europeia e marginalizou demais grupos que não estavam alinhados com a visão dominante. Em outras palavras, passamos a aceitar mais os elementos da cultura europeia que as indígenas por acreditar que haveria um único modelo a ser seguido. Assim, aprendemos a relegá-los a um papel secundário e os classificou sob estereótipos, como “índio bom” e “índio mau”. Sem falar que não enxergamos os indígenas de acordo com suas “próprias motivações” ou “dinâmica de suas organizações sociais, que igualmente se modificam no decorrer do processo histórico”, acreditando que estão sujeitos a interesses que não os seus próprios (Almeida, 2009, p. 29).

Ao observarmos os relatos de Florence, infere que são textos que não constituem uma neutralidade em sua narrativa. Sua produção foi forjada para atender os interesses científicos e políticos do governo russo e brasileiro da época. Trata-se, portanto, de uma narrativa construída a partir da perspectiva do agente da colonização, refletindo a visão de mundo do homem branco europeu, e não a dos povos indígenas representados na obra. Florence registrou as culturas indígenas com base na própria bagagem cultural, resultando em descrições marcadas por generalizações e dualismo (Matos, 2020, p. 67).

Ainda de acordo com Matos (2020, p. 67), a análise do diário de Florence proporcionar ao aluno a oportunidade de refletir sobre as “características presentes na narrativa do autor e reflitam sobre como estas representações sobre os indígenas impactaram a relação da sociedade brasileira com a sua diversidade étnica e cultural”. A utilização deste diário enquanto fonte histórica não deve reproduzir a visão eurocêntrica, mas, sim, promover uma leitura crítica e contextualizada que evidencia a importância de ouvir as vozes indígenas e valorizar sua visão de mundo.

Por isso, é preciso descolonização da história, desconstruindo as narrativas que perpetuam esses estereótipos. É necessário que os alunos compreendam o texto e o contexto da escrita de Florence, identificando como ele utilizou conceitos como a representação do “bom e mau selvagem”. Essa categoria, conforme Costa e Diener (1995, p. 27), reflete uma forma genérica e dualista, na qual os indígenas eram descritos como “bons selvagens” e “maus selvagens”, dependendo de sua atitude em relação ao projeto de construção do Estado brasileiro e de sua aproximação cultural com os europeus (Santos Bonfim, 2011). Ou seja, os indígenas eram vistos como uma ameaça ou como aliados conforme eram os interesses coloniais.

Os Guaná

Na época da expedição, os Guaná “moram na margem oeste do rio Paraguai, um pouco acima da vila de Miranda: acham-se todos juntos e aldeados numa espécie de grande povoação” (Florence, 2007, p. 99). Falavam um pouco da língua portuguesa devido o contato com com brasileiros, mas usavam sua própria língua. É bem provável que Florence tenha descrito os Exoaladi, cujo aldeamento ficava próximo de Miranda¹⁶. Conforme Costa (2020, p. 72), os Guaná integram o tronco linguístico Aruak e são formados por subgrupos Terena, Layâna, Exoaladi e Kinikináu. Antes do contato com os espanhóis, habitavam a região do Charco, atualmente no Paraguai. Com a chegada de colonizadores no século XVIII, os Guaná migraram para o domínio português, cruzando o rio Paraguai e fixando-se na margem oriental do Pantanal. De acordo com Pereira (2016, p. 117), devido à “expansão portuguesa em busca de ouro e do domínio sobre as vias fluviais, esses índios permaneceram próximos aos povoados e fortificações militares luso-brasileiras”.

Historicamente, os Guaná eram agricultores proveniente da tradição Aruak e viviam em aldeias populosas. Se destacavam por sua sedentarização em áreas favoráveis à prática agrícola, completada por atividades como a caça, a pesca e o extrativismo, que garantiam sua subsistência e permitiam a produção de excedentes (Costa, 2020, p. 78). Esses excedentes eram utilizados em trocas ou vendas, promovendo alianças com outros povos indígenas e brasileiros.

Os Guató

Os Guató, que pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê, se estabeleceram na Bacia do Alto Paraguai, especialmente na região do Pantanal, abrangendo áreas que hoje correspondem aos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Tradicionalmente, ocupavam um território extenso, composto por “terras altas, lagos e lagoas no entorno dos rios Paraguai e São Lourenço” (Matos, 2020). Sua ligação com o ambiente aquático e a habilidade de construção e uso de canoas, seu principal meio de transporte, renderam-lhes a denominação de canoeiros. Segundo Florence (2007, p. 1040: “Vivem quase sempre sobre a água [...]”

Essa habilidade de navegar em uma região marcada por vastas redes de rios e áreas

¹⁶ Site do ISA - Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Terena>. Acesso em: 02 jan. 2025.

alagadas os colocaram em contato exploradores e colonizadores. Relatos de viajantes e cronistas já registravam sua ocupação nesse território desde o século XVI¹⁷. De acordo com Costa (2020, p. 66), há também indício arqueológico que apontam a presença dos Guató no Pantanal desde a chegada dos primeiros colonizadores espanhóis. Eram “exímios canoeiros”, o que lhes conferia o título de senhores das águas pantaneiras. Devido sua constante deslocação pelas águas pantaneiras, não se fixaram e tinham a pesca, a caça e a coleta de frutas como a sua principal atividade de sobrevivência.

Os Borôro

Os Borôro, ou Boe, pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê, e o termo *Borôro* significa “pátio da aldeia” na língua *Boe Wandáru*¹⁸. Segundo Costa (2020, p. 55), o pátio da aldeia é considerado “local mais importante”, pois é onde ocorrem os seus rituais. Embora a palavra Borôro seja atualmente utilizada para designar o nome da etnia, se autodenomina *Boe*, que significa “gente” ou “pessoa”. De acordo com Pereira (2008, p. 153), a origem do nome está associada a um canto entoado por eles durante os primeiros contatos com os exploradores paulistas. O seu território ocupava uma área que localizava “entre os rios Araguaia e Paraguai, no sentido leste-oeste, e entre os rios da Morte e Taquari, no sentido norte-sul [...]”, correspondendo “às regiões pantaneiras de Barão de Melgaço, Cáceres, Paraguai e Poconé e parte da Bolívia” (*idem*, p. 154).

Há evidências que apontam que os jesuítas foram os primeiros não indígenas a fazerem contato com os Borôro, no século XVII, na região da Bacia do Araguaia. No século XVIII, estabeleceram contato com exploradores paulistas por conta da descoberta de ouro em Cuiabá. A mineração na região ocasionou na separação dos Borôro ocidentais e Borôro orientais, que tinha o rio Cuiabá como referência (ISA). Para Pereira (2008, p. 154), a história dos Borôro não é isolada, mas reflete parte de um processo de luta, resistência e adaptação enfrentada por diversos povos indígenas no contexto da colonização e expansão territorial no Brasil.

Contato com a Fonte

¹⁷ Site do ISA - Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guat%C3%B3>. Acesso em: 30 dez. 2024.

¹⁸ Site do ISA - Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Bororo>. Acesso em: 07 jan. 2025.

O termo literatura de viagem se tornou um conceito amplo, funcionando com um “guarda-chuva” que reúne diferentes tipos de produções textuais cujo eixo central é a experiência da viagem. Dessa forma, o relato de viagem tem um caráter documental e descritivo, focado na experiência real do viajante. Geralmente narrado em primeira pessoa, pode assumir diferentes formas, como diários, cartas, crônicas ou registros jornalísticos.

A obra “Viagem Fluvial de Hercules Florence” é um relato detalhado das expedições realizadas pelo desenhista Hércules Florence ao percorrer o interior do Brasil do século XIX. A obra descreve suas observações sobre a natureza, a fauna, a flora e os povos indígenas, destacando sua contribuição para a documentação científica e etnográfica da região.

Fonte 1: Trecho do diário de Hércules Florence sobre os Guaná

Os guanás moram na margem oeste do rio Paraguai, um pouco acima da vila de Miranda: acham-se todos juntos e aldeados numa espécie de grande povoação. Usam de uma língua própria, mas em geral sabem alguma coisa de português, que falam à maneira de quase todos os índios ou dos negros nascidos na costa d’África. De quanta tribo tem o Paraguai, é esta que mais em contato está com os brasileiros. Lavradores, cultivam o milho, o aipim e mandioca, a cana-de-açúcar, o algodão, o tabaco e outras plantas do país. Fabricantes possuem alguns engenhos de moer cana, e fazem grandes peças de pano de algodão, com que se vestem, além de redes e cintas. Industriais, vão, em canoas suas ou nas dos brasileiros, até Cuiabá para venderem suas peças de roupa, cintas, suspensórios, cilhas de selim e tabaco. Grande parte deles empregam-se nas plantações ou moendas a ganharem dois a três vinténs por dia além do sustento, ou então entregam-se à pescaria, indo levar o peixe à cidade de Cuiabá, em cujo porto habitam numas choupanzinhas.

As peças de algodão trançado, que aqui são conhecidas por panões, não têm ordinariamente mais de quatro varas de comprimento e duas ou três de largura. São tramadas de um modo para mim desconhecido, os fios verticais inteiramente cobertos pelos horizontais de lado e de outro, o que faz com que o tecido seja muito espesso e próprio para barracas, por não dar passagem à mais violenta chuva.

(FLORENCE, Hércules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829*. Trad. Afonso d’E. Taunay. Brasília: Editora do Senado Federal, 2007, p. 99)

Fonte 2: Trecho do diário de Hércules Florence sobre os Guató

Em pé à proa os maridos remam; as mulheres sentadas à popa vêm governando por meio de uma pá: as crianças acocoram-se no meio sobre esteiras. As embarcações, com três palmos e meio de largo sobre 20 ou 25 de comprimento se tanto, levam sempre no bojo cães, arcos e flechas para caçadas e pescarias. Os homens apresentam-se vestidos de uma calça de algodão; as mulheres com uma saiazinha, deixando o resto do corpo descoberto. Estas roupas que conseguem dos brasileiros por meio de barganhas são em geral muito sujas por não serem lavadas, ou, se passadas por água, não levarem nunca sabão. Não vi senão um velho completamente nu: trazia o membro viril preso por um cordel que dava volta à cintura. (FLORENCE, Hércules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829**. Trad. Afonso d'E. Taunay. Brasília: Editora do Senado Federal, 2007, p. 103)

São bem feitos, robustos, de tez cobreada escura e cabelos corridos, o que os prende ao tronco indiático, porque no mais parecem tipo europeu. Vi um homem de porte alto, boa figura e nariz aquilino: outros contudo apresentavam o cunho característico da raça.

Tive notícia de que outrora os guatóis de São Lourenço haviam morado entre os brancos e se misturado com eles, voltando porém depois, por gosto pela vida primitiva, aos antigos hábitos. Talvez daí provenha a semelhança com os europeus, sem que por isso tenham os cabelos e a cor sofrido alteração.

(FLORENCE, Hércules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829**. Trad. Afonso d'E. Taunay. Brasília: Editora do Senado Federal, 2007, p. 105)

Fonte 3: Trecho do diário de Hércules Florence sobre os Borôro

Não há 10 anos eram esses Bororós ainda mais selvagens, pois não tinham relações algumas com brasileiros. Faziam muito dano ao tenente-coronel, matando-lhe escravos e devastando as plantações. Não podendo mais suportar tais hostilidades, e tendo já em várias épocas perdido 11 escravos mortos por eles, pediu João Pereira Leite a D. João VI permissão para repeli-los à força. Ora, o governo português tinha para com os índios intenções muito filantrópicas, mas concedeu essa licença, e os brasileiros, que não eram menos inclinados à ferocidade do que os selvagens, aproveitaram-se dela para exercerem toda a casta de barbaridades. O coronel fez-lhes uma guerra que durou seis anos, durante a qual sua gente matou 450 Bororós e agarrou 50 prisioneiros que mais ou menos se sujeitaram aos trabalhos da fazenda, principalmente costeio dos gados. Não foi senão depois de aprisionado o cacique, esse mesmo que viera ver-nos, que esses índios consentiram em se tornar amigos.

O tenente-coronel concedeu-lhe a liberdade; presenteou-o; fê-lo batizar; serviu-lhe de padrinho e lhe deu seu nome, o que parecia lisonjeá-lo muito. Com efeito, perguntando-lhe eu como se chamava, respondeu-me enfaticamente: “Eu me chamo o Tenente-Coronel João Pereira Leite.”

(FLORENCE, Hércules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829**. Trad. Afonso d’E. Taunay. Brasília: Editora do Senado Federal, 2007, p. 179)

Fonte 4: Trecho do diário de Hércules Florence sobre os Guaikurú

De todos os selvagens que habitam as margens do Paraguai, são os guaicurus os mais numerosos. Ouvei até dizer que têm 4.000 homens com armas. Tornam-se temidos pela deslealdade com que procedem, rompendo subitamente, no meio da paz e durante a troca de sentimentos que parecem cordiais, relações amigáveis sem outro motivo, que não o amor à pilhagem, o que decerto não executam sem sangue nem muitas vítimas. (FLORENCE, Hércules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829**. Trad. Afonso d’E. Taunay. Brasília: Editora do Senado Federal, 2007, p. 83)

Problematizando a Fonte

Fonte 1

- O que o viajante descreveu sobre a economia dos Guaná?
- Por que a fabricação dos panões chamou a atenção do viajante? O que isso revela sobre sua visão da região?
- De que maneira a visão de Florence sobre a tecelagem dos Guaná reflete uma perspectiva eurocêntrica e utilitarista?

fonte 2

- O que a descrição das canoas revela sobre a organização e o modo de vida dos Guató?
- Como a descrição dos Guató por Florence reflete ideias raciais do século XIX e como isso influenciou a forma como os indígenas foram tratados?

Fonte 3

- Como a guerra entre os Borôro e as forças de João Pereira Leite mostra a contradição entre as intenções “filantrópicas” do governo português e a violência contra os indígenas?
- Por que o cacique Borôro adotou o nome português e o batismo? Como isso pode ser visto como uma forma de resistência ou adaptação ao poder colonial?

Fones 4

- Como a visão de Florence sobre os Guaikurú como “selvagens” contribui para justificar a “pacificação” dos indígenas?

Produzindo o conhecimento**Reescrita Histórica: Dando Voz aos Povos Indígenas**

1. Os alunos devem escolher um dos relatos de Florence sobre os povos indígenas, como os Guaná, Guató, Borôro ou Guaikurú, e reescrevê-lo, dando a voz aos próprios indígenas.
2. A proposta é imaginar como os Guaná, Guató, Borôro ou Guaikurú, por exemplo, descreveriam sua realidade, suas crenças, suas culturas e seus conflitos, sem a interferência da visão de Florence. Os alunos devem considerar como seria a visão desses povos sobre sua própria história e como eles se enxergam, ao invés de depender da perspectiva externa.

Avaliação

A avaliação será feita com base na capacidade do aluno de se colocar no lugar dos povos indígenas e reescrever o relato de forma autêntica, respeitando suas realidades e perspectivas. Na clareza e profundidade da reflexão sobre como essa reinterpretção contribui para uma história mais inclusiva e plural. Avaliação da organização do texto, da coesão entre as ideias.

CONCLUSÃO

Este material oferece uma oportunidade de romper com a história única ao incluir narrativas sobre os indígenas, as mulheres, os escravizados e os hábitos e costumes dos moradores da província de Mato Grosso no século XIX. As aulas-oficina promovem uma abordagem plural e crítica, desconstruindo visões eurocêntricas e valorizando a diversidade de experiências históricas. A inclusão dessas perspectivas no ensino permite aos alunos conhecerem a história de Mato Grosso de forma mais abrangente e reflexiva, conectando o passado ao presente e superando estereótipos coloniais. O material contribui para uma educação mais inclusiva e descolonizadora, alinhada às leis que buscam ampliar a representatividade histórica e promover uma compreensão crítica da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A chegada da família real portuguesa e a abertura dos portos brasileiros às nações amigas em 1808 permitiram os estrangeiros conhecerem o Brasil. O fim das restrições impulsionou um período de viagens pelo território. Nesse contexto, o *Czar Alexandre I* financiou uma expedição liderada pelo Barão Langsdorff com o objetivo de registrar os grupos humanos, a geografia e as riquezas brasileiras. A Expedição Russa reuniu naturalistas, geógrafos e pintores, como Rugendas, Taunay e Florence, produzindo um vasto acervo de registros científicos e desenhos sobre o país, além de registros sobre cidades e povoados, paisagens, tipos humanos e seus costumes. Atualmente, grande parte desse material, incluindo diários, manuscritos e desenhos encontra-se no arquivo da Academia de Ciências Russa.

A Expedição Langsdorff, formada por especialistas de várias nacionalidades, ambicionava realizar o maior empreendimento científico da época para explorar o interior do Brasil. Contudo, à medida que a jornada avançava, as dificuldades surgiam. Iniciada em três de setembro de 1825, partiu do Rio de Janeiro rumo a Santo, passando por Cubatão, São Paulo, Jundiá e São Carlos. Ao chegarem em Porto Feliz, a comitiva permaneceu por sete meses antes de seguir para Cuiabá. Devido à mudança de rota: em vez de seguir por terra, tomou-se o caminho das águas. A nova rota exigia a aquisição de embarcações para navegar pelos rios do Oeste brasileiro. A viagem continuou no dia 22 de junho de 1826. A viagem fluvial revelou-se desafiadora, a comitiva enfrentou sol escaldante, chuvas intensas, insetos, corredeiras violentas e febres intermitentes.

A expedição sofreu grandes perdas. O pintor Taunay afogou-se ao atravessar o rio Guaporé, enquanto Langsdorff, Florence e vários outros membros adoeceram devido à febre. Três canoieiros foram arrastados pelas corredeiras e desapareceram. O agravamento da saúde de Langsdorff impossibilitou a continuidade da expedição. Fragilizados, os integrantes da expedição retornaram ao Rio de Janeiro em 1829. Sobre a viagem, nada se publicou, contribuindo para a missão foi considerada um fracasso. Com o passar do tempo, caiu no esquecimento, junto com o material coletado.

Além das dificuldades enfrentadas pelos expedicionários ao navegar pelos rios brasileiro, a liderança autoritária de Langsdorff gerou desentendimentos, levando a saída de Rugendas e ao afastamento de Taunay. A expedição foi dividida em dois grupos devido a

esses conflitos, à negligência das autoridades locais e à hostilidade do ambiente, evidenciando os limites humanos diante de uma missão tão ambiciosa.

Hércules Florence foi um viajante, desenhista e inventor que registrou a Expedição Langsdorff pelo interior do Brasil, com destaque para a província de Mato Grosso. Nascido em 1804, na França, e fascinado por aventuras, chegou ao Brasil em 1824, integrando a expedição como segundo desenhista. Durante a viagem de 1825 a 1829, anotou em seu diário de campo observações sobre rios, fauna, flora, etnias indígenas, vilas, povoados, hábitos e costumes dos moradores locais. Com o fim da expedição, redigiu três versões de seu diário: a primeira versão, entre 1829 a 1830; a segunda versão, de 1848 a 1859; a terceira versão, de 1855 a 1859.

O diário de Florence pertence à literatura de viagem, um gênero que combina narrativas históricas e ficcionais, explorando aspectos culturais, geográficos e sociais. Viajantes estrangeiros registraram suas impressões sobre o Brasil, influenciando a historiografia. No entanto, esses relatos contêm estereótipos resultantes de uma visão eurocêntrica, retratando os brasileiros como preguiçosos e incultos. Até a década de 1970, essas fontes foram tratadas como testemunho ocular do passado, se ausentando de críticas. Os estudos mais recentes passaram a considerar o contexto dos viajantes, seus interesses e a influência de sua própria cultura na forma como descreveram os lugares visitados.

Hércules Florence, homem do século XIX, viveu a arte e testemunhou uma Europa em transformações com a queda de Napoleão Bonaparte. Diante de seus olhos, o mundo se expande; então, decidiu embarcar para o Brasil. Após algum tempo no Rio de Janeiro, foi contratado por Langsdorff. Com o fim da expedição, escolheu viver em São Carlos, onde escreveu suas memórias e reflexões, além de relatar sua viagem ao interior do Brasil. Apesar de suas contribuições, foi pouco reconhecida em vida, escolhendo viver no exílio tanto geográfico quanto cultural.

Ao longo de anos, Florence revisou suas anotações e, influenciado por acontecimentos em sua vida, alterou algumas passagens em seu manuscrito. Somente em 1875 seu diário foi publicado. A obra foi traduzida e publicada por Alfredo d'Escagnolle Taunay na Revista do IHGB, após ele encontrar o manuscrito por acaso nos arquivos da família. Contudo, o texto sofreu intervenções editoriais de Taunay, adaptando ao discurso nacionalista da época.

No ensino de História, a utilização de fontes históricas permite uma aprendizagem por meio da investigação histórica, incentivando o contato direto dos alunos com as marcas do passado e a construção do saber histórico. Para isso, propõe-se uma metodologia que

envolve a identificação, análise e interpretação das fontes, sem a pretensão de transformar os alunos em historiadores, mas sim auxiliá-los a compreender criticamente o passado e estabelecer conexões com o presente. O Diário de Florence, produzido entre 1855 e 1859, é um exemplo de fonte histórica enquanto recurso didático em sala de aula. Seus registros abordam a paisagem, a economia, a sociedade e a cultura de Mato Grosso no século XIX. Ao trabalhar com fontes, o professor deve adotar uma metodologia que envolve a identificação do tipo da fonte, a análise de seu contexto de produção e sua interpretação crítica, permitindo uma compreensão mais aprofundada dos processos históricos.

Em sua passagem por Mato Grosso, Hércules Florence registrou informações sobre a população e os costumes locais, refletindo a visão europeia do século XIX sobre civilização e progresso. Em Cuiabá, descreveu os hábitos que considerava peculiares e perniciosos, atribuindo o desregramento moral à distância dos grandes centros urbanos e ao contato com indígenas, vistos como selvagens. Ele interpretava o comportamento da população sob a ótica da moral cristã, criticando a falta de matrimônios e a busca por prazeres efêmeros. Seu relato revela o pensamento europeu da época, que via a civilização como um modelo a ser seguido, justificando o domínio de povos considerados menos desenvolvidos.

A historiografia sobre os povos indígenas no Brasil passou por mudanças significativas a partir da década de 1980, especialmente após a Constituição de 1988, que garantiu seus direitos territoriais e a valorização de sua diversidade cultural. Antes disso, predominava uma visão evolucionista e eurocêntrica, que os via como grupos sem protagonismo político e os classificavam em dicotomias como “bons” ou “maus selvagens”, conforme sua relação com o Estado brasileiro. O diário de Florence, embora rico em informações etnográficas, reflete essa perspectiva eurocêntrica, retratando indígenas como os Guaná e Guató de forma mais positiva devido à sua assimilação de hábitos europeus, enquanto povos como os Guaikurú e Borôro eram vistos como ameaças. A inclusão da história indígena nos currículos escolares, especialmente após a Lei 11.645/2008, busca desconstruir essas narrativas, promovendo uma abordagem crítica e descolonizadora, que valoriza as vozes indígenas na construção da história brasileira.

A Lei nº 14.986/2024 altera a LDB para incluir a obrigatoriedade de abordagens sobre as experiências e perspectivas femininas nos currículos do ensino fundamental e médio a partir de 2025. Essa mudança visa corrigir a invisibilidade das mulheres na História, evidenciada, por exemplo, nos relatos do viajante Hercule Florence sobre as mulheres cuiabanas no século XIX. Seus registros reproduzem estereótipos patriarcais, associando a liberdade feminina à imoralidade e reforçando visões eurocêntricas sobre gênero e raça. No

entanto, também revelaram figuras femininas que desafiaram essas normas, como a administradora da fazenda Jacobina e uma mulher negra fugitiva da escravidão. A inclusão dessas narrativas na educação busca ampliar a representatividade histórica, superando visões eurocêntricas e valorizando a diversidade das experiências femininas.

A descolonização do pensamento começa pela escolha das palavras, como o uso de “escravizado” em vez de “escravo”, destacando a imposição da escravidão. Viajantes como Martius e Spix justificavam a escravidão sob a alegação de civilizar os negros, enquanto Florence criticava essa visão e a hipocrisia da sociedade escravocrata. Uma perspectiva eurocêntrica consolidada com o colonialismo, racionalizando políticas e hierarquizando identidades. No diário de Florence, observa-se a naturalização da escravidão e a tentativa de silenciamento das manifestações culturais afro-brasileiras. A resistência negra se manifestou nos quilombos, espaços de liberdade e organização social. A valorização dessas narrativas é essencial para a superação do eurocentrismo, como proposta do afrocentrismo e do quilombismo, e reforçada por leis como a 10.639/03, que busca promover uma educação antirracista.

A dissertação buscou responder ao problema proposto e atingir seu objetivo ao analisar relato de viagem de Hércules Florence enquanto fonte histórica no ensino de História. Ao explorar o diário de Florença, a pesquisa propõe uma reflexão crítica sobre o contexto histórico de Mato Grosso no século XIX, abordando aspectos culturais, sociais e históricos da região, e destacando as limitações da visão eurocêntrica apresentadas no relato. A metodologia sugerida para o uso dessa fonte didática na sala de aula visa promover uma aprendizagem mais profunda e significativa, estimulando os alunos a compreenderem o passado de forma crítica e conectado ao presente. Assim, a dissertação contribui para a valorização da história de Mato Grosso, ao mesmo tempo que propõe uma análise reflexiva sobre o uso de fontes históricas no ensino de História da Educação Básica.

FONTES CONSULTADAS

FLORENCE, Hércules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829**. Trad. Afonso d'E. Taunay. Brasília: Editora do Senado Federal, 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Identidades Étnicas e culturais: novas perspectivas para história indígena.** In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.) Ensino de História Conceitos, temáticas e Metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

ANDRADE, Maristela Oliveira de. O uso de fontes da literatura de viagem no ensino de História: contribuição para interpretar a História Cultural Brasileira. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

BITTENCOURT, Circe. Usos Didáticos de Documentos. In: **Ensino de História: fundamentos e métodos.** São Paulo Cortez, 2011. Cap. 2, p. 325-343.

BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. In. **Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica.** Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131 – 144.

BARROZO, J. C. A viagem de Cuiabá a Diamantino no século XIX. Relatos dos viajantes: Florence, Bossi, Castelnau, Badariotti, Von de Steinen. **Revista Territórios e Fronteiras**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 111–125, 2012. DOI: 10.22228/rtf.v5i1.137. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/137>. Acesso em: 26 dez. 2024.

BERTELS, D. E. e KOMISSAROV, B (Orgs). **A expedição científica de G. I. Langsdorff ao Brasil, 1821-1829: catálogo completo do material existente nos arquivos da União Soviética.** Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Pró-Memória, 1988.

BOCCARA, Guillaume. Poder colonial e etnicidade no Chile: territorialização e reestruturação entre os Mapuche da época colonial. **Tempo**, v.12, n. 13, 2007.

BOURROUL, Estevam Leão. **Hércules Florence (1804-1879): ensaio histórico-litterário.** São Paulo: Tipografia Andrade, Mello e Comp., 1900.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Humanas e suas Tecnologias.** Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** (Trad. Sergio Goes de Paula). 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008.

CAIMI, Flávia Eloísa. Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar?. **Anos 90**, [S. l.], v. 15, n. 28, p. 129–150, 2009. DOI: 10.22456/1983-201X.7963. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/7963>. Acesso em: 01 jul. 2023.

CAMPOS, Maria das Graças; GONÇALVES, Marlene; CASTRILLON, Maria de Lourdes F. As Mulheres nos relatos dos viajantes estrangeiros no século XIX na Província de Mato

Grosso. **Revista da Faculdade de Educação**, [S. l.], v. 35, n. 1, p. 195–212, 2021. DOI: 10.30681/21787476.2021.35.195212. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/5765>. Acesso em: 26 dez. 2024.

CERTEAU, Michael. **A operação historiográfica**. In: CERTEAU, Micheal. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universal, 1982. p. 65-119.

COSTA, Luciana Martinez de Oliveira. **A Presença de Povos Indígenas Chiquitano, Bororo, Guató e Guaná em Vila Maria do Paraguai e São Luiz de Cáceres (1778-1874): Uma Abordagem de Temática Indígena na Educação Básica**. Cáceres, 2020. 130f. Dissertação (Mestrado Profissional ProfHistória), Unemat.

COSTA, Maria de Fátima. **Hercule Florence, artista viajante**. In: COSTA, Maria de Fátima [et al.]. **Hercule Florence em quatro tempos: leituras cruzadas em textos e imagens**. 1º ed. – São Paulo: Alameda, 2023. p. 87-147.

COSTA, Maria de Fátima; DIENER, Pablo. **Bastidores da Expedição Langsdorff**. Cuiabá, MT: Entrelinhas, 2014.

COSTA, Maria de Fátima G; DIENER, Pablo; STRAUSS, Dieter. **O Brasil de hoje no espelho do século XIX: Artistas alemães e brasileiros refazem a expedição Langsdorff**. São Paulo: Estação Liberdade, 1995A.

COSTA, Maria de Fátima; DIENER, Pablo. **Viajando nos Bastidores: documentos de viagem da expedição Langsdorff**. Cuiabá, MT: EDUFMT, 1995B.

CUNHA, Maria Tereza. Territórios abertos para a História. In: **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, pág. 152-280.

ELIAS, Norbert. Capítulo um: da Sociogênese dos conceitos de “Civilização” e “Cultura”. In: **O Processo civilizador: Uma história dos costumes** (trad. Ruy Jungmann, revisão e apresentação Renato J. Ribeiro). 2º ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., vol. 1, 1994. Cap. 1, p. 23-64.

Expedição Langsdorff [catálogo de exposição]. 2010. Brasília: Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB).

FERNANDES, Lindamir Zeglin. A Reconstrução de aulas de História na perspectiva da Educação Histórica: da aula oficina à unidade temática investigativa. In: **Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História: Metodologias e Novos Horizontes**. São Paulo: FEUSP - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/deb_nre/historia_texto1.pdf. Acesso em: 22 out. 2024.

FERREIRA, Dirceu Franco. Narrando viagens e invenções. Hercule Florence: amigo das artes na periferia do capitalismo. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 153–196, 2014. DOI: 10.1590/S0101-47142014000200006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/103877>. Acesso em: 26 dez. 2024.

FONSECA, Dayz Peixoto. **O Viajante Hércules Florence: Águas, guanás e guaranáis**. Campinas: Pontes, 2008.

FLORENCE, Hércules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829**. Trad. Afonso d'E. Taunay. Brasília: Editora do Senado Federal, 2007.

FRANCO, Stella Maris Scatela. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. In: **Cadernos de Seminários de Pesquisa** / orgs. Mary Anne Junqueira, Stella Maris Scatena Franco. – São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo/Humanitas, 2011, p. 62-86. Disponível em: <<http://historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/CSP2.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2023.

HOLANDA, Sérgio Buarque. de. **Monções**. 3. ed. ampliada. São Paulo: Brasiliense, 1990.

Jesus, Nauk Maria de. De Capitania à Província de Mato Grosso: História e Historiografia de Mato Grosso. In: Jesus, Nauk Maria de (Org.). **Cenário de Fronteira Oeste: História e Historiografia de Mato Grosso (século XVIII e XIX)**. 1º edição. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2020, p. 227-276.

JUNQUEIRA, Mary Anne. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador. In: **Cadernos de Seminários de Pesquisa** / orgs. Mary Anne Junqueira, Stella Maris Scatena Franco. – São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo/Humanitas, 2011, p. 44-61. Disponível em: <<http://historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/CSP2.pdf>>. Acesso em: 11/05/2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação** – episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cogobó, 2019. p. 11-79.

KOMISSAROV, Boris. **Expedição Langsdorff: acervo e fontes históricas**. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

KURY, Lorelai. Viajantes naturalistas no Brasil oitocentista; experiência, relato e imagem. **História, Ciência, Saúde** – Manguinhos, Vol. VIII, 2001, p. 863-80.

LIMA, Fernando Henrique de Almeida. Relatos de viagem como fontes historiográficas: principais abordagens, limitações e possibilidades. In: **História & Parcerias**, 2º Encontro Internacional, 2019, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1579528825_ARQUIVO_6325cce5e73484f7200d1b4c3c30846d.pdf>. Acesso em: 11/12/2023.

LUVIZOTTO, Rodrigo. **Os Diários de Langsdorff: prelúdios paisagísticos**. 2012. 205f. Tese de Doutorado FFLCH – USP, SP. Cap. 1, p. 19-82.

MATOS, Marco José dos Santos. **Os Guató segundo Hercule Florence: historiografia e ensino de história indígena**. 2024. 103f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres.

MARTINS, Deborah Pimenta. **Revisitando a Cuiabá e a Vila de Guimarães nos cantos e encantos de Hercule Florence (1827)**. 2018. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Geografia, História e Documentação, Cuiabá, 2018. Cap 3, p. 97-140.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Exílio escravista: Hercule Florence e as fronteiras do açúcar e do café no Oeste paulista (1830-1879)**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 24, n. 2, p. 11-51, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02672016v24n0201>. Acesso em: 26 dez. 2024.

MESGRAVIS, Laima. A caminho da Independência. In: **História do Brasil colônia**, 1. ed., 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021.

MONTEIRO, José Rodolfo, DIENER, Pablo. Espelho mágico: o olhar de Spix e Martius sobre o negro no Brasil do século XIX. In: **Cadernos de Graduação ICHS/UFMT**, Cândido Moreira Rodrigues, Leandro Duarte Rust, Vitale Joaroni Neto (ORG.). Território, memória e representações: ensaios de história..Cuiabá-MT: EdUFMT, 2013, p.112.

MOREIRA LEITE, Miriam Lifchitz. **Livros de Viagens (1803-1900)**. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1997.

NASCIMENTO, Abdias. “Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira”. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. (Sankona; matrizes africanas da cultura brasileira, 4). São Paulo: Selo Negro, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 3ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Pereira, Sonia Maria Couto. **Etnografia e iconografia nos registros produzidos por Hércules Florence durante expedição Langsdorff na província do Mato Grosso (1826-1829)**. 2016. 185f. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina”. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12...>. Acesso em: julho de 2020.

Rosa, Maria Cartola. “Revisitando a Convenção e A grafia de nomes tribais brasileiros” In: **Confluência**. Rio de Janeiro: Linceu Literário Português, n. 59, p. 25-46, jul.-dez. 2020. Disponível em: <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/rc/index.php/rc/article/view/364>. Acesso em: 09/05/2025.

SANTOS BONFIM, Luiz Claudio dos. **Viajante e Nação: as versões da narrativa de viagem de Hercules Florence e o projeto nacional de (1824-1876)**. 2011. 141f. Dissertação (Mestrado em História) – UFMT, Cuiabá.

SCHEMES, Elisa Freitas. A literatura de viagem como gênero literário e como fonte de pesquisa. In: **Simpósio Nacional De História**, 28., 2015, Anais... Florianópolis: ANPUH, 2015. Disponível em: <

http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439245917ARQUIVO_2.ARTIGOANPUH2015Elisa-Final.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2023.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. As fontes históricas e o ensino da História. In: **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004. Cap. 6, p. 89-110.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **A formação do professor de História e o cotidiano de sala de aula**. IN: BITENCOURT, Circe. (Org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1997.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

VANGELISTA, Chiara. Hercule Florence, imigrante. In: COSTA, Maria de Fátima [et al.]. **Hercule Florence em quatro tempos: leituras cruzadas em textos e imagens**. 1º ed. – São Paulo: Alameda, 2023. p. 27-86.

VECCHIO, Daniel. A literatura de viagem como refiguração narrativa dos registros de viajantes do Período Colonial. **Itinerários**, Araraquara, n. 52, p. 95-113, jan./jun. 2021. Disponível: <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/issue/view/787/261>. Acesso: 14/07/2024.

VIAGEM. In: **Dicionário Houaiss Conciso**. Rio de Janeiro, RJ: Moderna, 2011.